

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro sócio-Econômico
Programa de Pós-Graduação em Economia – Mestrado
Área de Concentração: Transformações do Capitalismo Contemporâneo

Dissertação de Mestrado

**O PAPEL DAS CRISES PARA A TEORIA DE MARX SOBRE A DERROCADA DO
CAPITALISMO**

Márcio Moraes Rutkoski

Florianópolis, SC – Brasil
Setembro de 2004

MÁRCIO MORAES RUTKOSKI

**O PAPEL DAS CRISES PARA A TEORIA DE MARX SOBRE A
DERROCADA DO CAPITALISMO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Economia, Área de Concentração: Transformações do Capitalismo Contemporâneo.

Orientador: Prof. Nildo Domingos Ouriques

Florianópolis, SC – Brasil

Setembro de 2004

MÁRCIO MORAES RUTKOSKI

O Papel das Crises para a Teoria de Marx sobre a Derrocada do Capitalismo

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de MESTRE EM ECONOMIA, área de concentração Transformações do Capitalismo Contemporâneo, e aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina em 13 de setembro de 2004.

Prof. Dr. Celso Leonardo Weydmann
Coordenador do Mestrado em Economia

Comissão examinadora

Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Prof. Dr. Paulo Tumolo

RUTKOSKI, Márcio Moraes. **O Papel das Crises para a Teoria de Marx sobre a Derrocada do Capitalismo**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), UFSC, Florianópolis.

RESUMO

Essa dissertação desenvolve a hipótese de que na obra de Karl Marx, principalmente em “O Capital” como registro mais completo de sua teoria, não existe de forma separada, seja numa seção ou num capítulo específico uma teoria sobre as crises. O objetivo de Marx nos seus escritos econômicos, e que alcança sua forma mais acabada em “O Capital” é formular uma teoria da derrocada do modo de produção capitalista, em que as crises ocupam destacado papel. A teoria de Marx mesmo na sua forma mais abstrata, quando analisa o capital em geral, é em si uma teoria da derrocada do capitalismo, em que as crises representam os sintomas periódicos e inevitáveis do aprofundamento das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e das relações sociais de produção e distribuição capitalistas, determinando os limites para o desenvolvimento da produção capitalista, evidenciando seu caráter como modo de produção histórico e transitório. Quando o modo de produção capitalista atinge um grau de desenvolvimento mais elevado, as crises aparecem na forma de crises de crédito, de subconsumo, de desproporção entre os setores produtores de meios de produção e bens de consumo e como crises provocadas pela queda da taxa média de lucro. Mas, na sua essência são crises de superprodução de mercadorias, superacumulação de capital, como resultado do rompimento dos limites impostos pelas relações sociais de produção à expansão da capacidade de produção para além das necessidades de valorização do capital. A crise apresenta um caráter qualitativo duplo, ao mesmo tempo em que evidencia as contradições do sistema, atua como contratendência a derrocada ao restituir as condições de valorização do capital ao desvalorizar ou mesmo desativar parcela do capital existente, centralizando a propriedade do capital e criando uma superpopulação trabalhadora relativa. Ao superar os limites que lhe são imanentes, a produção capitalista transfere esses limites de forma potencializada para o futuro, sem nunca poder superá-los definitivamente.

Palavras-chaves: Teoria de Crises, Reprodução de Capital, Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro.

SUMÁRIO

RESUMO	iv	
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO		
1.1 Problemática.....	1	
1.2 Objetivos.....	10	
1.3 Metodologia.....	11	
CAPÍTULO 2 - REPRODUÇÃO E DERROCADA DO CAPITAL EM GERAL		13
2.1 Reprodução das Relações Sociais de Produção Capitalistas.....	15	
2.2 Acumulação de Capital e Apropriação Capitalista.....	18	
2.3 Lei da Acumulação e as Contradições das Relações Sociais de Produção Capitalistas.	24	
CAPÍTULO 3 – A CONTRADIÇÃO DO CAPITAL EXPRESSA NA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO		33
3.1 A Transformação da Taxa de Mais-Valia em Taxa de Lucro e a Formação do Lucro Médio.....	36	
3.2 A Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro.....	44	
3.3 A Atuação das Contratendências à Queda da Taxa de Lucro.....	49	
CAPÍTULO 4 – A CRISE COMO EXPRESSÃO DA EXPLOSÃO DAS CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA		59
4.1 A Contradição Entre o Desenvolvimento das Forças Produtivas e as Relações Sociais de Produção e Distribuição Capitalistas.....	61	
4.2 As Formas em que Aparecem as Crises do Processo de Produção Capitalista.....	64	
4.3 Como Marx e Engels analisaram as crises do seu tempo.....	73	

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO..... 87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 90

CAPÍTULO 1

1 INTRODUÇÃO

1.1 PROBLEMÁTICA

Engels na introdução à obra “As lutas de classes na França de 1848 a 1850” de Karl Marx afirma “(...)que a crise do comércio mundial, ocorrida em 1847, fôra a verdadeira mãe das revoluções de fevereiro e de março e que a prosperidade industrial, que voltara pouco a pouco, a partir de meados de 1848, e chegara ao seu apogeu em 1849-1850, foi a força vivificante na qual a reação européia hauriu renovado vigor.”(MARX e ENGELS, Obras Escolhidas.1999, vol. 1, p. 95.) No mesmo sentido, só que nas palavras do próprio Marx “Só é possível uma nova revolução em conseqüência de uma nova crise. Mas uma é tão certa quanto a outra.” (MARX, op. Cit., p. 189.) As afirmações de Engels e Marx citadas acima não deixam nenhuma dúvida sobre o papel que as crises ocupam na sua teoria sobre o modo de produção capitalista. Do ponto de vista político – As lutas de classes na França de 1848-1850 segundo Engels é o primeiro texto em que Marx faz uso do método materialista dialético da história para analisar os desdobramentos políticos a partir das transformações econômicas - a análise das crises e dos seus efeitos tanto econômicos quanto políticos interessa aos dois pensadores justamente por serem momentos com possibilidades revolucionárias, em que as contradições e os limites do modo de produção capitalista mostram-se de forma clara, aumentando as possibilidades de sucesso dos movimentos revolucionários.

A tese central que norteia todos os escritos de Marx sobre “o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e circulação”, com o objetivo de “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna,”(MARX, O Capital. Prefácio da Primeira Edição,1988, Livro I, vol.1 p.18-19.), fundamentada na concepção materialista dialética da história, é a do caráter histórico e transitório do modo de produção capitalista. Da mesma forma que os modos de produção asiático, antigo e feudal, que precederam o modo de produção burguês, foram levados à derrocada em virtude da intensificação das suas contradições internas e dos seus limites, provocados pelo seu próprio desenvolvimento, o modo de produção capitalista não fugirá a essa regra da progressiva

formação econômica da sociedade; precisará alcançar seu fim para que a humanidade ultrapasse essa etapa e como diz Marx encerre “*a pré-história da sociedade humana.*”(Prefácio de Para a Crítica da Economia Política, 1978, Os Pensadores, p. 130).

Por conseguinte, a análise das crises é parte imprescindível para a teoria de Marx, que é essencialmente, ou seja, no seu caráter mais puro, uma teoria sobre a inevitabilidade da derrocada do modo de produção capitalista como resultado histórico das suas próprias contradições. É importante esclarecer com base no método materialista dialético da história desenvolvido por Marx e Engels, que a inevitabilidade da derrocada é uma necessidade histórica imprescindível para o avanço da humanidade, ao possibilitar o surgimento do novo modo de produção das entranhas do modo de produção decrépito, como resultado da intensificação das suas próprias contradições que anunciam seu fim. Essa transição do modo de produção moribundo para o modo de produção superior não se faz de forma automática, de forma natural e pacífica, como resultado apenas das contradições entre o desenvolvimento da base material e as relações sociais de produção específicas, mas, se faz da síntese dos elementos objetivos determinados pelas condições materiais com os elementos subjetivos do processo, determinados pelos desdobramentos políticos da luta de classes.(GROSSMANN, Ensayos sobre la teoria de las crisis. 1979, p.250.) Parafrazeando Marx no 18 Brumário de Luís Bonaparte (1978, Os Pensadores, p.329), a lutas de classes e os movimentos revolucionários são possíveis, mas nas condições históricas dadas, “*legadas e transmitidas pelo passado*”, não apenas pela vontade dos homens. Da mesma forma, as crises não são por si só momentos revolucionários, mas, momentos em que as condições históricas possibilitam uma maior liberdade de atuação da vontade dos homens, criando a possibilidade de transformação.

Na obra “O Capital”, exposição mais desenvolvida e completa da sua teoria sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, Marx lança mão do método científico de investigação do objeto de análise (no caso o capital) a partir de suas formas mais simples, mais abstratas, até sua forma mais complexa como totalidade das múltiplas determinações que constituem o objeto, ou seja, sua forma concreta. A passagem da forma mais abstrata para a forma mais concreta se dá pela incorporação sucessiva de categorias que determinam a forma de desenvolvimento do objeto, aproximando-se sucessivamente do concreto como expressão da realidade, em que o objeto analisado em sua forma concreta, mais desenvolvida, é a síntese das múltiplas determinações que o formam. O método de investigação utilizado por Marx

determinou a organização da exposição da sua teoria sobre a lei econômica que rege o modo de produção capitalista.

O plano original de 1857-58 de O Capital esboçado nos Grundrisse, segundo Roman Rosdolsky no livro “Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx”, previa a elaboração de 6 livros: sendo o primeiro o “Livro Sobre O Capital”, o segundo o “Livro Sobre a Propriedade de Terra”, o terceiro o ‘Livro Sobre o Trabalho Assalariado’, o quarto o “Livro Sobre o Estado”, o quinto o “Livro Sobre o Comércio Exterior” e o sexto o “Livro Sobre o Mercado Mundial”. O Livro Sobre o Capital seria dividido em quatro partes: O capital em geral, Concorrência, Sistema de crédito e Capital dividido em ações. A parte que trataria do capital em geral seria ainda subdividida em O processo de produção, O processo de circulação e Lucro e juros. Do plano original de 1857-58 só foi publicado de forma modificada o conteúdo dos três primeiros livros e um quarto livro sobre A história das teorias da mais-valia, apesar dos livros sobre o Estado, Comércio exterior e Mercado mundial nunca terem sido completamente descartados por Marx numa possível continuação da obra. O plano da obra que teve o primeiro livro publicado em 1867 por Marx e o segundo e terceiro livros por Engels em 1885 e 1894 respectivamente, ilustra bem o método de análise e de exposição de O capital. Assim como no plano original de 1857-58, a análise parte do capital na sua forma geral, ou seja, parte do processo de produção e do processo de circulação na sua forma pura, sem as interferências da concorrência entre os diferentes tipos de capitais, a influência do sistema de crédito, do Estado, do comércio exterior e do mercado mundial. Rosdolsky comenta e reproduz no seu livro boa parte do trecho final da introdução dos Grundrisse em que Marx trata do método da economia política, definindo de forma bastante clara o método científico em que a análise parte do abstrato para o concreto.

Marx demonstra aqui, antes de tudo, que “ir do abstrato para o concreto” é o único método científico adequado para ‘apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado’. Na introdução, em uma passagem famosa, ele diz: “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, portanto, a unidade do diverso. Por isso, o pensamento só pode compreender plenamente o concreto “em um processo de síntese”, ou seja, pela reconstrução progressiva do concreto a partir de suas determinações abstratas mais simples. Se a análise científica (econômica, no caso) começa diretamente “pelo real e concreto”, pelas próprias condições reais – por exemplo, a população ou o mercado mundial -, só poderá enxergar uma imagem difusa e totalmente indefinida da realidade. “A população é uma abstração se deixo de lado, por exemplo, as classes de que se compõe. Essas classes, por sua vez, são uma palavra oca se desconheço os elementos sobre os quais repousam, por

exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. estes últimos pressupõem a troca, a divisão do trabalho, o capital etc. (...) Portanto, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do conjunto. Buscando sempre maior precisão, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples: do concreto representado, chegaríamos a abstrações cada vez mais sutis, até alcançarmos as determinações mais simples. Attingido esse ponto, seria necessário realizar uma viagem de volta, até reencontrarmos novamente a população. Agora, porém, não teríamos a representação caótica de um conjunto, mas sim uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações.” Por isso, o método cientificamente correto na economia política deve elevar-se “a partir do simples – trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca – até o Estado, o comércio entre as nações e o mercado mundial”, para poder examinar o desenvolvimento do modo de produção capitalista como uma totalidade orgânica. (ROSDOLSKY, op. cit. p. 39-40)

Marx demonstra no Livro Primeiro que trata do Processo de Produção do Capital e no Livro Segundo que trata do Processo de Circulação do Capital, o processo de reprodução do capital em geral como processo de produção de mais-valia, fundado em uma relação social de produção de extração de valor excedente dos não-proprietários dos meios de produção pelos proprietários dos meios de produção. Processo de produção como síntese do processo de trabalho e do processo de valorização em que o desenvolvimento das forças produtivas entra em choque com as relações sociais de produção. A contradição insuperável já aparece na sua forma mais abstrata, no capital em geral. No Livro Terceiro, Marx trata do Processo Global da Produção Capitalista, incorporando a concorrência entre diferentes tipos de capitais individuais, que em função do papel que representam no circuito de reprodução do capital global se apropriam de formas distintas da mais-valia como lucro industrial, lucro comercial, renda da terra e juros. O capital não está mais livre das interferências da concorrência e do sistema de crédito no processo de reprodução, a análise se aproxima do concreto, do funcionamento do modo de produção capitalista na realidade. Essa aproximação da realidade, do concreto, do capital em sua forma mais desenvolvida como síntese das suas múltiplas determinações, não elimina as contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, que lhe são inerentes já na sua forma mais abstrata, como capital em geral. Em sentido contrário, acentua ainda mais essas contradições ao impulsionar o desenvolvimento do modo de produção capitalista para além dos seus limites, determinados pela necessidade de valorização do capital, resultando em crises periódicas marcadas por crise de crédito, superprodução, desvalorização do capital existente e o surgimento de uma superpopulação relativa de trabalhadores.

As crises periódicas são a forma violenta como aparecem as contradições e os limites inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. São erupções da contradição do processo de produção como processo de trabalho e processo de valorização, são crises de valorização do capital; quando a magnitude de capital que está funcionando no processo de produção produz mercadorias piores de mais-valia que não conseguem realizarem-se como valor que se valoriza na produção. Em última instância, a crise não é causada pelo subconsumo, pela expansão descontrolada do sistema de crédito, pela desproporção entre os setores de produção de meios de produção e de bens de consumo ou mesmo pela queda em si da taxa média de lucro, mas, é uma crise causada pela contradição inerente do capitalismo entre o impulso incessante para a ampliação da capacidade de produção através da crescente união dos homens no processo de trabalho e a limitação imposta a esse desenvolvimento das forças produtivas pela necessidade de valorização do capital. A gênese das sucessivas crises que marcam o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da sua derrocada como resultado da intensificação das suas contradições em um grau insuportável, nasce do próprio traço fundamental que o impulsiona já na sua forma mais simples.

O desenvolvimento das forças produtivas ao aumentar a composição orgânica do capital, elevando a parcela do capital constante em relação ao capital variável no total do capital adiantado, ou seja, reduzindo o trabalho vivo como substância criadora do valor, da mais-valia, por trabalho passado na forma de meios de produção, restringe sucessivamente a valorização do capital ao levar à queda tendencial da taxa de lucro e a conseqüente redução da taxa de acumulação, ao mesmo tempo em que as relações sociais de produção fundadas na exploração dos trabalhadores pelos proprietários dos meios de produção impõem a valorização incessante como movimento em si da reprodução do capital. A forma de existência do capital é o movimento, o capital é o movimento incessante de valorização do valor que tem como substância a extração de valor excedente da força de trabalho no processo de produção sem lhe dar nada em troca como equivalente, trabalho não-pago na forma de mais-valia.

(...), à medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é sua única finalidade), sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo ao lado de população supérflua. Portanto, os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si

mesmo e, portanto, atribuem essa barreira não à produção, mas à natureza (na doutrina da renda). O importante, porém, em seu horror ante a taxa de lucro em queda, é a sensação de que o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira que nada tem a ver com a produção de riqueza enquanto tal; e essa barreira popular testemunha a limitação e o caráter tão-somente histórico e transitório do modo de produção capitalista; testemunha que ele não é um modo de produção absoluto para a produção de riqueza, mas que antes entra em conflito com seu desenvolvimento, em certo estágio.(MARX, O Capital. 1988, livro III, vol. 4 p. 174.)

As crises aparecem como crises de crédito, crises de superprodução de mercadorias e subconsumo ou ainda como derivadas da desproporção entre os setores de produção de meios de produção e bens de consumo, mas, na essência são crises de superacumulação de capital expressa pela queda tendencial da taxa média de lucro, cessando a realização do capital-mercadoria, impossibilitando a valorização ao romper-se o processo de reprodução do capital global. Segundo Marx, os períodos de crise são momentos de ajuste no processo de reprodução do capital global ao desvalorizar e até mesmo inutilizar parcelas do capital existente como forma de restabelecer as taxas médias de lucro; da mesma maneira que por um lado, aumentam a centralização do capital existente expropriando os pequenos e médios capitalistas, enquanto por outro, criam uma superpopulação relativa ao reduzir ainda mais a parcela do capital variável em relação ao capital constante. Em suma, a crises é a expressão máxima da atuação das contratendências à queda da taxa de lucro; a crise apresenta um caráter qualitativo duplo ao explicitar as contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao aparecer como sintoma do seu caráter degenerativo, ao mesmo tempo em que funciona como contratendência ao restabelecer as condições de valorização do capital. Fazendo analogia com o corpo humano, a crise funciona como um remédio, como um anticorpo que aciona todas as formas de defesa possíveis contra a doença, mas, traz a cura temporária ao recolocar essas debilidades inerentes ao corpo em grau maior de intensidade e prolongamento dos sintomas, exigindo cada vez mais anticorpos mais poderosos, até o momento em que os anticorpos e até mesmo os remédios não conseguem mais defender o corpo. A partir desse grau de desenvolvimento da doença se apresentam apenas duas possibilidades, a morte ou a sua postergação ao manter-se o corpo em estado vegetativo a espera do desligamento dos aparelhos que o mantém vivo artificialmente.

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as

relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor). Seu caráter específico está orientado para o valor-capital existente, como meio para a máxima valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ela alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já produzidas. A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo capital, perturba as condições dadas, em que se efetua o processo de circulação e de reprodução do capital, e, por isso, é acompanhada por paralisações súbitas e crises do processo de produção. A diminuição relativa do capital variável em relação ao constante, que transcorre lado a lado com o desenvolvimento das forças produtivas, constitui um aguilhão para o crescimento da população trabalhadora, enquanto cria continuamente uma superpopulação artificial. (...) A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa. A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, (...) (MARX, op. cit., p. 179-180).

O entendimento da teoria de Marx sobre o funcionamento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista como essencialmente uma teoria da sua derrocada, não é e nem nunca foi consenso entre os marxistas e também entre os seus críticos. Um dos períodos mais intensos desse debate sobre a existência de uma teoria de Marx sobre as crises e a derrocada do modo de produção capitalista, aconteceu entre o final do século XIX (por volta de 1890) até a década de 30 do século XX. Em virtude dos acontecimentos históricos, a questão que estava claramente posta para os partidos operários nesse período era a opção pela reforma do capitalismo ou o caminho da revolução, por isso a importância do debate sobre o caráter da teoria de Marx para os teóricos da época. Jorge Tula no prefácio do livro “La ley de la acumulación y del derrumbe del sistema capitalista” de Henryk Grossmann, distingue três fases do debate ao utilizar a periodização elaborada por Giacomo Marramao em seu trabalho “Teoría del derrumbe y capitalismo organizado en las discusiones del extremismo histórico”: 1) a primeira fase se inicia por volta de 1890 e é marcada pela teoria da derrocada definida como clássica dos teóricos da II internacional, que classificam a teoria de Marx como

catastrófica e sem comprovação histórica. Bernstein propõe com base no seu trabalho “As premissas do socialismo e as tarefas da social democracia”, o abandono pela social democracia da teoria da derrocada de Marx em virtude da sua não comprovação histórica, com vistas à adaptação do programa do partido ao funcionamento da economia moderna; 2) a segunda fase começa em 1905 e é marcada pelo debate sobre qual o papel da luta de classes e da organização proletária para a derrocada inevitável do modo de produção capitalista; 3) a terceira fase começa em meados da década de 20 e se estende até a década de 30, e, é marcada pelo refluxo e derrota do movimento operário europeu e pelo debate sobre a crise e o capitalismo de Estado que se desenvolve nas décadas de 20 e 30.

O ponto central da controvérsia entre os marxistas sobre a teoria de Marx sobre as crises e a derrocada do modo de produção capitalista nesse período se situava na interpretação dos chamados esquemas de reprodução do Livro Segundo de “O Capital”. Os teóricos que defendiam o caráter ilimitado de reprodução do modo de produção capitalista lançavam mão dos esquemas de reprodução para fundamentar sua tese de que as crises eram resultado da desproporção entre os setores de produção de meios de produção e de produção de bens de consumo. Se a produção e a acumulação nos setores fossem planejadas, mantendo a proporção, se eliminariam os motivos econômicos das crises do capitalismo. Por conseguinte, a passagem do capitalismo para o socialismo não se daria como resultado último das suas contradições de caráter econômico, pelo colapso das suas leis econômicas, mas, da vontade política das massas proletárias organizadas, que movidas por um sentimento de ética promoveriam a transformação de forma pacífica. O capitalismo seria derrotado não pelas contradições do seu próprio desenvolvimento econômico – sendo o capitalismo do ponto de vista econômico um sucesso para esses teóricos – mas, por causas éticas e morais. Com diferenças de abordagem, muitas vezes em função de disputas teóricas e principalmente políticas em seus países, a gama de teóricos que compartilhavam esse ponto de vista era variada; dos sociais democratas alemães e austríacos como Hilferding, Otto Bauer, Kautsky aos teóricos não-marxistas e marxistas russos como Tugan-Baranovski, Bulgakov, Bukharin e até mesmo o jovem revolucionário Lênin. No caso dos marxistas russos, a defesa dos esquemas de reprodução como representativos da realidade é resultado do debate sobre a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo na Rússia com os populistas que defendiam a impossibilidade desse desenvolvimento.

No lado oposto, teóricos como Rosa Luxemburgo e Henryk Grossmann criticaram a defesa do caráter ilimitado de expansão econômica do modo de produção capitalista, resgatando o sentido da teoria de Marx como teoria sobre a derrocada do capitalismo. No livro “Acumulação de Capital” publicado em 1912, Rosa Luxemburgo questiona a validade da aplicação dos esquemas de reprodução do Livro Segundo de “O Capital”, defendendo a hipótese de que a reprodução do capital global só se realiza por meio do comércio com as chamadas “terceiras pessoas”, regiões não capitalistas, que absorveriam a superprodução das regiões capitalistas. Com o desenvolvimento do processo de acumulação de capital, a realização do produto produzido estaria comprometida pela impossibilidade de realização de parte do valor criado que corresponderia a mais-valia. Em virtude de o consumo dos trabalhadores, dos capitalistas e das camadas improdutivas ser restrito, estar contido por limites estreitos, a fração do valor que foi produzida como mais-produto, correspondente à mais-valia, só poderia ser consumida via acumulação de capital através da compra de novos meios de produção e a contratação de mais força de trabalho. A contradição que se coloca com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, segundo Rosa Luxemburgo, estaria no descompasso da expansão da capacidade de produção e do ritmo do crescimento da acumulação de capital, por isso a necessidade de se ampliar o intercâmbio através do comércio exterior. Nesse sentido, a luta imperialista entre as grandes potências pela conquista ou pelo controle das colônias seria impulsionada pela necessidade de novos mercados. Já Grossmann ao publicar “La ley de la acumulación y del derrumbe do sistema capitalista” em 1929, faz a crítica da interpretação dos esquemas de reprodução de Marx feita tanto pelos defensores da expansão econômica ilimitada modo de produção capitalista quanto a feita por Rosa Luxemburgo. A crítica de Grossmann está centrada na incompreensão da importância do método utilizado por Marx para a organização de “O Capital” e para o melhor entendimento da sua teoria. A incompreensão do método, segundo Grossmann, explica o equívoco da interpretação do papel dos Livros Primeiro e Segundo de O Capital e, portanto, do papel dos esquemas de reprodução na análise de Marx do capital em sua forma geral, cometido pelos teóricos da II internacional, pelos marxistas russos e por Rosa Luxemburgo. Para Grossmann, uma interpretação mais cuidadosa do método, evidencia a teoria de Marx como uma teoria sobre a derrocada do modo de produção capitalista como resultado das próprias contradições que aparecem já na sua forma abstrata, como capital em geral, reafirmando o seu caráter histórico e transitório como modo de produção.

O tema das crises também é tratado por Marx e Engels nos seus escritos que tratam da análise dos acontecimentos históricos do seu tempo e de análise da conjuntura econômica e política. Obras como a As Lutas de classes na França, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, A Guerra civil na França, A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra, além das notas de Engels e de algumas partes de O Capital e de Teorias da Mais-Valia, nos remetem aos desdobramentos mais concretos da teoria. Os artigos escritos por Marx e Engels para revistas como a Nova Gazeta Renana e jornais como o New York Daily Tribune, com quem Marx colaborou de 1851 a 1862 como correspondente internacional, são fundamentais para o confronto da teoria de Marx sobre as crises e a derrocada do modo de produção capitalista na sua forma mais abstrata com as análises das diversas crises que marcaram sua época, aperfeiçoando a compreensão da teoria a partir da sua aplicação para a análise dos fenômenos que compõem a realidade.

1.2 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Demonstrar que a teoria econômica de Karl Marx, desenvolvida de forma mais completa em “O Capital”, é no seu conjunto uma teoria sobre a derrocada do modo de produção capitalista, em que as diferentes formas em que aparecem as crises são a expressão mais explícita da contradição original do capital.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- 1) Demonstrar que o capital em sua forma mais abstrata, capital em geral, já apresenta a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas.
- 2) Demonstrar que a queda tendencial da taxa média de lucro explicita a contradição entre a crescente magnitude de capital acumulado e a decrescente taxa de valorização e de acumulação. As crises periódicas surgem dessa contradição.
- 3) Analisar a atuação das causas contrariantes apontadas por Marx como freio ao funcionamento absoluto da lei da queda tendencial da taxa de lucro.
- 4) Investigar as formas em que aparecem as crises no modo de produção capitalista. Demonstrar que as crises de superprodução, subconsumo, desproporção entre setores, do

sistema de crédito e do mercado mundial são formas como aparece a contradição inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

- 5) Ressaltar a teoria de Marx como uma teoria sobre a derrocada do modo de produção capitalista a partir das suas próprias contradições, que se acentuam com o seu desenvolvimento.
- 6) Confrontar a teoria das crises e da derrocada do capitalismo de Marx com a sua própria interpretação das crises ocorridas no seu tempo, exposta em diversos textos e artigos para jornais e revistas.

1.3 METODOLOGIA

Para que fossem alcançados os objetivos propostos, primeiramente, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, principalmente pelos escritos econômicos de Marx, em que o tema das crises e da derrocada do capitalismo surge da análise do desenvolvimento da reprodução capitalista. A fonte principal da pesquisa foram os 4 livros de “O Capital” (incluindo o livro Teorias da Mais-Valia), em virtude de ser o registro mais completo da teoria de Marx. É fundamentalmente com base em “O Capital” que se demonstra que não existe uma teoria de crises em um trecho específico da análise de Marx, mas que a teoria de forma completa é uma teoria das crises e da derrocada do capitalismo. Para a análise do capital em geral, obras como “Capítulo VI Inédito de O Capital” e “Para a Crítica da Economia Política” foram esclarecedoras de algumas passagens de “O Capital”. Da mesma forma, obras de autores marxistas como Rosdolsky, Grossmann e o “Suplemento ao Livro Terceiro” escrito por Engels foram fundamentais para o melhor entendimento do método de exposição utilizado por Marx. Para se investigar como Marx interpretou à luz da sua teoria as crises ocorridas no seu tempo, foi realizada uma análise dos escritos em que Marx aborda a conjuntura econômica e política, principalmente os artigos escritos juntamente com Engels para revistas como a Nova Gazeta Renana e artigos para jornais como New York Daily Tribune. Os escritos de Engels, como os artigos publicados em jornais e revistas, notas para O Capital ou as várias apresentações às reedições das suas obras e as de Marx, foram fundamentais para o entendimento e a sistematização dos seus e dos escritos de Marx sobre as crises verificadas no seu tempo.

O método de exposição é o mesmo utilizado por Marx. O trabalho parte da demonstração da contradição inerente ao capital na sua forma mais simples, capital em geral, aproximando sucessivamente o funcionamento do capital de sua forma concreta, com as diferentes categorias que o constituem em seu estágio mais desenvolvido. A análise do capital em geral e do capital em sua forma mais próxima do seu funcionamento na realidade, incorporando a concorrência entre diferentes tipos de capitalistas, desenvolvimento do sistema de crédito e a formação do mercado mundial, demonstra que o seu desenvolvimento potencializa a contradição que já estava em gênese na sua forma mais simples. As crises são a manifestação dessa contradição inerente ao modo de produção capitalista em sua forma desenvolvida.

No capítulo primeiro é feita uma introdução ao tema do trabalho seguida dos objetivos – geral e específicos - e da metodologia. No capítulo segundo, é demonstrado como o processo de produção capitalista é um processo de reprodução das relações sociais capitalistas. O desenvolvimento do processo de acumulação de capital ao mesmo tempo em que desenvolve a classe capitalista e a classe trabalhadora como classes opostas, desenvolve a contradição entre o avanço da força produtiva do trabalho social e as relações sociais de produção que são a sua base. Essa contradição, que é inerente ao capital em geral, é explicitada com a centralização de capital por um lado e a formação de uma superpopulação relativa por outro. No capítulo terceiro, o funcionamento do modo de produção capitalista incorpora a transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro e, portanto, da repartição da mais-valia social entre diferentes tipos de capitalistas. Com o aumento da composição orgânica média do capital global, a lei da queda da taxa de lucro se impõe como tendência ao funcionamento do capital. A atuação das causas contrariantes à vigência da lei apenas retarda a sua ação de forma absoluta, sem anular o seu funcionamento como tendência ao recolocar os limites do modo de produção capitalista em um grau mais desenvolvido. O capítulo quarto trata da crise como explosão das contradições do modo de produção capitalista e que aparece na forma de diferentes tipos de crise: crise de superprodução, subconsumo, desproporção entre setores, do sistema de crédito e do mercado mundial. Todas essas formas são a manifestação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas. As análises de Marx e Engels das crises do século XIX comprovam essa tese. No capítulo quinto são apresentadas as conclusões finais do trabalho.

A exposição dos argumentos do trabalho é reforçada com o seu confronto com a citação de trechos originais, com base na bibliografia selecionada, que sintetizam a idéia dos autores. Essa forma de exposição reforça a importância de uma detalhada revisão bibliográfica das obras que tratam sobre o tema, principalmente “O Capital” e outros escritos de Karl Marx, fundamentando de forma mais segura as conclusões que são apresentadas no trabalho.

CAPITULO 2

2 REPRODUÇÃO E DERROCADA DO CAPITAL EM GERAL

No plano da obra “O Capital” de Karl Marx, os Livros Primeiro e Segundo são dedicados à exposição do capital em seu caráter mais abstrato, mais simples do seu funcionamento; abstraindo a divisão da mais-valia entre diferentes tipos de capitalistas, a concorrência, o desenvolvimento do sistema de crédito e a existência do mercado mundial. No Livro Primeiro, Marx discute o processo de produção do capital como processo de produção e de reprodução de capital e das relações sociais de produção da sociedade capitalista. Como o movimento de valorização não se restringe à esfera da produção, sendo preciso realizar a mais-valia produzida na esfera da circulação, ao Livro Segundo conseqüentemente cabe a exposição do processo de circulação do capital. Os 2 livros expõem o movimento de circulação do capital como ciclo indissolúvel da esfera da circulação, nas suas 2 fases, com a esfera da produção como *locus* da criação de valor e da relação direta de exploração da classe trabalhadora. Marx mostra que o capital no seu funcionamento de forma pura, no caráter estritamente específico da sua lei da acumulação, apresenta uma contradição crescente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas. Essa contradição evidencia-se, por um lado, na expansão contínua da capacidade do trabalho social via aumento da massa dos meios de produção transformados em mercadorias com valor excedente por uma massa de trabalhadores cada vez mais integrados no processo de trabalho em caráter mundial; e por outro lado, a formação de uma superpopulação relativa provocada pelo crescimento a taxas decrescentes da demanda de trabalho humano, tornando uma parcela crescente da população trabalhadora inútil, redundante para o processo de produção de capital. Junto com a elevação crescente do trabalho morto em proporção ao trabalho vivo, ou seja, aumento da composição orgânica do capital, cai tendencialmente a taxa de lucro médio e a taxa de acumulação do capital, embora a taxa de exploração (mais-valia) tendencialmente cresça. O aumento da magnitude da riqueza produzida socialmente e apropriada em proporções crescentes pela classe capitalista, em contraste com o empobrecimento relativo e elevação do grau de exploração da classe trabalhadora é inerente ao capital na sua forma geral, abstraída da concorrência entre diferentes capitais, o sistema de crédito e o mercado mundial que potencializam o desenvolvimento dessas contradições.

Marx na apresentação da seção VII , referente ao processo de acumulação de capital, no Livro Primeiro, mostra de maneira clara o plano da obra e o método de exposição fundado na aproximação sucessiva do capital do seu funcionamento na realidade. No Livro Terceiro, caberia analisar as modificações no processo de acumulação de capital com a transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro e a formação da taxa de lucro médio, bem como, a repartição da mais-valia social em diferentes formas (lucro comercial, renda da terra, juros..) que cabem a diferentes tipos de capitalistas que concorrem entre si. Essa investigação do processo de acumulação do capital em geral, necessita de alguns pressupostos que são apresentados por Marx:

Supomos aqui, portanto, por um lado, que o capitalista que produz a mercadoria a vende por seu valor, sem nos determos mais com a sua volta ao mercado nem com as novas formas que o capital assume na esfera da circulação, nem com as condições concretas da reprodução ocultas nessas formas. Por outro lado, consideramos o produtor capitalista como proprietário da mais-valia inteira ou, se se quiser, como o representante de todos os participantes no butim. Encaramos, portanto, de início a acumulação em abstrato, isto é, como mero momento do processo direto de produção. De resto, na medida que a acumulação se realiza, o capitalista consegue vender a mercadoria produzida e retransformar em dinheiro o capital recebido por ela. Além disso: o fracionamento da mais-valia em diversas partes nada muda em sua natureza nem nas condições necessárias em que ela se torna elemento da acumulação. Qualquer que seja a proporção da mais-valia que o produtor capitalista retém para si mesmo ou cede a outros, ele sempre se apropria dela em primeira mão. O que, portanto, é pressuposto em nossa apresentação da acumulação, é pressuposto do seu processo real. Por outro lado, o fracionamento da mais-valia e o movimento mediador da circulação obscurecem a simples forma básica do processo de acumulação. Por isso, sua análise pura exige a abstração provisória de todos os fenômenos que escondem o jogo interno de seu mecanismo. (MARX. O CAPITAL. 1988, Livro I, vol. 2, p. 143-144.)

Esse capítulo está dividido em 3 seções; a primeira seção trata do processo de produção do capital como processo de reprodução das relações sociais capitalistas, como o processo de produção de capital reproduz a classe capitalista e a classe trabalhadora como expressão das relações sociais de produção da sociedade burguesa. A segunda seção analisa como o processo de acumulação converte as leis de propriedade da produção de mercadorias em lei da apropriação capitalista, em que a classe trabalhadora é dominada pelo próprio produto do seu trabalho na forma de capital. Na terceira seção, são expostas as contradições do processo de

acumulação do capital em geral, contradições já presentes na sua forma abstrata e que são desenvolvidas e potencializadas com a análise do seu funcionamento de forma concreta.

2.1 REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

CAPITALISTAS

Todo processo social de produção é ao mesmo tempo processo de reprodução. O funcionamento do processo social de produção, visto como processo global de reprodução exige que uma parte do produto anual não seja consumida, mas que retorne à produção no ano seguinte como reposição das matérias primas e matérias auxiliares consumidas e da parcela dos meios de trabalho desgastados no próprio processo de produção do produto anual total. Para se manter a mesma escala de produção do período anterior ou até mesmo ampliá-la, é preciso que uma parte da produção total seja na forma de meios de produção para o consumo produtivo. No modo de produção capitalista, a produção e reprodução assumem forma específica. O processo de produção é a síntese do processo de trabalho e do processo de valorização do capital; como meio essencial para a valorização do capital adiantado em meios de produção e força de trabalho ao produzir um valor excedente na forma de mais-valia. Esse processo de produção de capital é de forma contínua um processo de reprodução ao criar mais-valia como fruto do seu funcionamento como capital e ao mesmo tempo produzir e reproduzir as suas relações sociais de produção.

A análise da reprodução do capital na sua forma mais abstrata, a partir dos seus elementos mais simples, chamada por Marx de reprodução simples, já revela o caráter específico das relações sociais de produção capitalistas. O pressuposto de que o capitalista consome toda a mais-valia produzida, mantendo a mesma escala do processo - por conseguinte abstando a aplicação da mais-valia em novos meios de produção e a contratação de mais trabalhadores, ou seja, reprodução ampliada, acumulação de capital - desvela novas características do processo ao sair-se da aparência do fenômeno. A compra de força de trabalho para ser utilizada no processo de produção também se renova continuamente. Após o término do prazo de contratação da força de trabalho, é preciso sempre recontratá-la para que a produção continue no mesmo ritmo. O trabalhador ao transformar os meios de produção em mercadorias com um valor excedente, mercadorias prenes de mais-valia, só recebe seu pagamento após ter efetivado seu valor de uso para o capitalista; ao ter produzido no montante de mercadorias não apenas o valor do fundo para o pagamento do seu salário, na forma de

capital variável, mas também valor excedente, mais-valia, considerada como fundo de consumo do capitalista no processo de reprodução simples.

O processo de produção como processo de reprodução transforma todo o capital em capital acumulado, mais-valia capitalizada, valor apropriado sem equivalente como materialização de trabalho alheio não-pago. Mesmo se a origem do capital aplicado no processo de produção seja a propriedade acumulada em virtude do trabalho do seu possuidor, a reprodução contínua do processo de produção retransforma o capital que foi fruto do seu trabalho em mais-valia capitalizada como fruto da apropriação de trabalho alheio não-pago. Se o capitalista consome toda a mais-valia gerada, ao transcorrer de alguns anos ele terá consumido uma soma de capital igual ao montante do capital adiantado. O capital que lhe resta mudou a sua qualidade, não é mais o capital original, mas a soma da mais-valia que ele se apropriou sem nada dar em troca. O trabalhador também muda sua qualidade no processo de reprodução; fonte da criação de riqueza ao transformar com a sua capacidade de trabalho os meios de produção em mercadorias com um valor excedente ao capital originariamente adiantado, valor excedente como materialização de trabalho não-pago, transforma o produto do seu próprio trabalho em capital objetivado que lhe é estranho e o domina.

No processo de reprodução capitalista, o trabalhador produz a riqueza como propriedade do capitalista e recebe uma parcela do próprio produto do seu trabalho na figura do salário que lhe é pago. A parcela do produto produzido pelo trabalho do trabalhador na forma de salário não lhe é paga em mercadorias, mas em dinheiro, como equivalente geral de valor que dá ao seu possuidor o direito de dispor de todas as mercadorias compradas e vendidas. A ilusão monetária criada pela forma como o salário aparece, obscurece a relação social de produção em que o trabalhador é dominado pelo produto do seu trabalho; produzindo e reproduzindo a riqueza social apropriada pelo capitalista e recebendo apenas uma parte dela como salário. Para Marx, a forma aparente do processo dissolve-se mais facilmente quando se consideram não o capitalista individual e o trabalhador individual no processo produtivo de uma unidade particular de produção, mas, a classe capitalista e a classe trabalhadora no processo global de reprodução social. A classe capitalista entrega à classe trabalhadora títulos sobre parcela do produto do seu trabalho na forma monetária, que lhe são restituídos quando a classe trabalhadora compra os produtos necessários para a sua subsistência que foram produzidos por ela mesma, mas que são propriedade dos capitalistas. A forma mercadoria e a forma dinheiro que o capital precisa assumir no processo de produção confundem a

compreensão da relação social capitalista, fundada no caráter social da produção da riqueza e na sua apropriação de maneira privada.

A ilusão, gerada pela forma monetária, desaparece imediatamente tão logo sejam consideradas a classe capitalista e a classe trabalhadora em vez do capitalista individual e do trabalhador individual. A classe capitalista dá constantemente à classe trabalhadora, sob forma monetária, títulos sobre parte do produto produzido por esta e apropriado por aquela. Esses títulos, o trabalhador os restitui, do mesmo modo constante, à classe capitalista e retira-lhe, com isso, aquela parte do seu próprio produto que é atribuída a ele. A forma mercadoria do produto e a forma monetária da mercadoria disfarçam a transação. (MARX, O CAPITAL. 1988, Livro I, vol. 2 p. 146)

Para que essa relação de compra e venda da força de trabalho e dos meios de produção como a primeira etapa do processo de produção e de reprodução do capital seja possível, é necessário do ponto de vista histórico, que a classe trabalhadora tenha sido separada das condições objetivas do trabalho e do próprio produto do seu trabalho. Que se defronte com a classe capitalista como vendedora da sua capacidade de trabalho, força de trabalho como força subjetiva criadora de valor. A existência do dinheiro que se converte em meios de produção como propriedade privada do capitalista, condições objetivas do processo de trabalho, separadas do trabalhador como condição subjetiva, só existem como capital latente, capital potencial, se não são colocados no processo de produção. Meios de produção e força de trabalho, como propriedade de distintas figuras, o capitalista e o trabalhador, são a expressão da relação social de produção capitalista. São o pressuposto para que no processo de produção se produza capital, capital objetivado; que essa relação social se concretize, se objetive em capital como propriedade privada do capitalista. O pressuposto para o funcionamento do processo se transforma na própria lei que rege e perpetua o processo. Na reprodução simples, essa relação social de produção entre a classe capitalista e a classe trabalhadora é também produzida e reproduzida continuamente. O trabalhador quando produz mercadorias com valor acima do que foi adiantado em meios de produção e no pagamento do seu próprio salário, produz mais-valia como fruto do funcionamento do capital; mas, produz também riqueza social objetivada como capital que é propriedade privada do capitalista. No entanto, no mesmo sentido que produz esse Plus de riqueza como capital que se valoriza como propriedade privada do capitalista, o trabalhador reproduz as relações sociais de produção capitalistas ao reproduzir a sua não-propriedade sobre as condições objetivas de trabalho e o próprio produto do seu trabalho. O capitalista, que para valorizar o capital precisa ininterruptamente recontratar os trabalhadores para ao serem colocados no processo de produção produzirem mercadorias prenes de mais-

valia, também reproduz o trabalhador como trabalhador assalariado ao reproduzir as condições da sua não-propriedade, utilizando parcela do próprio produto do trabalho do trabalhador como salário para comprar a sua força de trabalho. O próprio consumo individual da classe trabalhadora se converte em parte do processo social de reprodução do capital, se restringindo ao estritamente necessário para a sua subsistência e procriação enquanto classe. Para o capitalista, é preciso que a riqueza social não se dissipe em consumo improdutivo pelos trabalhadores, mas se converta o máximo possível em capital que produzirá mais riqueza. O trabalhador para renovar suas energias vitais, sua capacidade de trabalho como fonte criadora de valor, precisa constantemente produzir sempre novo montante de riqueza como capital de propriedade privada do capitalista. E, o capitalista, para conservar e aumentar sua riqueza como capital, ou seja, para conservar-se como capitalista, também precisa reproduzir o trabalhador assalariado. A reprodução da classe capitalista e da classe trabalhadora representa as duas faces do processo de reprodução das relações sociais capitalistas, que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista centraliza a riqueza como propriedade privada de um número cada vez mais reduzido de capitalistas e a aumenta a pobreza e miséria da massa de trabalhadores.

Mas o que era, no princípio, apenas ponto de partida, é produzido e perpetuado sempre de novo, por meio da mera continuidade do processo, da reprodução simples, como resultado próprio da produção capitalista. Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meios de valorização e de satisfação para o capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou – fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios para tornar essa riqueza realidade para si. Como, ao entrar no processo, seu próprio trabalho já está alienado dele, apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, este se objetiva, durante o processo, continuamente em produto alheio. Como o processo de produção é, ao mesmo tempo, o processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, o produto do trabalhador transforma-se continuamente não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor. O próprio trabalhador produz, por isso, constantemente a riqueza objetiva como capital, como poder estranho, que o domina e explora, e o capitalista produz de forma igualmente contínua a força de trabalho como fonte subjetiva de riqueza, separada de seus próprios meios de objetivação e realização, abstrata, existente na mera corporalidade do trabalhador, numa só palavra, o trabalhador como o trabalhador assalariado. Essa constante reprodução ou perpetuação do trabalhador é a condição sine qua non da produção capitalista. (MARX, O Capital. 1988, Livro I, vol. 2 p. 148.)

2.2 ACUMULAÇÃO DE CAPITAL E APROPRIAÇÃO CAPITALISTA.

Na seção anterior, foi visto que o processo de produção de capital, produção de valor excedente na forma de mais-valia, no seu fluxo contínuo reproduz as relações sociais de produção capitalistas. A reprodução do capital reproduz o vínculo da classe capitalista com a classe trabalhadora, como os dois lados opostos do processo de produção da riqueza social. No processo de reprodução simples foi pressuposto que o capitalista consumia toda a mais-valia produzida, mantendo a mesma escala de produção, apenas repondo os meios de trabalho desgastados, as matérias primas e matérias auxiliares consumidas e recontratando o mesmo número de trabalhadores. Quando se transforma a mais-valia em capital, abstraindo a parte da mais-valia consumida pelo capitalista, comprando um volume adicional de meios de produção e contratando mais trabalhadores, aumentando a escala do processo de produção, a reprodução do capital assume a forma de acumulação do capital, reprodução em escala crescentemente ampliada. *“Considerada concretamente, a acumulação se reduz à reprodução do capital em escala progressiva. O circuito da reprodução simples se altera e se transforma, na expressão de Sismondi, em uma espiral”* (MARX, op. cit, p. 155-156.)

Na reprodução de capital de forma simples, a força de trabalho transforma os meios de produção em mercadorias com um valor excedente ao que foi adiantado, produz capital ao conservar o valor adiantado e ainda produzir valor excedente na forma de mais-valia. A soma de valor original do capitalista se transformou em capital real, capital objetivado como concretização da forma potencial do capital no volume de mercadorias prenes de mais-valia. Feita a realização do valor dessas mercadorias, a forma mercadoria do capital se retransforma em capital-monetário, soma do valor originalmente adiantado acrescentado da mais-valia; não importa se o capitalista consumirá toda a mais-valia, o que importa para Marx nessa etapa é evidenciar que a produção de capital é produção de mais-valia, é a reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Na reprodução em escala ampliada a mais-valia produzirá mais capital e mudará as condições de reprodução das relações sociais de produção capitalistas. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a aparência, a forma do fenômeno, têm transformado o seu conteúdo. A forma não explica o conteúdo, mas, o mistifica.

Para ampliar sua escala de produção, o capitalista precisa converter a mais-valia realizada com a venda das mercadorias produzidas anteriormente em quantidades adicionais de meios de produção e na contratação de mais trabalhadores. Desse retorno do capitalista à esfera

da circulação como comprador de maiores quantidades de meios de produção e força de trabalho, o capital original e o seu rebento, o novo plus de capital se confundem ao assumirem a forma de capital monetário. Como o dinheiro não demonstra sua origem, a mais-valia ao se transformar em capital produtivo adicional, apaga sua origem no mais-trabalho, trabalho não-pago aos trabalhadores. Esse mais-trabalho realizado pelos trabalhadores se materializa num volume de mais-produto produzido. Para que a mais-valia possa ser convertida em novas máquinas e ferramentas, novas matérias primas e matérias auxiliares, foi preciso que a produção total do período anterior não ficasse restrita ao necessário para reposição dos meios de produção consumidos e desgastados naquele período, mas que produzisse meios de produção em quantidade excedente. Da mesma maneira, a produção de meios de subsistência para o consumo dos trabalhadores não pode se limitar apenas ao volume necessário para reproduzir a mesma quantidade da população trabalhadora. O próprio caráter do processo de produção capitalista como processo de trabalho e processo de valorização determina que a magnitude do produto não possa se restringir ao equivalente da soma de capital adiantado, se não o capitalista não valoriza seu capital, é preciso produzir um mais-produto, uma mais-valia, que se converta em uma soma maior de dinheiro. A necessidade de valorização do capital impulsiona de maneira contínua a produção capitalista para além dos seus limites. O processo de produção capitalista sempre está criando uma quantidade de mercadorias que precisa ser retransformada em capital produtivo ou servir para o consumo individual da classe capitalista e da classe trabalhadora. A concorrência entre capitais, o sistema de crédito e o comércio exterior, que não são considerados por Marx na análise do capital em geral, potencializam ainda mais a expansão da escala de produção, potencializando também as contradições desse processo. A crise é a expressão mais aguda das contradições do processo de acumulação de capital.

A reprodução ampliada da escala de produção do capital necessita também reproduzir de forma ampliada a classe dos trabalhadores como vendedora da sua força de trabalho. É essencial reproduzir a população trabalhadora - como fonte criadora de riqueza desprovida das condições objetivas do trabalho - como trabalhadores assalariados. Mas, com a reprodução ampliada do capital, a relação de compra e venda da força de trabalho e a lei de propriedade da produção de mercadorias mudam de qualidade. A origem do capital variável, do fundo dos salários pagos aos novos trabalhadores contratados não é o capital original adiantado pelo capitalista, capital que se tornou propriedade do capitalista com base na compra e venda de mercadorias com valores equivalentes. Da mesma maneira que o capital constante adicional, materializado em novo montante de meios de produção, também perdeu a sua ligação com

aquela soma de capital original. O novo capital monetário que se converte em novo capital produtivo - montantes adicionais de meios de produção que serão transformados em novas mercadorias por uma quantidade adicional de trabalhadores - tem a sua origem no mais-produto produzido pelos trabalhadores sem receber nenhum valor equivalente em troca. Esse mais-trabalho não-pago, mais-valia, que se materializou no mais-produto produzido, é o próprio produto do trabalho do trabalhador transformado em capital real, capital objetivado em meios de produção e nos meios da sua subsistência que são propriedade do capitalista e se voltam contra ele. As condições objetivas do processo de trabalho e o próprio produto do trabalho do trabalhador não são sua propriedade, ele só recebe uma parcela do valor do produto que produziu na forma de salário. Além disso, não só o trabalhador não tem o direito de propriedade sobre o que produziu, como esse produto produzido por ele o explora de forma crescente ao necessitar do fornecimento de mais trabalho vivo para criar mais capital que o explorará ainda mais. A lei da propriedade da produção de mercadorias, que para a Economia Política fundamenta a acumulação de riqueza pelos capitalistas com base no próprio trabalho, torna-se mera aparência, uma forma que não diz nada sobre seu conteúdo. O desenvolvimento do processo de produção capitalista transforma a compra/venda de mercadorias com valores equivalentes e valores de uso diferentes, expressão do direito de propriedade desses produtores sobre o produto do seu trabalho, em lei da apropriação capitalista, direito de apropriar-se de maneira crescente do produto do trabalho alheio.

Mas a coisa é totalmente diversa com capital adicional de 2.000 libras esterlinas. Conhecemos exatamente o seu processo de surgimento. É mais-valia capitalizada. Desde a origem, ele não contém nenhum átomo de valor que não derive de trabalho alheio não-pago. Os meios de produção, aos quais a força de trabalho adicional é incorporada, assim como os meios de subsistência, com os quais ela se mantém, não são mais do que componentes integrantes do mais-produto, o tributo que anualmente é extraído da classe trabalhadora pela classe capitalista. Quando esta, com parte do tributo, compra força de trabalho adicional daquela, mesmo por seu preço integral, de modo que se troque equivalente por equivalente – permanece sempre o velho procedimento do conquistador, que compra as mercadorias dos vencidos com seu próprio dinheiro roubado. (MARX, op. cit. p. 156).

A relação social capitalista é uma relação de valorização do valor e ao mesmo tempo de exploração do trabalho. A compra da força de trabalho pelo capitalista aparece como uma troca entre dois proprietários de mercadorias com valores de uso diferentes e com valores de troca iguais, uma troca de equivalentes. Mas, na essência do fenômeno, a própria existência de intercâmbio desaparece. A forma de uma relação mercantil é negada pelo seu conteúdo como

relação de produção capitalista. O trabalhador tem comprada a sua força de trabalho com parcela do próprio produto do seu trabalho na forma de salário e o converte nos meios de subsistência que também são produto do seu trabalho. A forma monetária e a forma mercadoria que a relação-capital assume na esfera da circulação escondem esse caráter da produção capitalista. A aparência da relação de intercâmbio obscurece a relação social de produção em que o trabalhador produz a riqueza como propriedade privada do capitalista e recebe apenas uma parte dessa riqueza para a sua subsistência. Numa relação de troca simples, baseada na lei de propriedade da produção de mercadorias, a relação se dá entre proprietários privados do produto do seu trabalho que se relacionam através das suas mercadorias por meio da troca de equivalentes. O caráter social da produção, determinado pela divisão do trabalho, manifesta-se no funcionamento da lei do valor, que confronta os proprietários privados do produto do seu trabalho e converte esses diferentes trabalhos em trabalho social na forma de mercadorias. A relação social entre os produtores é fetichizada, segundo Marx, pela relação de troca entre mercadorias produzidas pelos homens. A relação social entre os homens aparece como relação entre mercadorias.

O valor, que na produção de caráter mercantil é uma relação social entre diferentes proprietários privados das condições objetivas do trabalho e do produto do seu trabalho na forma de mercadorias, no modo de produção capitalista, transubstancia-se numa relação entre os proprietários privados dos meios de produção e dos meios de subsistência e os não-proprietários, que se relacionam através da compra/venda da força de trabalho. Essa relação social é uma relação de extração de mais-valia por meio da exploração do trabalhador no processo de produção ao pagar-lhe como salário pela sua capacidade de trabalho, um valor inferior ao que ele gerou. Mas, o capitalista não roubou nada do trabalhador ao pagar-lhe o salário necessário para a sua subsistência. O nível do salário é determinado no longo prazo pelo nível de subsistência necessário para a reprodução da força de trabalho, flutuando no curto prazo em torno desse nível em virtude das oscilações do mercado de trabalho. A motivação do capitalista em comprar a força de trabalho não está em pagar por ela um valor abaixo do que ela vale, mas sim, de comprar uma mercadoria que tem um valor de uso especial; valor de uso de quando posta na produção produzir um valor excedente ao que custou, valor adicional na forma de mais-valia. Essa relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador vista na esfera da circulação por meio da compra e venda da força de trabalho não é uma relação desigual. O capitalista realmente paga o que a força de trabalho vale. Mas, do ponto de vista da relação social de produção da classe capitalista com a classe trabalhadora essa é uma relação de

apropriação, uma relação de exploração, que com o desenvolvimento do capitalismo torna-se mais desigual para a classe trabalhadora ao centralizar a riqueza produzida socialmente como propriedade privada de poucos. Na organização jurídica e política da sociedade burguesa os indivíduos aparecem como iguais, abstraindo-se as classes sociais a que pertencem. A sociedade burguesa se legitima no invólucro da propriedade como resultado do trabalho e na troca como o exercício da liberdade que a propriedade dá. No entanto, é no processo de produção que essa relação entre iguais é desmascarada pela relação de exploração direta dos trabalhadores para a extração de mais-valia. No processo de produção desaparece a liberdade do trabalhador que é substituída pela disciplina da fábrica e evidencia-se a relação de apropriação do produto do seu trabalho pelo capitalista.

Propriedade de trabalho passado e não-pago aparece agora como a única condição para a apropriação presente de trabalho vivo não-pago, em dimensão sempre crescente. Quanto mais o capitalista houver acumulado, tanto mais poderá acumular. Na medida em que a mais-valia, na qual consiste capital adicional número I, foi o resultado da compra da força de trabalho por uma parte do capital original, compra que correspondeu às leis do intercâmbio de mercadorias e, juridicamente considerada, não pressupõe mais do que a livre disposição por parte do trabalhador sobre suas próprias capacidades, por parte do possuidor de dinheiro ou mercadorias sobre os valores que lhe pertencem; na medida em que o capital adicional número II etc. é simples resultado do capital adicional número I, consequência, portanto, daquela primeira relação; na medida em que cada transação isolada corresponde constantemente à lei do intercâmbio de mercadorias, isto é, o capitalista sempre compra a força de trabalho e o trabalhador sempre a vende, e queremos mesmo admitir que por seu valor real, a lei da apropriação ou lei da propriedade privada, baseada na produção de mercadorias e na circulação de mercadorias, evidentemente se converte mediante sua própria dialética interna, inevitável, em seu contrário direto. O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como a operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto de trabalho alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e o trabalhador torna-se portanto apenas mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é a forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troca parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. Originalmente, o direito de propriedade apareceu-nos fundado sobre o próprio trabalho. Pelo menos tinha de valer essa exposição, já que somente se defrontam possuidores de mercadorias com iguais direitos, e o meio de apropriação de mercadoria alheia porém é apenas a alienação da própria mercadoria e esta pode ser produzida mediante apenas o próprio trabalho. A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como a impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A separação entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que,

aparentemente, se originava em sua identidade. Por mais que o modo de produção capitalista pareça ofender as leis originais da produção de mercadorias, ele não se origina de maneira alguma da violação mas, ao contrário, da aplicação dessas leis. (MARX, op. cit. p.157).

E no Capítulo VI Inédito de O Capital, Marx também deixa claro que (...) desaparece até a aparência que a relação apresentava à superfície e segundo a qual se defrontam na circulação, no mercado, possuidores de mercadorias dotados de prerrogativas iguais, os quais, como todos os demais possuidores de mercadorias, só se diferenciam entre si pelo conteúdo particular das mercadorias de que dispõem para vender um ao outro. Ou então, esta forma original da relação subsiste apenas como aparência da relação que lhe serve de base, da relação capitalista. (...) estes produtos transformados em capital não são os seus produtos, são produtos do operário. O capitalista vende-lhe constantemente uma parte do seu produto – meios necessários de subsistência – em troca de trabalho, com vista à conservação e ao aumento da capacidade de trabalho, do próprio comprador, e cede-lhe constantemente outra parte do seu produto, as condições objetivas do trabalho como meios de autovalorização do capital, como capital. (...) A relação entre meros vendedores de mercadorias implica que estes troquem mutuamente os seus próprios trabalhos, encarnados em diversos valores de uso. A compra/venda da força de trabalho como resultado incessante do processo de produção capitalista implica que o operário tenha que readquirir constantemente uma parte do seu próprio produto em troca do seu trabalho vivo. Com isso se esfuma a aparência de mera relação entre possuidores de mercadorias. Esta compra/venda contínua da capacidade de trabalho e a constante confrontação entre o operário e a mercadoria por ele próprio produzida, como comprador da sua capacidade de trabalho e como capital constante, apresentam-se apenas como forma mediadora da sua sujeição ao jugo do capital, do trabalho vivo como simples meio para a conservação e o aumento do trabalho objetivado que tornado autônomo com ele se defronta. (MARX, 1997, p. 136-37)

2.3 LEI DA ACUMULAÇÃO E AS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO CAPITALISTAS

A acumulação de capital em escala crescente desenvolve as forças produtivas ao impulsionar a capacidade social de produção e reproduzir de forma ampliada a relação-capital, fortalecendo o poder da classe capitalista de um lado, essencialmente os grandes capitalistas, e aumentar de outro, a massa de trabalhadores que ficam à mercê do capital para serem explorados. O desenvolvimento incessante das forças produtivas entra em contradição com as relações sociais de produção que são a sua base, em virtude de esse aumento da capacidade social de produção só ser possível com a expansão contínua da composição orgânica do capital – aumento da composição técnica com o aumento da proporção da massa dos meios de produção em relação à força de trabalho necessária para transformá-los em mercadorias, e,

aumento da composição valor com um momento do capital constante sobre a proporção do capital variável em relação ao capital total – reduzindo a parcela da população trabalhadora que permanece em atividade, criando uma superpopulação relativa; e do lado do capital, concentrando e centralizando a propriedade de capital através da fusão, incorporação ou simples eliminação dos capitais concorrentes. A acumulação capitalista tem como lei geral que regula seu movimento, o crescimento da composição orgânica do capital e o aumento do montante de trabalho passado e a redução da necessidade de trabalho vivo para valorizar o capital. O desenvolvimento do modo de produção capitalista subsume a lei natural da população à sua lei da acumulação, da mesma forma, que subsume a lei de propriedade da produção de mercadorias em lei da apropriação capitalista. O destino da classe trabalhadora está amarrado à lei geral da acumulação capitalista; o grau da sua reprodução enquanto classe e a determinação da parcela do próprio produto do seu trabalho que recebe na forma de salário está confinado, limitado pelas necessidades da continuidade do processo de acumulação. É claro que essas limitações são menos rigorosas nos períodos de prosperidade e mais intensas nos períodos de crise, mas, as condições da relação-capital são crescentemente desfavoráveis para a classe dos trabalhadores.

Nesse sentido, a acumulação de capital como transformação de mais-valia em capital adicional, acréscimo no montante de meios de produção (trabalho morto ou passado) e em fundo de salários para a contratação de mais trabalhadores (trabalho vivo ou presente), resultado da apropriação do produto do trabalho dos trabalhadores enquanto classe determina limites aos níveis de variação dos salários. Os limites da participação dos trabalhadores no produto social, produto da sua capacidade social de produção, são postos pela lei da acumulação. Como diz Marx, “*Produção de mais-valia ou geração de excedentes é a lei absoluta desse modo de produção*”(op. cit. p. 182). A parcela de trabalhadores ocupados só crescerá se além de conservarem os meios de produção como capital, reproduzirem o valor dos seus salários e ainda, principalmente, criarem um valor excedente, mais-valia, que convertida em capital adicional expandirá ainda mais a acumulação. As taxas de crescimento da demanda de trabalhadores para serem empregados no processo de produção estão em função da composição orgânica do capital e da taxa de acumulação, que é determinada pelo nível da taxa de lucro. Os salários podem crescer, e, geralmente crescem nos períodos de prosperidade, mas, o seu limite de crescimento está restringido pelo crescimento da acumulação de capital, pelo crescimento das taxas de lucro; não podendo os salários crescerem à taxas maiores que as taxas de lucro. Se isso acontece, e sempre acontece na fase que antecede as crises, é acelerada a

queda da taxa geral de lucro que já vinham caindo como resultado da superacumulação, implicando em redução da procura de novos trabalhadores e posteriormente na demissão de uma parte dos empregados, aumentando o exército de reserva em proporção ao exército da ativa e por conseqüência baixando os salários. Portanto, mesmo se mantida a mesma composição orgânica do capital, o próprio processo de produção capitalista regula através da sua lei de funcionamento, a participação da classe trabalhadora no produto social de maneira que não ameace a acumulação de capital. Os níveis salariais e por conseqüência os níveis de consumo da classe trabalhadora, estão restritos pelo funcionamento da lei que rege o processo de acumulação aos limites necessários para a reprodução da classe trabalhadora como parte do processo de reprodução ampliada do capital. O subconsumo da classe trabalhadora, consumo de uma parte cada vez mais reduzida do produto social não é o causador das crises de acumulação, mas é o resultado do funcionamento normal do processo de produção capitalista. Nos períodos de prosperidade, inclusive o consumo dos trabalhadores sobe como reflexo da alta dos salários e do crescimento das taxas de acumulação. O limite inerente da acumulação está na queda da taxa de valorização do capital, queda da taxa de lucro, que de forma geral é resultado do aumento da composição orgânica, aumento do trabalho passado em relação ao trabalho vivo. Em síntese, essa relação entre acumulação de capital e o nível dos salários, é uma relação entre trabalho passado, meios de produção e os meios de subsistência como materialização da relação-capital, e a necessidade de trabalho vivo adicional, força de trabalho, que lhe dá um sopro de vida ao não só conservá-lo como capital como ainda criar capital adicional.

A lei da produção capitalista, que subjaz a pretensa “lei natural da população”, redundando simplesmente nisso: a relação entre capital, acumulação e taxa de salário não é nada mais que a relação entre trabalho não-pago, transformado em capital, e o trabalho adicional necessário à movimentação do capital adicional. Não é, portanto, de modo algum uma relação de duas grandezas independentes entre si, por um lado a grandeza do capital, por outro o tamanho da população trabalhadora, mas é, em última instância, muito mais a relação entre o trabalho não-pago e o trabalho pago, da mesma população trabalhadora. Se cresce a quantidade de trabalho não-pago fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista de modo suficientemente rápido para só com um acréscimo extraordinário de trabalho pago poder transformar-se em capital, então o salário sobe e, permanecendo tudo mais constante, o trabalho não-pago diminui proporcionalmente. Mas, assim que essa diminuição atinge o ponto em que o mais-trabalho, que alimenta o capital, já não é oferecido na quantidade normal, então ocorre uma reação: uma parte menor da renda é capitalizada, a acumulação se desacelera e o movimento ascendente do salário sofre um contragolpe. A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram a sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da natureza, expressa,

portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão. (MARX, op. cit. p. 184.)

O crescimento da força de expansão do capital, resultado da própria magnitude da acumulação, impulsiona a necessidade de valorização do capital global em escala sempre crescente. O aumento da riqueza social via acumulação de capital como propriedade privada, por um lado aumenta o montante dos meios de produção e de subsistência sob controle da classe capitalista. Por outro lado, aumenta a massa absoluta de trabalhadores ocupados por esse volume crescente de meios de produção. A lei do processo de acumulação capitalista desenvolve a classe capitalista ao expandir continuamente a riqueza social sob seu controle, aumentando o número de capitalistas e, principalmente, o número dos grandes capitalistas. Desenvolve também a classe trabalhadora, ao elevar de maneira absoluta o número de trabalhadores ocupados pelo capital. Mas, essa é apenas uma face do desenvolvimento do processo. A outra face é que tanto a classe capitalista quanto a classe trabalhadora se reproduzem degenerativamente com o seu próprio desenvolvimento. A concorrência entre os capitais individuais leva a absorção dos menores capitais pelos grandes, centralização de capital social sob o controle de um número cada vez mais reduzido de capitalistas. Os pequenos, médios e até mesmo grandes capitalistas são expropriados de seus capitais, se transformando em proprietários de capital monetário que lhes rendem juros, ou, até mesmo passando para as fileiras da classe trabalhadora no caso de ruína completa do negócio. O destino da classe trabalhadora é ainda mais trágico. Enquanto uma parte dos capitalistas se transforma em rentista e uma outra parte menos afortunada em trabalhadores, uma parcela crescente dos trabalhadores é considerada redundante, exército industrial de reserva que permanece de prontidão para ser ocupado pelo capital. A parcela menos afortunada da classe trabalhadora já não serve nem mais de reserva, entrando nas fileiras do exército de miseráveis e para o mundo do crime. No início do Século XXI é evidente o crescimento do exército de reserva em todas as formas apontadas por Marx – líquida, latente e estagnada – em proporção aos trabalhadores ativos, e, também a parcela dos que são rebaixados ao pauperismo e a degradação, chamados de lumpemproletariado.

A concentração de capital, entendida como o crescimento do montante de meios de produção e de força de trabalho sob o controle da classe capitalista, determinada pela acumulação de riqueza social, e, a centralização de capital como a junção de muitos capitais anteriormente fracionados sob o controle de um grande capitalista ou de uma sociedade por ações, independente da expansão da riqueza social, impulsionam ainda mais o aumento da composição técnica do capital ao elevar a massa dos meios de produção que uma mesma massa de força de trabalho transforma em mercadorias. Esse aumento da composição técnica irá se refletir no aumento da composição valor do capital, ou seja, elevação do componente constante em proporção ao componente variável do capital. O crescimento da composição técnica não corresponde necessariamente ao mesmo nível de crescimento da composição valor. O próprio aumento da produtividade do trabalho social reduz o valor unitário das mercadorias, se refletindo também no barateamento dos meios de produção e dos meios de subsistência dos trabalhadores. Por conseguinte, o crescimento da composição valor é tendencialmente menor – e quanto menor melhor para a acumulação – que o crescimento da composição técnica do capital. Esse aumento de intensificação do trabalho social, expresso no maior grau de produtividade do processo produtivo global como resultado da elevação do grau de exploração na forma de mais-valia relativa, bem como, o prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), a redução do salário abaixo do seu valor (superexploração da força de trabalho) e ainda, o desgaste tecnológico da maquinaria utilizada agem como fatores positivos para a acumulação de capital; atuam como formas contrárias à queda da taxa de acumulação. No Livro Terceiro, quando Marx analisa o processo global de produção capitalista, com base na concorrência entre diferentes capitais, o desenvolvimento do sistema de crédito e a formação do mercado mundial, esses fatores atuam como contratendências à lei da queda tendencial da taxa de lucro. Embora não consigam revogar a vigência dessa lei.

Mas é claro que a acumulação, aumento paulatino do capital pela reprodução que passa da forma circular para a espiral, é um processo bastante lento, se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo das partes integrantes do capital social. O mundo ainda estaria sem estradas de ferro, caso ficasse esperando até que a acumulação de alguns capitais individuais alcançasse o tamanho requerido para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a centralização mediante as sociedades por ações chegou a esse resultado num piscar de olhos. E enquanto a centralização assim reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam sua parte constante à custa da sua parte variável e, com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho. As massas de capital soldadas entre si da noite para o dia

pela centralização se reproduzem e multiplicam como as outras, só que mais rapidamente e, com isso, tornam-se novas e poderosas alavancas da acumulação social. (...) Os capitais adicionais constituídos no transcurso da acumulação normal servem como veículo para a exploração de novas invenções e descobertas, sobretudo de aperfeiçoamentos industriais. Mas, também o velho capital alcança com o tempo o momento da sua renovação da cabeça aos pés, quando ele muda de pele e igualmente renasce na configuração técnica aperfeiçoada, em que uma massa menor de trabalho basta para pôr uma massa maior de maquinaria e matérias primas. A diminuição absoluta da demanda de trabalho, que necessariamente segue daí, torna-se, como é óbvio, tanto maior quanto mais os capitais, que passam por esse processo de renovação, estejam acumulados em massas, graças ao movimento centralizador. Por um lado, o capital adicional constituído no decurso da acumulação atrai portanto, em proporção a seu tamanho, menos e menos trabalhadores. Por outro lado, o velho capital, reproduzido periodicamente em nova composição, repele mais e mais trabalhadores anteriormente ocupados por ele. (MARX, op. cit. p. 189.)

A acumulação de capital, como causa e efeito do desenvolvimento do modo de produção capitalista, apresenta um duplo caráter. Por um lado, amplia a riqueza social como propriedade privada da classe capitalista através da elevação das forças produtivas sociais de forma contínua. Amplia a concentração de capital nas mãos dos capitalistas individuais, principalmente dos grandes. No mesmo sentido que amplia de forma absoluta a classe capitalista também reproduz de forma ampliada a classe trabalhadora ao incorporar novos contingentes de força de trabalho ao capital adicional. Esse é o seu caráter quantitativo. Por outro lado, o desenvolvimento da acumulação apresenta um caráter qualitativo ao revolucionar continuamente a composição orgânica do capital global, elevando o componente constante em relação ao componente variável e, ao mesmo tempo centralizar os capitais individuais anteriormente dispersos, potencializando ainda mais a sua força de expansão. As condições das relações de exploração também se transformam com o aumento da composição orgânica e da centralização do capital. A redução tendencial do componente variável, redução da massa de trabalho vivo necessária para vivificar o trabalho passado, repele uma parte dos trabalhadores anteriormente ocupados pelo velho capital que transubstancia-se em novo com a mudança da sua configuração técnica e, pela crescente dificuldade em incorporar os novos contingentes de trabalhadores que passam a ofertar sua força de trabalho. Os movimentos do exército de trabalhadores ativos e do exército de reserva são determinados pelos movimentos cíclicos do processo de acumulação de capital. É inerente ao próprio desenvolvimento da acumulação capitalista, a formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores pronta e disponível às necessidades dos diferentes ritmos do ciclo industrial. Nas fases de rápida expansão da escala de produção devido à descoberta de novos aperfeiçoamentos técnicos, é preciso ter disponíveis

contingentes de trabalhadores que possam ser prontamente ocupados, sem que faltem aos outros ramos mais antigos. O próprio caráter do capital na sua forma mais desenvolvida – acumulação de uma magnitude crescente de riqueza como capital que busca incessantemente reproduzir-se ao criar capital adicional – determina a dinâmica e a duração dos ciclos econômicos, no mesmo sentido que determina o tamanho e a composição do exército de reserva em relação aos trabalhadores ativos. Marx afirma sobre a duração dos ciclos na edição francesa de “O Capital” que *“deve-se concluir das leis de produção capitalistas que acabamos de desenvolver que ela é variável e que o período dos ciclos tornar-se-á gradualmente mais curto.”* (op. cit. nota de rodapé 9 p. 192.)

Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, mas em proporção continuamente decrescente. Os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada tornam-se cada vez mais curtos. Requer-se uma acumulação acelerada do capital global em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores de certa grandeza, ou mesmo, por causa da constante metamorfose do capital antigo, para ocupar os já em funcionamento. Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou reiterado decréscimo acelerado da sua componente variável se comparada com a constante. Esse decréscimo relativo da sua componente variável, acelerado pelo crescimento do capital global, e que é mais acelerado que seu próprio crescimento, aparece, por outro lado, inversamente, como crescimento absoluto da população trabalhadora sempre mais rápido do que do capital variável ou de seus meios de ocupação. No entanto, a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital. (MARX, op. cit. p. 190.)

Nesse sentido, a lei geral da acumulação capitalista cria a sua própria lei populacional ao determinar tanto a demanda quanto a oferta de trabalhadores. O aumento da composição orgânica e a diminuição relativa do capital variável resultam em menor absorção de novos contingentes de trabalhadores pelo capital adicional, relegando o excedente desses trabalhadores ao exército de reserva. Somados aos trabalhadores que perderam emprego nos setores que incorporaram os avanços tecnológicos, essa superpopulação relativa, funciona como um fantasma que assombra o exército de trabalhadores da ativa, que receosos de passarem para a reserva aceitam um grau mais elevado de sobretrabalho. A classe trabalhadora ao ser

explorada pelo produto do próprio trabalho, objetivado em capital que a explora em grau crescente e tornando-a relativamente redundante, é assombrada pela sua própria criação; é assombrada pelo destino da parcela dos seus membros que são colocados na condição de exército de reserva. As flutuações dos salários durante os ciclos industriais são resultado da proporção dos trabalhadores que compõem a reserva e os que estão na ativa. Nos períodos de baixa e média atividade econômica, o sobretrabalho da fração dos trabalhadores na ativa aumenta o tamanho da superpopulação relativa ao atrasar a elevação da demanda por mais trabalhadores, perpetuando a expansão do exército de reserva que reafirma o aumento do grau de exploração dos trabalhadores ocupados. Nos períodos de prosperidade, essa massa de trabalhadores sempre a disposição do capital para ser empregada no processo de produção limita o poder de pressão por maiores salários. Por consequência, o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista e o aumento da composição orgânica do capital mantêm sempre a demanda de trabalhadores abaixo da taxa de acumulação de capital e do próprio crescimento da demanda de trabalho. Ao crescimento absoluto da população trabalhadora sempre acima do crescimento da demanda de novos contingentes de trabalhadores, é acrescentado também o aumento relativo da força de trabalho disponível em virtude do desemprego de uma fração dos trabalhadores anteriormente ocupados. Com a elevação da proporção do exército de reserva em relação ao exército ativo, a demanda geral de trabalho pode aumentar sem que a demanda de trabalhadores aumente. A pressão do exército de reserva somado à crescente incorporação de avanços tecnológicos no processo de produção resulta em elevação do sobretrabalho dos trabalhadores ocupados, aumento da exploração por meio da maior intensidade e extensão da jornada de trabalho com níveis de salários constantes ou até decrescentes. O funcionamento da lei da oferta e demanda de trabalho, bem como, da lei da oferta e demanda de mercadorias, é determinado pelo movimento da acumulação de capital. A aparência de liberdade do trabalhador em vender sua força de trabalho pelo seu valor para o capitalista é desfeita pelo crescimento da superpopulação relativa como crescimento tendencial da proporção do exército de reserva em relação ao exército ocupado. Nos períodos de crise, a precarização das condições de trabalho da classe trabalhadora torna-se evidente nos países capitalistas centrais e assume um caráter ainda mais agudo nos países periféricos, em que os trabalhadores sofrem uma superexploração crônica.

Isso quer dizer, portanto, que o mecanismo da produção capitalista cuida para que o acréscimo absoluto de capital não seja acompanhado por nenhuma elevação correspondente da demanda geral de trabalho. (...) A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, a oferta de trabalho não é

idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se duas potências mutuamente independentes interagissem. (...) O capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante sua “liberação”, enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto, até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da oferta e demanda de trabalho completa, nessa base, o despotismo do capital. (MARX, op. cit. p.197.)

Em síntese, a reprodução ampliada da escala de produção, acumulação de capital, reproduz de forma crescente a relação-capital através do crescimento absoluto da população trabalhadora e do crescimento do número dos grandes capitalistas e de forma acessória também dos médios e pequenos capitalistas. No entanto, a relação-capital com o desenvolvimento do processo de acumulação não transforma-se apenas em virtude do seu caráter quantitativo, da expansão da magnitude do capital, mas, apresenta uma transformação qualitativa com a mudança da composição orgânica e da centralização da propriedade do capital social. A acumulação crescente de capital, o desenvolvimento das forças produtivas que são seu resultado, apresenta um duplo caráter, um caráter contraditório ao ampliar a massa da população trabalhadora explorável pelo capital ao mesmo tempo em que reduz a parcela dos trabalhadores que é empregada no processo de produção da riqueza, criando uma superpopulação relativa, ligando o destino da classe trabalhadora ao movimento da acumulação de capital. A lei geral da acumulação capitalista, da mesma forma que reproduz a classe trabalhadora como pólo oposto na relação-capital com a classe capitalista - como fonte e resultado do processo de produção de riqueza como propriedade privada centralizada nas mãos dos capitalistas -, contraditoriamente produz a sua miséria e degeneração enquanto classe. Os seus limites enquanto classe são os limites do capital; a lei da acumulação se transforma na lei da população trabalhadora ao determinar a sua reprodução. O mecanismo do processo de produção determina e controla as variações dos salários, mantendo-os sempre num nível estreito que não afete as taxas de lucro e de acumulação. Por conseqüência, o destino da classe trabalhadora é o destino do capital, é a expressão do desenvolvimento das contradições de um modo de produção fundado sobre o trabalho social que ao mesmo tempo em que produz riqueza de forma crescente como propriedade privada de uma classe, reproduz de forma degenerativa a fonte criadora dessa riqueza ao torná-la tendencialmente redundante. Essa contradição específica, que está no capital na sua forma mais abstrata, capital em geral, é potencializada pelo capital na sua forma mais desenvolvida, no seu funcionamento real com a incorporação da

concorrência entre diferentes tipos de capitalistas, com o desenvolvimento do sistema de crédito e a formação do mercado mundial.

CAPÍTULO 3

3 A CONTRADIÇÃO DO CAPITAL EXPRESSA NA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

A constatação de que a taxa de lucro cai com o desenvolvimento da produção capitalista sempre intrigou a economia política. Como o objetivo de autores clássicos como Adam Smith e David Ricardo era investigar as causas e as leis que determinam a produção de riqueza nos países e a sua distribuição entre as classes que compõem a sociedade, a queda da taxa de lucro se constituía num dos principais temas da sua investigação. Para Smith a taxa de lucro caía como resultado da concorrência crescente entre os capitais. O crescimento da magnitude do capital acumulado pela sociedade elevaria a competição entre os capitalistas para atuarem nos ramos em que a taxa de lucro fosse superior à média. Mas esse lucro acima da média seria de caráter momentâneo até que novos capitais fluíssem para esse ramo privilegiado, aumentando a oferta e por conseqüência a concorrência, nivelando a taxa de lucro ao patamar médio. Apesar de considerar difícil a estipulação de uma taxa média de lucro em razão da sua variabilidade, a teoria formulada por Smith acaba justamente explicando a formação da taxa média de lucro pela ação da concorrência entre os diferentes capitais, mas não a queda inclusive da taxa média ao longo do tempo. Para ter uma medida aproximada da taxa geral de lucro nos diversos países, Smith utiliza como parâmetro o nível das taxas de juros dos títulos públicos e de mercado. Por essa medida, ele constata que nos países mais ricos como a Holanda e a Inglaterra a taxa de juros é mais baixa que na França e na Escócia. Segundo ele, como não se paga mais pelos juros do capital emprestado do que se recebe de lucro, conseqüentemente, a taxa de juros mais baixa da Holanda é o parâmetro que expressa sua baixa taxa média de lucro. O caso da Holanda, para Smith, é o exemplo concreto de que o aumento da riqueza anda lado a lado com a queda da taxa de juros e da taxa média de lucro. Para Ricardo, a taxa geral de lucro cai não em função da concorrência, mas em última instância, por limitações da natureza. A decrescente fertilidade natural dos solos cultivados faz com que o contínuo aumento da população ao aumentar a demanda de alimentos, eleve seus custos de produção e seus preços ao lançarem-se mão de terras menos férteis para suprir não apenas essa crescente demanda de alimentos da população, mas também de matérias primas para indústria. O encarecimento dos alimentos resultará no médio e longo prazo numa alta equivalente dos salários nominais dos trabalhadores e em aumento da renda fundiária

recebida pelos proprietários das terras. Como para Ricardo, a relação do movimento dos salários é inversa ao movimento dos lucros, o aumento dos preços reais dos alimentos consumidos pela classe dos trabalhadores implicará na queda da taxa de lucro na indústria. Ricardo tinha como claro, que a riqueza de uma nação era determinada pelo desenvolvimento industrial e não pela opulência da aristocracia proprietária de terras. A perda da dinâmica do setor industrial com a queda da taxa geral de lucro só poderia ser contrariada com a incorporação de aperfeiçoamentos na agricultura, aperfeiçoamentos nas máquinas que produzem bens de primeira necessidade e ainda com a liberação da importação de alimentos e matérias primas dos países que em virtude da maior fertilidade das terras produzem a preços mais baixos. Não é por acaso que no livro “Princípios de Economia Política e Tributação” o capítulo sexto que trata “Sobre os Lucros” precede o capítulo que trata “Sobre o Comércio Exterior”, onde Ricardo apresenta a famosa lei das vantagens comparativas. Na sua investigação sobre a lei da queda da taxa geral de lucro, Ricardo também apresenta algumas causas que contrariam a atuação dessa lei, que posteriormente serão melhor desenvolvidas por John Stuart Mill e Marx.

A tendência natural dos lucros, portanto, é diminuir, pois, com o desenvolvimento da sociedade e da riqueza, a quantidade adicional de alimentos requerida se obtém com o sacrifício de mais e mais trabalho. Essa tendência, como se os lucros obedecessem à lei da gravidade, é felizmente contida, a intervalos que se repetem, pelos aperfeiçoamentos das máquinas usadas na produção dos gêneros de primeira necessidade, assim como pelas descobertas da ciência da agricultura, que nos permitem prescindir de uma parcela do trabalho antes necessário, e, portanto, reduzir para o trabalhador o preço daqueles bens. (...) Assim como o trabalhador não pode viver sem salários, o arrendatário não pode viver sem lucro. A motivação para a acumulação diminuiria a cada redução do lucro, e cessaria totalmente quando os lucros fossem tão baixos que já não compensassem os esforços do arrendatário e do industrial, nem o risco que deveriam enfrentar no emprego produtivo de seu capital. (...) a baixíssima taxa de lucros teria detido toda acumulação, e quase todo o produto do país, após o pagamento dos trabalhadores, pertenceria aos proprietários de terra e aos cobradores de dízimos e impostos. (RICARDO. 1982, p. 97-98.)

John Stuart Mill também tratou da queda tendencial da taxa de lucro. O aumento da riqueza da nação e da propensão à poupança, a queda do risco do investimento produtivo do capital e a limitação natural da fertilidade dos solos também foram apontados por Stuart Mill como causas da queda da taxa geral de lucro. É importante assinalar, como a situação geográfica da Inglaterra e de outros países europeus influenciou os autores da economia política. A questão da limitação natural imposta pela fertilidade da terra esteve presente na

investigação de todos os estudiosos de economia da época. Mesmo com todo o desenvolvimento da indústria e da agricultura nos séculos XIX e XX, alguns resquícios desse temor das limitações impostas pela natureza parecem sobreviver na teoria neoclássica, através da idéia de que as restrições tecnológicas impostas às empresas são frutos da escassez dos fatores de produção, e, que essa escassez é determinada pela natureza. As limitações e contradições do sistema social são maquiadas e transformadas em limitações da natureza. Para Ricardo e Stuart Mill - principalmente Ricardo - que viveram numa época que precedeu a incorporação da agricultura como apêndice da indústria, a preocupação com a queda da taxa geral de lucro em razão do insuficiente crescimento da produção agrícola e a possibilidade de se alcançar uma condição de estado estacionário era coerente com o grau de desenvolvimento do modo de produção capitalista no seu tempo. Como diz Marx nas “Teorias da Mais-Valia”:

O próprio Ricardo, a bem dizer, nada conhecia de crises, de crises gerais do mercado mundial oriundas do próprio processo de produção. Podia explicar as crises de 1800 a 1815, alegando o encarecimento do trigo em virtude das más colheitas, a depreciação dos bilhetes de banco, a depreciação das mercadorias coloniais etc., pois, em conseqüência do bloqueio continental, o mercado se contraíra à força, por motivos políticos e não econômicos. Para explicar as crises posteriores a 1815, tinha também argumentos: um ano ruim de escassez de cereais; queda dos preços dos grãos, por terem cessado de atuar as causas que segundo sua própria teoria tinham de empurrar para cima os preços dos cereais, no período da guerra e do isolamento em que a Inglaterra ficou do continente; a transição da guerra para a paz e as “súbitas mudanças” daí oriundas nos canais do comércio. Os fenômenos históricos posteriores, em particular a quase regular periodicidade das crises do mercado mundial, não permitiram aos sucessores de Ricardo a negação dos fatos ou a interpretação deles como casuais. (MARX, 1980, vol. 3, p.933.)

O próprio Stuart Mill apresentou no seu “Princípios de Economia Política” o que ele chamou de circunstâncias neutralizantes da lei da queda da taxa de lucro. São apontadas por Stuart Mill 5 circunstâncias neutralizantes: 1) piora das condições de vida dos trabalhadores, que para Mill era desvantajosa porque traria uma margem de ganho muito pequena para a sociedade; 2) destruição ou desvalorização do capital existente; 3) aperfeiçoamentos na produção; 4) o papel do comércio exterior para fornecer alimentos e matérias primas baratas e; 5) o fluxo de capital dos países centrais para as colônias e outros países. Como se vê, as circunstâncias neutralizantes de Mill são muito próximas às causas contrariantes apontadas por Marx com base nas formulações da sua própria teoria no Livro Terceiro de O Capital. Nas palavras de Henryk Grossmann em “La ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista”, a origem da teoria da queda da taxa geral de lucro não é de Marx, mas sim dos

clássicos; Marx adotou “(...) *algunos de sus elementos, si bien em forma muy cambiada e profundizada.*” (1979, p. 76.). A grande diferença da análise de Marx da lei da queda tendencial da taxa de lucro está no método que fundamenta sua teoria. Autores como Smith, Ricardo e Stuart Mill enxergavam a relação entre o aumento da riqueza e a queda da taxa geral de lucro, no entanto, acabavam creditando essa queda às restrições impostas de forma externa pela natureza, a expressão dessas restrições de caráter exógeno é a lei dos rendimentos decrescentes do solo. Para Marx, as restrições não são externas, mas internas ao próprio sistema social, contradições inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista como sistema social historicamente transitório. A atuação da lei da queda da taxa de lucro pode ser retardada e neutralizada temporariamente pela ação das contratendências, no entanto, não pode ser eliminada por ser inerente ao próprio funcionamento do capitalismo. A queda tendencial da taxa de lucro está no DNA do modo de produção capitalista.

O capítulo será dividido em 3 seções. A primeira seção tratará da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro e a formação do lucro médio. Ao aproximar a análise do capital do seu funcionamento de forma concreta, a categoria taxa de lucro é a forma transmutada da mais-valia que determina o grau de valorização do capital adiantado. A formação de uma taxa média de lucro e do preço de produção através da ação da concorrência entre capitais também é abordada de maneira subliminar nessa seção. Na segunda seção é apresentada a lei da queda tendencial da taxa de lucro, exposta por Marx como resultado das contradições do próprio capital. Na terceira seção são tratadas as causas contrariantes ou contratendências que retardam a atuação da lei de forma absoluta.

3.1 A TRANSFORMAÇÃO DA TAXA DE MAIS-VALIA EM TAXA DE LUCRO E A FORMAÇÃO DO LUCRO MÉDIO

A transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro é resultado do processo global de reprodução do capital, entendido como unidade do processo de produção com o processo de circulação. A categoria taxa de lucro pressupõe historicamente o movimento do capital na esfera da circulação antes mesmo do aparecimento da produção capitalista propriamente dita. Engels, no “Suplemento ao Livro Terceiro de O Capital”, mostra a existência da taxa de lucro e do lucro na sua forma mais simples como excedente de valor sobre o capital adiantado em mercadorias pelos comerciantes. A busca da equalização da taxa de lucro via concorrência já acontecia como resultado da disputa entre as corporações mercantis pelos diferentes

mercados. No modo de produção capitalista, a própria existência histórica do lucro como forma que assume o excedente do valor adiantado em mercadorias para serem vendidas pelos comerciantes, lucro do comércio, num período anterior ao surgimento do lucro industrial, ajuda a mistificar a origem da mais-valia transmutada em lucro com o processo de exploração do trabalho, contribuindo para a consolidação da aparência do lucro como oriundo do processo de circulação. A ligação da mais-valia com o lucro e da taxa de mais-valia com a taxa de lucro é apagada com a aproximação do modo de produção capitalista do seu funcionamento concreto, real. A taxa de mais-valia como relação do trabalho não-pago com os salários como forma do trabalho pago, fundo de salários sob a rubrica de capital variável, (m/v) , para o capitalista é substituída pela taxa de lucro como relação da soma de valor excedente, mais-valia, com o montante do capital total adiantado (m/C) . Com a transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro, é mistificada a verdadeira origem do lucro ao parecer que ele é fruto do capital adiantado, do funcionamento do capital total em si, desaparecendo sua ligação umbilical com o trabalho pago e o trabalho não-pago.

A transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro é precedente a formação ou transformação da mais-valia em lucro. Mais-valia e taxa de mais-valia são o essencial visto pelo olhar da ciência e lucro e taxa de lucro são na superfície a aparência do fenômeno. Da diferença entre a essência do fenômeno vista sob o olhar da investigação científica e a aparência do fenômeno na superfície, não significa que a aparência não corresponda a realidade, mas que a aparência como aspecto da superfície do fenômeno mistifica o essencial do seu funcionamento. A aparência por si só não diz o que o fenômeno é; explicar o fenômeno pela aparência resulta numa tautologia.

Da transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro deve-se derivar a transformação da mais-valia em lucro, e não o contrário. E, de fato, a taxa de lucro é de onde historicamente se partiu. Mais-valia e taxa de mais-valia são, em termos relativos, o invisível e o essencial a ser pesquisado, enquanto a taxa de lucro e, portanto, a forma da mais-valia como lucro se mostram na superfície dos fenômenos. No que tange ao capital individual, está claro que a única coisa que lhe interessa é a relação entre a mais-valia, ou o excedente do valor pelo qual ele vende suas mercadorias, e o capital global adiantado para a produção da mercadoria; a relação determinada e a conexão intrínseca desse excedente com os componentes específicos do capital não só não lhe interessam, mas é de seu interesse tornar nebulosa essa relação determinada e essa conexão intrínseca. Embora o excedente do valor da mercadoria sobre seu preço de custo seja gerado no processo de produção direto, ele só se realiza no processo de circulação, e tanto mais facilmente ganha a aparência de se originar no processo de circulação quanto na realidade, dentro da concorrência, no mercado real, depende de relações de

mercado se esse excedente é realizado ou não e em que grau. (MARX, O Capital. 1988. Livro III, vol. 4, p. 32.)

Na contabilidade do capitalista, o capital total adiantado para gerar um capital adicional ao passar pelo processo de produção e pelo processo de circulação não se divide em seu componente constante e em seu componente variável. O capitalista quando adianta o capital total não está preocupado com os diferentes papéis que os componentes do seu capital desempenham na geração de lucro. Para o funcionamento do processo de produção como processo de exploração da força de trabalho, o capitalista precisa não só pagar os salários dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo lhes fornecer as condições de produção, os meios de produção na forma de instalações, máquinas, matérias primas e matérias auxiliares. Para Marx, *“ele é somente capitalista ao todo, só pode empreender ao todo o processo de exploração do trabalho porque confronta, como proprietário das condições de trabalho, o trabalhador, como mero possuidor da força de trabalho.”*(Op. Cit. p.31.). A visão do capitalista está no todo do seu capital, na totalidade do que ele adiantou ou na sua própria expressão, do que lhe custaram os meios de produção e os salários pagos aos trabalhadores para produzirem a mercadoria. Nesse sentido, existe uma diferença entre o custo capitalista da mercadoria, que na expressão do capitalista assume a figura de preço de custo, e o verdadeiro custo da mercadoria, o dispêndio de trabalho. O valor contido na mercadoria é igual ao tempo de trabalho que custa sua produção, e esse tempo equivale ao somatório do tempo de trabalho pago e do tempo de trabalho não-pago que é a origem da mais-valia. Para o capitalista os custos da mercadoria só compreendem aquilo que ele pagou, o trabalho objetivado na mercadoria. Com a categoria preço de custo desaparece toda a relação do componente constante com o componente variável do capital e, principalmente, a relação do capital variável como trabalho pago com a mais-valia como expressão do trabalho não-pago. As categorias capital constante e capital variável são apagadas ao serem diluídas, misturadas nas categorias capital fixo e capital circulante, categorias que realmente interessam para o capitalista.

A formação do preço de custo mistifica o processo de valorização do capital ao misturar parte do capital variável com parte do capital constante na forma do capital circulante. As categorias capital fixo e circulante são derivadas dos diferentes tempos de rotação do capital total adiantado. O capital circulante é aquele que precisa ser renovado em menor tempo; precisa ser comprado novamente a cada reinício do processo produtivo, ou seja,

seu tempo de rotação é o tempo da mercadoria pelo processo de produção e pelo processo de circulação. O tempo de rotação do capital fixo é determinado pelo tempo do desgaste físico e moral (tecnológico) das instalações, máquinas e equipamentos utilizados na produção. No entanto, enquanto o capital circulante entra por inteiro no processo de produção o capital fixo entra em parte, mas, mesmo transferindo apenas uma parte do seu valor para a mercadoria, é preciso que ele tenha sido adiantado como um todo, como capacidade de produção instalada. Por isso, no cálculo que o capitalista faz do preço de custo da mercadoria, só é contabilizado o capital realmente despendido na produção, isto é, a parte do capital fixo que se desgastou e o capital circulante. A mais-valia sob essa ótica, é o excedente do valor da mercadoria sobre o preço de custo ou o acréscimo do valor do capital despendido na produção da mercadoria e que retorna da sua circulação. Esse valor excedente que surge da diferença entre o preço de venda e o preço de custo, a mais-valia transformada em lucro, é acréscimo do valor não só do capital despendido para o processo de valorização, mas acréscimo ao montante do capital total adiantado que tornou possível o processo de produção. Para o capitalista, a mais-valia se origina de todas as partes do capital, o capital foi adiantado por ele como capital produtivo, seja na forma de meios de produção e de salários que pagam a força de trabalho. Como rebento do capital total adiantado no processo de produção, a mais-valia recebe a forma transmutada de lucro; lucro como forma mistificada da mais-valia que surge necessariamente do modo de produção capitalista.

A mistificação que começa com o preço de custo se completa com a figura do lucro. o preço de custo apaga a diferença entre o capital constante e o capital variável colocando no seu lugar a diferença entre as figuras do capital fixo e do capital circulante. A origem do mais-trabalho como valor excedente é deslocada do capital variável para o capital total, parece originar-se agora do capital em si. A figura do lucro como forma transmutada da mais-valia apaga a origem do capital adicional do processo de produção e o desloca para o processo de circulação do capital. O lucro parece vir da astúcia do capitalista na esfera da circulação ao vender o produto acima o máximo possível do preço de custo. Como na ótica do capitalista o custo da mercadoria é dado pela magnitude do capital despendido na sua produção, já que o mais-trabalho do trabalhador não lhe custou nada, sua taxa de lucro, lucro médio que remunera seu capital nas condições médias do setor, é determinada pela proporção do seu capital em relação ao capital global. A relação do valor-capital adiantado pelo capitalista não é com o montante de mais-valia produzida com o seu capital individual pelos trabalhadores a partir dos meios de produção no processo de trabalho, mas com a taxa de lucro que seu capital

se apropria na esfera da circulação, fração da mais-valia global gerada, com base na proporção do tamanho do seu capital em relação ao capital global. Por conseguinte, ao ser comparado com o capital adiantado total, o lucro aparece como fruto do capital enquanto propriedade do capitalista individual em relação ao capital global, como fração da riqueza social que cabe ao capitalista individual após o rateio entre a classe capitalista, não como originado da exploração direta da força de trabalho pelo capital no processo de produção.

O capital na esfera da circulação confronta-se com outros capitais e dessa relação com esses diferentes capitais parece surgir o lucro como excedente do preço de venda sobre o preço de custo. Sob a ótica do capitalista o processo parece invertido, a mais-valia, o lucro, aparece como o excedente do preço de venda sobre o preço de custo porque a mercadoria custou para ele o quanto ele adiantou em meios de produção e em salários, sendo a mais-valia (lucro) resultado da venda e não realização do valor pela venda. Para ele, o próprio processo de produção direto conjuntamente com o processo de circulação é o responsável pelo lucro, enquanto os salários ao lado dos meios de produção são entendidos como custos. Portanto, o trabalho não-pago é entendido pelo capitalista como economia do seu capital ao se pagar mais barato pela mercadoria força de trabalho. Por outro lado, no processo de circulação efetivo, entendido como o terreno em que atua a concorrência real, a mais-valia realizada pelo capitalista individual é resultado tanto da sua astúcia na esfera da circulação quanto da exploração direta do trabalhador na esfera da produção.

A incorporação da concorrência entre os diferentes tipos de capitais na análise do processo de valorização do capital ao mesmo tempo em que aproxima o modo de produção capitalista do seu funcionamento real, mistifica ainda mais a relação social que lhe fundamenta. A universalização do modo de produção capitalista desenvolve o processo de concorrência entre os capitais que constituem um mesmo ramo e entre os capitais dos diferentes ramos pela apropriação da mais-valia global produzida. O funcionamento do processo de concorrência resulta na formação de uma taxa média de lucro através da equalização das diferentes taxas de lucro dos diferentes capitais com diferentes composições orgânicas. Com a formação dessa taxa geral de lucro os capitais se apropriam de parte alíquota da mais-valia ou do lucro global produzido em função da magnitude do seu capital em relação ao capital global. A taxa de lucro geral não é determinada pela composição orgânica e pelo grau de exploração da força de trabalho no processo de produção pelo capital individual, mas como resultado da composição orgânica dos capitais dos diferentes ramos de

produção e da proporção do capital investido em cada ramo em relação ao capital global. Isso faz com que capitais com composição orgânica superior ou inferior em relação à composição média obtenham a mesma taxa de lucro embora se apropriem de massas diferentes de lucro em função da proporção desses capitais individuais em relação ao capital social. A valorização da magnitude do capital total adiantado é determinada por uma taxa média de lucro e não pela magnitude da mais-valia criada. Na ótica do capitalista, para cada unidade de capital gasta em capital fixo e em capital circulante lhe retornará um lucro médio. O preço das mercadorias passa a ser resultado do seu preço de custo adicionado ao lucro médio, chamado de preço de produção. A suposição de que as mercadorias são vendidas pelo seu valor, adotada por Marx nos Livros Primeiro e Segundo, é retirada com o funcionamento da concorrência e a formação da taxa de lucro médio. Os preços de produção das mercadorias só coincidem com os seus valores nas empresas que a composição orgânica do capital é a composição orgânica média. Capitais com composição orgânica acima da média se apropriam de uma quantidade de mais-valia maior do que produziram, enquanto capitais com composição orgânica abaixo da média se apropriam de quantidade menor de mais-valia que produziram, ou seja, transferem mais-valia para os capitais de composição orgânica superior. A massa de lucro que num primeiro momento, sob o suposto que as mercadorias são vendidas pelos seus valores, coincide com a massa de mais-valia, com a formação da taxa de lucro médio e do preço de produção torna-se diferente da massa de mais-valia. O lucro na forma do lucro médio parece romper o último vínculo com a mais-valia como expressão da relação entre trabalho pago e trabalho não-pago.

Segundo Marx em passagem dos “Grundrisse” reproduzida por Rosdolsky (2001 p. 311-312.): Uma taxa geral de lucro, como tal, só é possível se a taxa de lucro for muito grande em um setor dos negócios e muito reduzida em outro; ou seja, se uma parte da mais-valia – que corresponde ao mais-trabalho – se transfere de um capitalista a outro. Se, por exemplo, em cinco ramos de negócios (A, B, C, D e E) a taxa de lucro fosse, respectivamente, de 15%, 12%, 10%, 8% e 5%, a taxa média seria de 10%; mas, para que ela existisse na realidade, os capitalistas A e B teriam de transferir 7% a D e E (2% a D e 5% a E), permanecendo tudo igual para C. É impossível que as taxas de lucro diretas extraídas por capitais iguais a 100 sejam iguais, já que são diferentes as proporções de mais-trabalho, segundo a produtividade do trabalho e as relações entre matéria-prima, maquinaria, salário e volume de produção (...). A classe capitalista distribui, até certo ponto, a mais-valia total, de modo que [os capitalistas que participam nela] de maneira uniforme, de acordo com a magnitude do seu capital, em vez de fazê-lo de acordo com a mais-valia criada de fato pelos capitais nos diversos ramos de negócios. O lucro maior – procedente do mais-trabalho real dentro do setor produtivo, isto é, originado na mais-valia realmente produzida – é rebaixado para o nível médio pela concorrência,

enquanto o déficit de mais-valia no outro setor é elevado a esse nível médio graças à retirada de capitais dele. Isso se produz pela relação entre os preços nos diversos ramos de negócios, os quais podem cair, em um deles, para baixo de seu valor, enquanto no outro se elevam para cima desse valor. Daí surge a aparência de que a mesma soma de capital cria o mesmo mais-trabalho ou a mesma mais-valia em diferentes setores.

E, também em “O Capital”: Embora, portanto, os capitalistas das diversas esferas da produção, ao vender suas mercadorias, recuperem os valores-capital consumidos na produção dessas mercadorias, não resgatam a mais-valia, nem portanto o lucro, produzida em sua própria esfera na produção dessas mercadorias, mas apenas tanta mais-valia, e portanto lucro, quanto mais-valia global, ou lucro global, produzida em todas as esferas da produção em conjunto, em dado espaço de tempo, pelo capital social global, que cabe, com repartição igual, a cada parte alíquota do capital global. Cada capital adiantado, qualquer que seja sua composição, retira para cada 100, todo ano ou noutro período de tempo, o lucro que cabe, neste período, a 100 como enésima parte do capital global. Os diversos capitalistas figuram aqui, no que se refere ao lucro, como meros acionistas de uma sociedade anônima, em que as participações no lucro se distribuem uniformemente para cada 100, de modo que elas se distinguem, para os diversos acionistas, apenas pela grandeza do capital que cada um investiu no empreendimento global, por sua participação proporcional no empreendimento global, pelo número de suas ações. Assim, enquanto a parcela desse preço da mercadoria, que repõe as partes de valor do capital consumidas na produção das mercadorias e com a qual portanto tem de ser recomprados esses valores-capital consumidos, enquanto essa parcela, o preço de custo, se rege inteiramente pela despesa dentro das respectivas esferas da produção, o outro componente do preço da mercadoria, o lucro adicionado a esse preço de custo, não se rege pela massa de lucro que é produzida por determinado capital em determinada esfera da produção, durante dado período de tempo, mas pela massa de lucro que cabe, em média, durante dado período de tempo, a cada capital aplicado, como parte alíquota do capital global empregado na produção social em sua totalidade. Quando um capitalista vende sua mercadoria ao preço de produção recobra dinheiro em proporção à grandeza de valor do capital consumido por ele na produção e obtém lucro em proporção a seu capital adiantado, como mera parte alíquota do capital social global. Seus preços de custo são específicos. A adição de lucro a esse preço de custo é independente de sua esfera particular da produção, é simples média por 100 do capital adiantado. (MARX, Op. Cit. p. 118.)

Em síntese, na forma do lucro o capital aparece como uma relação consigo mesmo. O capital adicional parece brotar do montante de capital anteriormente adiantado, das qualidades do capital enquanto capital após ter percorrido o processo de produção e o processo de circulação. A figura do lucro, ao contrário da mais-valia, apaga toda relação do capital com a exploração direta da classe trabalhadora. A relação do lucro não é com o capital constante e com o capital variável, relação que determina a composição orgânica do capital, é uma

relação com o capital fixo e o capital circulante, com o preço de custo e o preço de produção, ou seja, é uma relação com categorias que nascem da ótica do capitalista, como personificação da relação-capital, sobre o funcionamento do processo de valorização. E é a partir da ótica do capitalista que a relação-capital aparece na superfície, cabendo a investigação científica demonstrar a essência por trás dessa aparência. No método de exposição de Marx, a formação da taxa de lucro é o primeiro passo rumo à aproximação do funcionamento concreto da sociedade burguesa. Ao longo do Livro Terceiro ele incorpora novas categorias que mistificam ainda mais a relação-capital e a essência das leis que regem o funcionamento do modo de produção capitalista. A formação da categoria taxa de lucro, que posteriormente é desenvolvida com a formação da taxa de lucro médio e dos preços de produção em virtude da concorrência entre os diferentes capitais, é, portanto, o primeiro passo do movimento de mistificação, fetichização da relação-capital e que alcança o seu ponto máximo na figura do juro, que parece não ter mais vínculo com o processo produtivo e com as relações de caráter econômico. A relação entre o proprietário de capital para empréstimo e aquele que pega emprestado o capital, relação entre prestamista e mutuário respectivamente, é uma relação jurídica de propriedade em que desaparecem os vínculos econômicos da transação. O capital parece criar mais capital como fruto da sua qualidade enquanto capital de ser propriedade privada da riqueza socialmente produzida. Aí, o fetiche do capital alcança o seu grau máximo.

Embora a taxa de lucro seja numericamente diferente da taxa de mais-valia, enquanto mais-valia e lucro sejam de fato o mesmo, sendo [por enquanto] também numericamente iguais, o lucro é, no entanto, uma forma transmutada da mais-valia, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência são velados e apagados. De fato, o lucro é a forma fenomênica da mais-valia, tendo esta de ser primeiro revelada mediante análise daquele. Na mais-valia a relação entre capital e trabalho está posta a nu; na relação entre capital e lucro, isto é, entre capital e mais-valia, como ela aparece, por um lado como excedente realizado no processo de circulação, acima do preço de custo da mercadoria, por outro, como excedente determinado mais de perto por sua relação com o capital global, *o capital aparece como relação consigo mesmo*, uma relação em que ele, como soma original de valor, se distingue de um valor novo, por ele mesmo posto. Que ele produz esse valor novo durante seu movimento através do processo de produção e do processo de circulação, isso está na consciência. Mas como isso ocorre, está mistificado e parece vir de qualidades ocultas, inerentes a ele. Quanto mais perseguimos o processo de valorização do capital, tanto mais a relação-capital há de se mistificar e tanto menos há de por a nu o segredo de seu organismo interno. (MARX, Op. Cit. p. 35-36.)

3.2 A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Foi mostrado no capítulo 2, com a análise da lei geral da acumulação capitalista, que o desenvolvimento do modo de produção capitalista determina um crescimento da composição orgânica média do capital social global e, como derivação desse crescimento da composição orgânica, uma elevação relativa da parcela do capital constante sobre a parcela do capital variável. A lei geral da acumulação capitalista, em função da sua própria lógica de funcionamento, engendra um crescimento contínuo da magnitude de capital acumulado convertido em uma massa continuamente crescente de meios de produção e de força de trabalho postos em ação. Mas, esse crescimento da magnitude do capital social global não se converte de forma proporcional em meios de produção e na contratação de mais trabalhadores. Ele se traduz em taxas de crescimento crescentemente maiores da conversão do capital adicional em elementos do capital constante – meios de produção representados por instalações, máquinas, equipamentos, matérias primas e auxiliares – do que as taxas de crescimento do fundo de salários como elemento do capital variável. Tendencialmente, portanto, de forma inerente ao seu próprio desenvolvimento, o modo de produção capitalista transforma o capital acumulado em capital objetivado, trabalho objetivado em meios de produção que se contrapõem ao relativamente reduzido trabalho vivo, ou seja, relativamente reduzida massa de trabalhadores que processa o crescente volume de meios de produção. No entanto, a aparente maior independência do capital em relação à classe trabalhadora tem um preço; como a fonte da riqueza produzida é o trabalho vivo, trabalho humano, a sua redução em proporção ao volume do trabalho objetivado resultará em queda relativa da massa do excedente de valor criado, do trabalho não-pago, da mais-valia sobre o capital total adiantado. Como o parâmetro da taxa de lucro é a relação do excedente, da mais-valia, com o capital total adiantado, o crescimento da composição orgânica do capital entendido como crescimento relativo da parcela do capital que se converte em capital constante (trabalho objetivado) sobre a parcela do capital que se converte em capital variável (trabalho vivo) resulta em uma massa de lucro relativamente declinante em proporção ao montante do capital social global. Esse movimento se estabelece como uma lei que é derivada do funcionamento da própria lei geral da acumulação capitalista; uma lei da queda tendencial da taxa de lucro que se impõe como barreira, como uma limitação que é inerente ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No início do capítulo 13 intitulado de “A Lei Enquanto Tal”, primeiro capítulo da terceira seção do Livro Terceiro que trata da “Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro”, Marx aponta os pressupostos inicialmente colocados para a exposição da lei: salários e jornada de trabalho dados e taxa de mais-valia constante com mesmo grau de exploração da força de trabalho. Pressuposto também o crescente aumento da composição orgânica do capital como movimento da lei geral da acumulação, os capitais com composições orgânicas superiores, isto é, com menor proporção do componente variável do capital sobre o componente constante, obtêm taxas de lucro menores do que capitais com composições orgânicas inferiores. O crescimento do capital social global leva por um lado ao crescimento da magnitude de capital acumulado na forma de um maior número de instalações, máquinas, equipamentos, matérias primas, matérias auxiliares e infra-estrutura disponíveis para o funcionamento do processo produtivo capitalista. Por outro lado, aumenta a massa de trabalhadores contratada e também a massa da população trabalhadora considerada redundante pelo capital, o exército industrial de reserva. Essa massa aumentada de trabalhadores sob o comando do capital processa um crescente volume de meios de produção que se transformam, com o crescimento da produtividade, em volume continuamente crescente de valores de uso, mercadorias disponíveis no mercado. Mas a taxa de crescimento da magnitude de capital adiantada em meios de produção é crescentemente maior do que a taxa de crescimento do fundo de salários pagos aos trabalhadores; a massa de trabalhadores empregados cresce com o aumento da acumulação de capital, mas cresce a taxas decrescentes e relativamente inferiores às taxas de incremento dos elementos do capital constante. Nesse sentido, o crescimento da composição orgânica média do capital social tem necessariamente como resultado uma tendência à queda gradual na taxa de lucro geral. Como diz Marx, “*A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho.*” (Op. Cit. p. 155.)

O aumento da composição orgânica média do capital social se expressa num aumento das forças produtivas, em que um mesmo número de trabalhadores processa um número crescente de meios de produção que são transformados em mercadorias com valor unitário menor, barateando os produtos. A contínua elevação da produtividade do trabalho social reduz a quantidade de trabalho contido em cada unidade de mercadoria porque diminui não só o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir cada unidade de mercadoria, bem como, ao se espriar nos diversos ramos da produção, barateia os elementos do capital

constante e os meios de subsistência em que se convertem os salários dos trabalhadores. Esse movimento funciona como atenuante do processo de queda da taxa de lucro, embora não o anule. A tendência à queda não se manifesta de maneira absoluta porque atuam contra a sua vigência uma série de fatores que funcionam como contratendências. Embora o efeito desses fatores ou causas contrariantes funcione como freio do movimento de queda e, até mesmo revertendo-o em alta da taxa geral de lucro, seu efeito é temporário. O próprio sucesso dos fatores de contratendência em elevar a taxa geral de lucro e a taxa de acumulação em conjunto com a própria dinâmica da lei geral da acumulação Capitalista leva a um novo crescimento da composição orgânica do capital e conseqüentemente a um novo impulso do movimento de queda. Mesmo retirando-se o pressuposto de que a taxa de mais-valia é constante, apontado por Marx no início da exposição da lei, a elevação contínua da composição orgânica média do capital social global reduz a taxa geral de lucro até mesmo com taxa de mais-valia e grau de exploração crescente. Com a queda da massa de trabalho vivo em relação à massa de trabalho objetivado, capital objetivado em meios de produção, a parcela do trabalho vivo não-pago, a mais-valia, é relativamente menor ao montante do capital social global quanto mais ele crescer. Uma maior taxa de mais-valia, mesmo aumentando a proporção do trabalho não-pago sobre o trabalho necessário para reproduzir o valor dos salários dos trabalhadores não compensa a elevação do montante do capital total adiantado em razão dos limites da elevação do grau de exploração sobre um número relativamente menor de trabalhadores e das maiores taxas de crescimento do capital total adiantado, principalmente do seu componente constante. A relação da massa de mais-valia produzida pelo capital social global é expressa numa taxa geral de lucro e numa massa de lucro global relativamente menor em razão da crescente proporção desse capital social global comparada com a massa de mais-valia global produzida. Para se manter a mesma massa do capital variável em função do aumento da composição orgânica, o capital total precisa crescer em proporção maior que a queda da taxa de lucro e a queda da proporção do capital variável em relação ao capital constante.

Com relação ao método de exposição, Marx deixa bem claro que a apresentação da lei da queda tendencial da taxa de lucro antes das seções que tratam da decomposição do lucro em diferentes formas que cabem a diferentes tipos de capitalistas, demonstra a independência dessa lei em sua forma geral à aproximação da análise do capital do seu funcionamento na realidade, de maneira concreta. Essa lei é uma lei inerente ao capital em geral, ao desenvolvimento do processo de produção capitalista na sua forma específica. Os desenvolvimentos posteriores não anulam a vigência da lei. O lucro como forma transmutada

da mais-valia, relacionada com o capital total adiantado e não apenas com o capital variável que lhe originou, expressa através da sua taxa a queda relativa da massa de mais-valia comparada com o capital total adiantado, não podendo esse resultado ser modificado pela repartição dessa massa de mais-valia em diferentes formas. No mesmo sentido, as diferentes taxas de mais-valia, de composição orgânica e de lucro entre os países não são abordadas. Essa análise, segundo Marx, caberia quando fosse investigada a concorrência entre os diferentes capitais e principalmente, o papel do comércio exterior e da formação do mercado mundial. Apesar de o comércio exterior se apresentar como uma das causas contrariantes ou contratendências à lei da queda da taxa de lucro, em que no plano original de “O capital” seria o objeto de investigação do sexto livro, foi relegado por Marx ao que ele chamou de um possível “*desdobramento eventual da obra.*” (ROSDOLSKY, 2001. p. 37.)

Nós apresentamos propositalmente essa lei antes da decomposição do lucro em diferentes categorias autonomizadas entre si. A independência dessa apresentação da divisão do lucro em partes diferentes, que cabem a categorias diferentes de pessoas, prova de antemão a independência da lei em sua generalidade daquela divisão e das relações recíprocas das categorias de lucro originárias dela. O lucro do qual falamos aqui é apenas outro nome para a própria mais-valia, representada em relação ao capital global, em vez de sê-lo em relação ao capital variável, do qual se originou. A queda da taxa de lucro expressa, portanto, a proporção decrescente da própria mais-valia em face do capital global adiantado e, por isso, é independente de qualquer divisão que se faça dessa mais-valia em diferentes categorias. (MARX, op. cit. p. 156.)

A queda tendencial da taxa de lucro é o resultado contraditório do desenvolvimento do processo de produção e de reprodução capitalista. A taxa de lucro cai em razão do crescimento da composição orgânica média do capital, elevando a proporção do capital constante sobre o capital variável, convertendo o capital adicional em capital objetivado em proporção maior que em trabalho vivo, criador de valor. O aumento da força produtiva do trabalho social só pode andar junto com a expropriação do proprietário direto das condições de trabalho e até mesmo de alguns pequenos e médios capitalistas que estão submetidos à condições precárias de produção são expropriados por meio da ação da concorrência. A concentração e a centralização da propriedade do capital sejam entre grandes capitalistas individuais ou nas sociedades por ações impõem a necessidade de somas de capital cada vez maiores para se iniciar um empreendimento. Essa massa continuamente crescente do capital social global resulta em uma massa também crescente da mais-valia social, do lucro social, bem como da massa absoluta de trabalhadores ocupados. Porém, o crescimento da magnitude

do capital social global e principalmente da sua parte constante é muito superior ao crescimento da massa de trabalho não-pago, da massa de mais-valia criada pelo contingente de trabalhadores ocupados. É inerente à lei geral da acumulação capitalista que o capital adicional se converta crescentemente em capital objetivado em meios de produção e decrescentemente em trabalho vivo; essa é a sua contradição específica. A taxa de lucro e por conseqüência a taxa de acumulação também caem como resultado dessa contradição. John Stuart Mill, com a possibilidade de queda da taxa de lucro a um mínimo, viu para o futuro da sociedade capitalista a condição de um estado estacionário. No entanto, ao contrário de resultar num estado estacionário em que *“se por um lado ninguém é pobre, por outro lado ninguém deseja ser mais rico do que é”*(1996. p. 327.), o desenvolvimento do processo de produção capitalista produz crescentemente a sua contradição. Ao mesmo tempo em que produz uma massa de riqueza sem paralelo na história da humanidade através do avanço da força produtiva do trabalho social, produz crescentemente a propriedade privada dessa riqueza para poucos, enquanto também produz uma população trabalhadora crescentemente excedente, massa de trabalhadores redundantes que compõem o exército industrial de reserva. O aumento do exército de reserva é o resultado direto da queda da taxa de lucro para a classe trabalhadora. A queda da taxa de lucro é o resultado imediato da contradição do processo de produção capitalista para a classe capitalista como personificação da relação-capital, enquanto o aumento da taxa de mais-valia, isto é, aumento da exploração e aumento do exército industrial de reserva é a própria expressão da contradição da sociedade capitalista para a classe trabalhadora.

Portanto, o mesmo desenvolvimento da força produtiva social de trabalho se expressa no progresso do modo de produção capitalista, por um lado, numa tendência de queda progressiva da taxa de lucro e, por outro, em crescimento constante da massa absoluta de mais-valia ou do lucro apropriado; de forma que, no todo, ao decréscimo relativo do capital variável e do lucro corresponde um aumento absoluto de ambos. Esse efeito dúplice como foi mostrado só pode se apresentar num crescimento do capital global em progressão mais rápida do que aquela em que a taxa de lucro cai. Para empregar um capital variável acrescido em termos absolutos, com uma composição superior ou um aumento relativo mais intenso do capital constante, o capital global precisa crescer não só na proporção da composição superior, mas ainda de maneira mais rápida. Daí segue que, quanto mais o modo de produção capitalista se desenvolve, uma quantidade cada vez maior de capital se torna necessária para empregar a mesma força de trabalho, e ainda maior para uma força de trabalho crescente. A força produtiva crescente de trabalho gera, portanto, na base capitalista, necessariamente uma superpopulação trabalhadora permanente e aparente. (MARX, op. cit. p. 162.)

3.3 A ATUAÇÃO DAS CONTRATENDÊNCIAS À QUEDA DA TAXA DE LUCRO

A constatação de que com o aumento da acumulação de capital a taxa geral de lucro tendencialmente cai, seja em virtude da maior concorrência entre capitais ou a fertilidade decrescente dos solos utilizados para agricultura, vem da Economia Política. Apesar de autores como Ricardo e Stuart Mill anunciarem a possibilidade de uma condição de estado estacionário num tempo futuro, eles também tinham claro que contra essa tendência de queda atuam efeitos contrários ou “*circunstâncias neutralizantes*” nas próprias palavras de Stuart Mill. Essas forças contrárias retardam e neutralizam temporariamente a atuação absoluta da lei, mas sem revogá-la. Para Marx, a tarefa está em explicar como todo o desenvolvimento da força produtiva do trabalho social engendrado pelo processo de produção capitalista, via incorporação de quantidades crescentes de capital objetivado em máquinas, equipamentos, instalações e toda a infra-estrutura disponível para o conjunto da produção, ou seja, crescimento da composição técnica do capital, crescimento da massa dos meios de produção processados pelo mesmo número de trabalhadores, não tenha se convertido em crescimento maior da proporção do capital constante sobre o capital variável, aumento ainda mais acentuado da composição orgânica do capital e conseqüentemente uma queda mais acelerada da taxa geral de lucro. No capítulo 14 do Livro terceiro, em que trata das causas contrariantes à queda da taxa de lucro, Marx se refere de forma empírica ao avanço das forças produtivas nos últimos trinta anos que antecederam a elaboração de “O Capital” na década de 60 do Século XIX. O transcorrer de toda a segunda metade do Século XIX e todo o Século XX colocam de maneira mais acentuada a questão de explicar não a queda da taxa de lucro, mas,

uma dificuldade inversa, ou seja, explicar porque essa queda não é ainda maior ou mais rápida.

Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhes apenas o caráter de uma tendência, motivo pelo qual também designamos a queda da taxa geral de lucro como uma queda tendencial. (MARX, op. cit. 168.)

No mesmo sentido, que o modo de produção capitalista ao desenvolver-se é a expressão das suas próprias contradições, as causas contrariantes também revelam seu caráter contraditório ao funcionarem como forças de contenção e ao mesmo tempo em que acentuam a tendência de queda. Todas as seis contratendências apontadas por Marx, a saber, elevação do grau de exploração, compressão do salário abaixo do seu valor, barateamento dos elementos do capital constata, superpopulação relativa, comércio exterior e aumento do

capital por ações, retardam provisoriamente a ação absoluta da lei, mas recolocam a contradição num novo nível sempre mais difícil de ser resolvido. Como diz Grossmann,

Pero a pesar de todas las interrupciones periódicas y atenuaciones de la tendencia al derrumbe, con el progreso de la acumulación capitalista, el mecanismo global marcha, necesariamente hacia su fin, pues con el crecimiento absoluto de la acumulación do capital, cada vez se torna gradualmente más difícil la valorización del capital generelado. Si estas tendências contrarias llegaram a debilitarse o a paralizarse ,(...) entonces la tendencia al derrumbe adquiere predominio y se impone em su validez absoluta como última crisis. (1979, p. 95.)

Analisando a composição do capital social global com o desenvolvimento do processo de produção capitalista, verifica-se que a massa de mais-valia produzida socialmente, massa de lucro social, cresce relativamente menos que o próprio montante do capital global em que ela representa a massa e a taxa de sua valorização. A queda da taxa geral de lucro ocorre em virtude do contínuo crescimento da composição orgânica média do capital, que implica em aumento proporcional do componente constante do capital global sobre o componente variável. O mesmo número de trabalhadores processa uma quantidade continuamente crescente de meios de produção, ou seja, a massa do capital variável cai relativamente porque o número dos trabalhadores explorados cai relativamente ao crescimento da magnitude dos elementos do capital constante. Embora a massa de lucro aumente de forma absoluta, a taxa de lucro cai porque a relação do número de trabalhadores explorados com a magnitude do capital total caiu. Nesse sentido, a elevação do grau de exploração do trabalho se constitui numa das principais contratendências à queda da taxa de lucro. Segundo Marx, o grau de exploração pode ser aumentado via prolongamento da jornada de trabalho na forma de mais-valia absoluta e intensificação do trabalho como uma das formas da mais-valia relativa. O prolongamento da jornada de trabalho eleva a massa de mais-trabalho apropriada do trabalhador sem alterar significativamente a proporção do capital constante sobre o variável. Com a maior produção pode-se até aumentar em pequena medida o volume do capital variável e do capital constante, mantendo-se a mesma composição orgânica do capital só que agora com maior taxa de mais-valia, massa de lucro e taxa de lucro. Marx no capítulo sobre a “Maquinaria e a Grande Indústria” do Livro Primeiro, mostra como o prolongamento da jornada de trabalho e a intensificação do trabalho estão ligados ao desenvolvimento da grande indústria. Após ter se alcançado certo estágio de desenvolvimento, o avanço das forças

produtivas e a luta da classe trabalhadora pela queda da jornada de trabalho permitiram a limitação do aumento do grau de exploração via mais-valia absoluta, abrindo espaço para a aplicação dos procedimentos para a geração de mais-valia relativa.

Entendendo-se o processo de produção capitalista como um processo de produção social, coletivo, o aumento das forças produtivas do trabalho via expansão das condições objetivas de trabalho (meios de produção) e o avanço nas técnicas de produção, o mesmo número de trabalhadores no mesmo tempo com o mesmo dispêndio de trabalho produz um mesmo valor-produto numa massa maior de mercadorias com valor unitário menor. O mesmo montante de valor-produto se fraciona numa massa aumentada de valores de uso. A composição do capital continua a mesma, bem como a taxa de mais-valia, a massa de mais-valia e a taxa de lucro. O mesmo dispêndio de trabalho produz mais unidades de valores de uso, baixando, com o mesmo valor-produto, o valor unitário das mercadorias. Esse aumento das forças produtivas do trabalho quando adquire um caráter social, quando se transforma na média das condições de produção, resulta em queda do valor da massa dos meios de subsistência necessários para a reprodução da força de trabalho. No mesmo sentido, a redução dos valores dos elementos do capital constante em virtude do aumento das forças produtivas do trabalho em conjunto com a redução do valor dos meios de subsistência em que se convertem os salários dos trabalhadores, resulta em menor crescimento do montante do capital global e conseqüentemente, em neutralização da queda da taxa de lucro ou até mesmo em sua alta. Essa é uma das duas formas da mais-valia relativa. Já a intensificação do trabalho aumenta o dispêndio de trabalho, o valor-produto e a massa de valores de uso que são produzidos no mesmo tempo. O desenvolvimento da maquinaria e o processo de divisão do trabalho buscam incessantemente a redução dos poros da jornada de trabalho via intensificação do trabalho realizado, maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo ou no caso de queda da jornada de trabalho, o mesmo dispêndio de trabalho em menor tempo. O mesmo número de trabalhadores produz um maior valor-produto que se fraciona numa massa maior de valores de uso em virtude de se ter dispendido mais trabalho. O valor unitário das mercadorias produzidas não baixa porque a quantidade de trabalho que está contido em cada unidade do produto não caiu. Com o aumento da produção, o volume dos elementos do capital constante também cresce, enquanto a massa do capital variável se mantém a mesma ou até pode crescer em menor nível. A taxa de mais-valia sobe porque a parcela do valor da produção que repõe o valor dos salários cai em relação à parcela do valor da produção que cabe ao capitalista como excedente, como mais-trabalho. A massa de mais-valia e, portanto,

de lucro também sobem. Embora com o aumento da massa de mais-valia e de lucro, a taxa de lucro suba, a maior produção de valores de uso em um maior montante de valor-produto aumenta a proporção do capital constante sobre o capital variável. A contratendência à queda da taxa de lucro representada pelo aumento da massa de lucro e da taxa de mais-valia é enfraquecida pelo aumento da composição orgânica do capital.

Essa elevação não suprime a lei geral. Mas faz com que ela atue mais como tendência, isto é, como uma lei cuja a realização absoluta passa a ser impedida, retardada, enfraquecida por circunstâncias contrariantes. Como, porém, as mesmas causas que elevam a taxa de mais-valia (mesmo o prolongamento do tempo de trabalho é um resultado da grande indústria) tendem a diminuir a força de trabalho empregada por dado capital, as mesmas causas tendem a diminuir a taxa de lucro e a retardar o movimento dessa diminuição. (MARX, op. cit. p.170.)

A contradição do desenvolvimento do modo de produção capitalista em continuamente elevar a composição orgânica do capital e reduzir tendencialmente a taxa geral de lucro, também se expressa na contradição do uso de mecanismos de geração de mais-valia relativa que reduzem o máximo possível o número de trabalhadores e a massa de trabalho humano explorado, enquanto aumenta a proporção do mais-trabalho sobre o trabalho necessário desse número cada vez mais reduzido de trabalhadores. O aumento da taxa de mais-valia, paradoxalmente, se constitui em contratendência e em sinônimo da queda da taxa de lucro. A massa de mais-valia que um capital de determinada grandeza gera está em função da taxa de mais-valia multiplicada pelo número de trabalhadores ocupados. A queda da massa de trabalho explorado, representado pela queda do número de trabalhadores que processam a mesma massa de meios de produção limita o crescimento da massa de mais-valia, limitando o crescimento da massa de lucro e implicando em queda da taxa de lucro.

Ademais, já foi provado – e constitui o segredo propriamente dito da queda tendencial da taxa de lucro – que os procedimentos para a geração de mais-valia relativa resultam, grosso modo, no seguinte: por um lado, transformar o máximo possível de dada massa de trabalho em mais-valia e, por outro, em relação ao capital adiantado, empregar em geral o mínimo possível de trabalho; de modo que as mesmas razões que permitem elevar o grau de exploração do trabalho impedem que com o mesmo capital global se explore tanto trabalho quanto antes. Essas são as tendências conflitantes, que enquanto provocam uma elevação da taxa de mais-valia, ao mesmo tempo acarretam uma queda da massa de mais-valia gerada por dado capital, e portanto da taxa de lucro. (MARX, O CAPITAL.1988, Livro III, vol. 4, p. 168-169.)

A compressão do salário do trabalhador abaixo do seu valor, por meio de uma remuneração insuficiente da força de trabalho para comprar os meios de subsistência necessários anda junto com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o surgimento de uma superpopulação relativa. Marx no capítulo que trata das contratendências, não desenvolve o papel da compressão do salário abaixo do seu valor alegando que essa análise pertence “à *exposição sobre a concorrência que não é tratada nessa obra.*” (op. cit. p. 170.) Embora não trate no Livro Terceiro, Marx no capítulo da “Maquinaria e Grande Indústria”, capítulo em que aproxima a análise da produção de mais-valia relativa do seu funcionamento concreto, demonstra como o recurso à compressão dos salários abaixo do seu valor faz parte do processo de acumulação capitalista, principalmente nas empresas e nos ramos mais atrasados que produzam sob condições mais precárias. A apropriação de uma parte do fundo de salários dos trabalhadores como fundo de acumulação serve como compensação para as empresas com piores condições de produção. Através da concorrência, as empresas com maior composição orgânica do capital produzem mercadorias com menor valor unitário do que a média das concorrentes, se apropriando por meio da formação do preço de produção e do preço de mercado de maior fração da massa de mais-valia global do que produziu. Os capitais de menor composição orgânica transferem via concorrência, mais-valia para os capitais de composição orgânica superior. A piora das condições de vida dos trabalhadores através da compressão do salário abaixo do seu valor serve para compensar essa transferência entre capitais de composição orgânica diferentes.

A formação de uma superpopulação relativa de trabalhadores, como resultado direto do desenvolvimento do modo de produção capitalista, contribui para que se reduzam os salários abaixo do valor médio, principalmente nos ramos de produção com maior emprego de trabalho vivo, ramos com menor composição orgânica. A existência de um contingente de trabalhadores desocupados, considerados redundantes pelas empresas de ramos de maior composição orgânica, estimula as empresas dos ramos que tradicionalmente empregam mais trabalho a permanecerem nessa condição. Nessas empresas ou em ramos inteiros, a massa de mais-valia produzida é maior em relação ao capital adiantado porque a proporção do capital variável sobre o capital constante é maior, por conseqüência a taxa de lucro também é maior, também contendo a atuação da lei. O processo de acumulação de capital que traz consigo o avanço das forças produtivas, ao aumentar a massa dos meios de produção postos em movimento pelo mesmo número de trabalhadores, reduz a necessidade de trabalho vivo e aumenta a massa de trabalho objetivado, tornando uma parcela crescente da população

trabalhadora, redundante, desocupada pelo capital. Por outro lado, contraditoriamente, esse avanço das forças produtivas produz e reproduz condições de atraso do emprego da força produtiva do trabalho; condições precárias e miseráveis de produção que se mantêm das migalhas da fração mais avançada do setor produtivo. Visto o processo de produção capitalista de forma global, essas empresas e ramos mais atrasados produzem maior massa de mais-valia do que se apropriam, enquanto a fração do capital social com composição orgânica superior se apropria por meio da concorrência no mercado interno ou pelo comércio exterior, de parte da mais-valia gerada pela fração do capital social de composição orgânica inferior.

Outro resultado do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, que se constitui em causa contrariante da queda do lucro é o barateamento dos elementos do capital constante. Nesse sentido, o próprio desenvolvimento das forças produtivas barateia os elementos do capital constante, da mesma maneira em que barateia os meios de subsistência em que se convertem os salários dos trabalhadores, desvinculando em parte o aumento da composição técnica (aumento da proporção da massa dos meios de produção em relação a força de trabalho que os processa) do aumento da composição valor do capital. Sem um barateamento dos elementos do capital constante, a acumulação de capital se traduziria em maior composição orgânica média e em queda mais acentuada da taxa geral de lucro. É importante ressaltar que o avanço tecnológico acelerado também barateia uma parte dos elementos do capital constante - máquinas e equipamentos - ao torná-los rapidamente obsoletos em relação aos novos modelos mais sofisticados e muitas vezes mais baratos, conseqüentemente desvalorizando as máquinas e equipamentos de tecnologia mais atrasada, mesmo que o seu desgaste físico tenha sido mínimo. Com o desenvolvimento do processo de produção capitalista cada vez mais a depreciação tecnológica é mais rápida que o desgaste físico das máquinas, equipamentos e dos bens de consumo duráveis. No entanto, da mesma forma que o barateamento dos elementos do capital constante funciona como contratendência à lei da queda da taxa de lucro, também funciona como estimulador da conversão de maior parte do capital adicional em meios de produção, elevando a composição técnica do capital e a composição valor, recolocando a lei como tendência.

Se além da concorrência entre capitais de um mesmo país, se avançar a análise para a concorrência entre capitais de diversos países, que no plano original de “O Capital” seria tratada nos livros sobre o comércio exterior e sobre o mercado mundial, a importância do comércio exterior é fundamental não apenas para o barateamento dos elementos do capital

constante e dos meios em que se convertem os salários dos trabalhadores, mas, para a transferência de mais-valia dos países com composição orgânica média inferior para os países com composição orgânica média superior. Os países com maior avanço da força produtiva social do trabalho produzem com o mesmo valor-produto uma massa de valores de uso maior, portanto, produz mercadorias com valor unitário menor por conter menor fração de trabalho. Através da concorrência entre capitais num mesmo país e no mercado mundial, a formação do preço de produção e do preço de mercado garante ao capital que produz com menor valor unitário, uma taxa de lucro acima da média da taxa daqueles capitais que produzem mercadorias com maior valor unitário. A teoria marxista da dependência de Rui Mauro Marini demonstra como na América Latina o recurso à superexploração da força de trabalho através da combinação do prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho e expropriação de parte do fundo de salários dos trabalhadores ao pagar um salário abaixo do valor, é de forma conjunta causa e consequência do papel dependente que a economia da região exerce na estruturação da dinâmica do modo de produção capitalista em caráter mundial. Tanto no período em que era uma economia essencialmente exportadora como na sua fase de industrialização, nas economias da América Latina sempre se lançou mão da superexploração da força de trabalho para compensar as transferências de mais-valia para os países centrais devido ao comércio exterior. A queda da taxa geral de lucro em caráter mundial é em parte retardada, contida pela precarização das condições de produção da força de trabalho na periferia do capitalismo. A participação da América Latina no mercado mundial, dentro do quadro de divisão internacional do trabalho nos moldes do que propôs Ricardo na sua teoria das vantagens comparativas, foi fundamental para o processo de acumulação dos países centrais. A produção de matérias primas e de alimentos para os países europeus permitiu a passagem nesses países da forma de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. A queda dos preços dos meios de subsistência dos trabalhadores aumenta a taxa de mais-valia ao reduzir a fração do trabalho que é paga e elevar a fração do mais-trabalho, enquanto a queda dos preços das matérias primas que são, portanto, elementos do capital constante resulta num primeiro momento em contenção do crescimento da composição valor. No entanto, essa queda dos preços dos elementos do capital constante que funciona como contenção da queda do lucro num primeiro momento, impulsiona ainda mais a expansão da escala de produção e crescimento da composição orgânica com maior conversão do capital adicional em capital objetivado. O comércio exterior, como fio que interliga o mercado mundial, é causa e ao mesmo tempo resultado do modo de produção capitalista. A expansão do comércio com as grandes navegações impulsionou o desenvolvimento do modo de

produção capitalista ao lhe abrir novos mercados. Mas com o avanço das condições de produção disponíveis que se traduz em avanço das forças produtivas, o comércio exterior precisa constantemente recriar e expandir novos mercados para consumir uma massa crescente de mercadorias. A necessidade da expansão contínua do comércio exterior e a incorporação de novas regiões do mercado mundial, é um dos frutos mais genuínos do desenvolvimento do processo de produção capitalista. Nas palavras de Marx o *“comércio exterior, embora tenha sido na infância do modo de produção capitalista sua base, tornou-se em seu progresso, pela necessidade intrínseca desse modo de produção, por sua necessidade de mercado sempre mais amplo, seu próprio produto.”* (op. cit. p. 171.)

A última contratendência exposta por Marx e, que não foi mencionada por Ricardo e nem por Stuart Mill, é o aumento do capital por ações. Marx já tinha claro na sua época sobre qual seria o papel representado pelas sociedades por ações com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essas empresas, como expressão mais avançada de organização do processo de produção e de forma de propriedade sobre o capital, no tempo de Marx, já indicavam a contradição e o próprio limite da categoria taxa de lucro, ao não proporcionarem mais-valia na forma de lucro, mas sim mais-valia na forma de juros sobre o capital adiantado. Esses juros sobre o capital por ações são chamados de dividendos e não entram na equalização da taxa geral de lucro. Como os capitais das sociedades por ações são de composição orgânica superior, se entrassem na composição da taxa de lucro a baixariam ainda mais. Nesse sentido, uma parcela expressiva do capital social global simplesmente não entra na equalização da taxa de lucro e, justamente os capitais de maior composição orgânica. O aumento da fração do capital social global na forma de capital por ações apresenta um caráter duplo: primeiro, ao burlar a formação da taxa geral de lucro e, segundo, transformar a categoria juro em expressão da valorização do capital aplicado no lugar do lucro. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, aumento da composição orgânica média do capital e o avanço da força produtiva do trabalho social, a taxa de juro parece substituir a taxa de lucro como parâmetro da valorização do capital social global, como a forma transmutada da mais-valia que expressa a remuneração do direito de propriedade sobre o capital. O lucro transforma-se no ganho do empresário por ter colocado o capital na esfera da produção, por ser capitalista funcionante, mas não como remuneração pela propriedade do capital; essa função é do juro. Com o impulso na participação das sociedades por ações e dos diversos tipos de fundos (fundos de investimento, fundos de ações e os fundos das grandes seguradoras) no capital social global na atualidade, torna-se ainda mais claro do que era na

época de Marx, que o parâmetro do grau da valorização do capital é a variação da taxa de juro em carácter mundial. A contradição e o fetiche estão justamente em que na categoria juro desaparece qualquer ligação da valorização do capital com o processo de exploração do trabalho assalariado, enquanto essa ligação ainda está presente no lucro. Mas com o juro, a valorização do capital parece ser fruto dele em si, de em sendo capital ter a qualidade inerente de gerar juros para o seu proprietário. A relação dos capitalistas que recebem juros sobre o montante do seu capital aplicado, transforma-se de uma relação econômica, que fundamenta a categoria lucro, em uma relação meramente jurídica entre o proprietário do capital e o capitalista funcionante para quem ele emprestou, ou ainda, com o dirigente da empresa em que o seu capital está aplicado em ações. O próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista parece desvendar o “mistério” do seu funcionamento. A transformação da categoria juro como parâmetro, como medida da valorização do capital explicita o que é o capital, uma relação social de produção e de distribuição da riqueza fundada na propriedade dessa riqueza socialmente produzida por poucos. A apropriação do juro com base no princípio jurídico de propriedade evidencia o carácter dessa relação social e a desnecessidade da classe capitalista para a produção de riqueza e para o avanço da humanidade. Marx demonstra no capítulo 48 do Livro Terceiro, que trata “A Fórmula Trinitária” que:

capital – lucro (ganho empresarial mais juros), terra – renda fundiária, trabalho – salário: essa é a fórmula trinitária que compreende todos os segredos do processo de produção social. Já que, além disso, como se mostrou anteriormente, os juros aparecem como produto autêntico e característico do capital e, em oposição, o ganho empresarial como salário independente do capital, essa fórmula trinitária se reduz, examinada mais de perto, à seguinte: capital – juros, terra – renda fundiária, trabalho – salário, em que o lucro, essa forma que caracteriza especificamente o modo de produção capitalista, felizmente acaba desaparecendo. (op. cit. p.251.)

Ou ainda um pouco mais adiante, no mesmo capítulo, que:

O lucro parece apenas acessoriamente determinado pela exploração imediata do trabalho, à medida que esta permite ao capitalista, com os preços reguladores do mercado, aparentemente existentes de maneira independente dessa exploração, realizar um lucro divergente do lucro médio. Os próprios lucros médios normais parecem imanentes ao capital, independentes da exploração; a exploração anormal ou mesmo a exploração média sob condições de exceção favoráveis parecem condicionar apenas a variação quanto ao lucro médio, sem condicionar a ele mesmo. A divisão do lucro em ganho empresarial e juros (para não falar da interposição do lucro comercial e do lucro no comércio de dinheiro, que estão baseados na circulação e que parecem originar-se de modo total e absoluto dela e não do processo de produção) completa a autonomização da forma da mais-valia, a ossificação de sua

forma em relação a sua substância, a sua essência. Uma parte do lucro, em oposição à outra, separa-se completamente da relação de capital enquanto tal e se apresenta como se originando não da função de exploração do trabalho assalariado, mas do trabalho assalariado do próprio capitalista. Em oposição, os juros parecem então ser independentes, seja do trabalho assalariado do trabalhador, seja do próprio trabalho do capitalista, como que se originando do capital como sua fonte própria e independente. Se, originalmente, na superfície da circulação, o capital apareceu como fetiche de capital, valor gerador de valor, agora ele se apresenta novamente na forma do capital que rende juros, como em sua forma mais estranha e peculiar. Por isso também a fórmula: “capital – juros”, como terceira para “terra – renda” e “trabalho – salário”, é muito mais conseqüente do que “capital – lucro”, à medida que no lucro, fica sempre uma lembrança, quanto à sua origem, de que, nos juros, não só é apagada, mas é colocada numa forma firme oposta a essa origem. (op. cit. p. 261.)

CAPÍTULO 4

4 A CRISE COMO EXPRESSÃO DA EXPLOSÃO DAS CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O debate sobre a existência e o caráter das crises econômicas no sistema capitalista acompanha a Economia desde a sua infância como ciência. Autores como Smith, Ricardo, Malthus, Say e Stuart Mill se confrontaram com a tarefa de investigar o caráter das crises do seu tempo e, questionando-se se essas crises não seriam a expressão de um colapso futuro do sistema ou na melhor das hipóteses, poderiam conduzir a uma condição de estado estacionário. Ricardo defendia que a causa última das crises era a limitação da fertilidade dos solos imposta pela natureza, possivelmente em virtude de não ter vivenciado no seu tempo as crises econômicas gerais de caráter mundial. A época de Ricardo foi marcada por anos de sucessivas quebras nas colheitas e pelos efeitos das guerras napoleônicas e do bloqueio continental para a Grã-Bretanha, que para Marx influenciaram decisivamente sua formulação teórica. No entanto, a Economia Política é uma parte da ciência econômica que se desenvolveu posteriormente, continuou influenciada pelas concepções dos pensadores clássicos sobre a origem e o caráter das crises.

Para Marx, ao contrário da Economia Política, a crise é a expressão da erupção das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas. As crises são resultados da contradição do funcionamento do modo de produção capitalista. É a evidência do caráter histórico transitório desse modo de produção. O método de exposição da sua teoria parte da análise do funcionamento do modo de produção capitalista na sua forma mais simples, mais geral, sem a interferência de categorias que fazem parte do seu funcionamento concreto, de forma real e, que num primeiro momento precisam ser descartadas. Não é por acaso que a análise de “O Capital” começa com a mercadoria e o dinheiro como formas mais simples do capital, até chegar no último capítulo do Livro Terceiro à análise das classes sociais. Já na primeira seção do Livro Primeiro é demonstrado como a partir do funcionamento da lei do valor, aparece a

contradição entre o valor de uso e o valor expressa na forma de mercadoria e dinheiro. Essa contradição entre valor de uso e valor, mercadoria e dinheiro, se constitui em possibilidade da dissociação entre compra e venda, entre mercadoria e dinheiro, que no modo de produção capitalista aparecem como formas abstratas e gerais da crise real. A contradição do capitalismo não nasce da contradição entre mercadoria e dinheiro, apesar de o capital se apropriar dessas formas para se valorizar no processo de produção. Porque o capital não é mercadoria nem dinheiro, mas o movimento de valorização determinado pela extração contínua de mais-valia. As crises no capitalismo até podem aparecer como crises comerciais, crises da contradição entre a forma mercadoria e a forma dinheiro do capital, mas na sua essência são resultado da contradição do capital enquanto capital, relação social de produção fundada na produção social e na apropriação privada da riqueza. A contradição geral, abstrata do capital enquanto capital, sua contradição genuína como modo de produção de caráter histórico e transitório, é a contradição entre o impulso para o desenvolvimento das forças produtivas e os limites impostos pelas relações sociais de produção a esse desenvolvimento. A base cada vez mais reduzida de valorização da riqueza, dada pela concentração e centralização da propriedade do capital e pela criação de uma superpopulação relativa, impõem barreiras tendencialmente mais difíceis de serem superadas.

Seja como for, não existe crise se compra e venda não se mantêm em oposição mútua, não tendo por isso de se ajustar à força, e se o dinheiro exerce a função de meio de pagamento de modo que os créditos se liquidam, isto é, não se realiza a contradição existente no dinheiro como meio de pagamento; se essas duas formas abstratas de crise, portanto, não se patenteiam na realidade. Não pode haver crise sem compra e venda se desvincularem e entrarem em conflito (...) Mas temos aí meras formas – possibilidades gerais das crises, por isso também formas, formas abstratas da crise real. Nelas aparece a existência da crise em suas formas mais simples e em seu conteúdo mais simples, até onde a forma é o seu conteúdo mais simples. Mas ainda não é conteúdo com fundamento concretizado. A circulação simples do dinheiro e mesmo a circulação do dinheiro como meio de pagamento – e ambas já existiam muito antes da produção capitalista sem terem sucedido crises. Assim essas formas sozinhas não podem explicar por que desvelam sua face crítica, por que a contradição potencial nelas contida se patenteia contradição em ato. (...) As contradições na circulação de mercadorias, ainda desenvolvidas na circulação de dinheiro – e em conseqüência as possibilidades de crise – reproduzem-se por si mesmas no capital, pois na realidade, só na base do capital ocorre circulação desenvolvida de mercadoria e de dinheiro. Mas agora trata-se apenas de acompanhar o desenvolvimento ulterior da crise potencial – a crise real só pode configurar-se a partir do movimento real da produção capitalista, da concorrência e do crédito – enquanto provém das determinações de formas próprias do capital, as quais lhe são peculiares e não se encerram em sua mera existência de mercadoria e de dinheiro. (MARX, Teorias da Mais-Valia. 1980, vol. 3, p. 947-948.)

O capítulo será dividido em 3 seções. A primeira seção trata da contradição entre o desenvolvimento das forças do trabalho social e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas. O desenvolvimento do modo de produção capitalista explicita a contradição que lhe é inerente, em que as crises são as formas que evidenciam essa contradição. A segunda seção trata das diferentes formas em que aparecem as crises do processo de produção capitalista: crises de superprodução, subconsumo, desproporção entre setores, do sistema de crédito e do mercado mundial. Todas essas formas são a manifestação da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas. Na terceira seção é realizado o confronto da teoria de Marx sobre as crises e a derrocada do modo de produção capitalista com as análises das diversas crises que marcaram sua época.

4.1 A CONTRADIÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E DE DISTRIBUIÇÃO CAPITALISTAS

Marx no primeiro parágrafo do Livro Terceiro afirma “(...) *que o modo de produção capitalista, considerado como um todo, é unidade do processo de produção e do processo de circulação.*” (O Capital.1988, vol. 4 p. 21.) O movimento de valorização do capital compreende o processo de produção direto, locus onde se dá a relação de exploração da força de trabalho pelo capitalista com o objetivo de produzir mais-valia e, o processo de circulação em que a soma de capital-mercadoria precisa realizar o equivalente não só ao capital adiantado, mas também a mais-valia gerada pelos trabalhadores. O movimento do capital é a unidade de duas etapas ou de fases que se separam, que parecem ser independentes, mas que na realidade constituem o mesmo capital que precisa assumir formas diferentes. O capital para valorizar-se precisa assumir a forma de capital-dinheiro que se converte em meios de produção e nos salários dos trabalhadores, capital-produtivo no processo de produção direto quando os trabalhadores estão processando os meios de produção e produzindo mercadorias prenes de mais-valia, capital-mercadoria que retorna ao processo de circulação para realizar seu valor, ter reconhecido socialmente seu valor ao retransformar-se em capital-dinheiro. Se pressupormos a reprodução ampliada, uma parte da mais-valia, do lucro, será investida como capital adicional no aumento da escala de produção, acumulação de capital, enquanto a parte

restante servirá para o consumo individual do capitalista. A contradição está justamente em que essas duas fases do processo de produção capitalista não coincidem, não são idênticas. Num sentido, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho social aumenta a massa de meios de produção – máquinas, equipamentos, instalações, matérias primas, matérias auxiliares e toda infra-estrutura disponível para produção – que o mesmo número de trabalhadores põe em movimento, produzindo uma massa crescente de mercadorias que entram na esfera da circulação para terem seu valor realizado. Esse desenvolvimento das forças produtivas é ao mesmo tempo, aumento da composição orgânica do capital, crescimento da fração do capital constante sobre a fração do capital variável, substituição relativa do trabalho vivo pelo volume crescente de trabalho objetivado. A queda tendencial da taxa de lucro é o resultado da queda da massa de trabalho vivo explorado em relação ao crescimento da magnitude do capital social global. A valorização do capital, a produção de mais-valia que se constitui no “*objetivo imediato e o motivo determinante da produção capitalista*” (MARX, op. cit. p. 176.), se impõe como limite ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. O avanço da capacidade de produção do trabalho social, a constituição do trabalhador coletivo que é um dos resultados do modo de produção capitalista, não é limitado pelas restrições impostas pela natureza, como pensava Ricardo e a Economia Política, mas, pelas relações sociais de produção que são sua base. Com o desenvolvimento do processo de produção capitalista, o que trava o avanço das forças produtivas como única maneira de atender as necessidades da humanidade, é o próprio modo de produção capitalista, é a busca da valorização do capital como objetivo, produção de mais-valia para se acumular mais capital e produzir uma massa maior ainda de mais-valia.

Num outro sentido, o avanço das forças produtivas, submetido à lei geral da acumulação capitalista, concentra e centraliza a propriedade do capital ao expropriar os pequenos capitalistas e os proprietários diretos das condições de trabalho, mantendo o controle da riqueza socialmente produzida nas mãos de poucos. A necessidade da acumulação contínua de capital, sob pena de ser expropriado do seu capital por meio da concorrência, impõe apenas um único objetivo para o capitalista como personificação da relação-capital, acumular, acumular e acumular. Todos os esforços não só da classe capitalista, mas também da classe trabalhadora são direcionados para esse objetivo. É indispensável elevar a composição orgânica do seu capital, para ao se produzirem mercadorias com um menor preço de custo do que a média, se apropriar de maior fração de mais-valia do que se produziu. Por isso a busca incessante pelos aperfeiçoamentos técnicos e avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que

as máquinas e equipamentos tecnologicamente atrasados, capital existente, são desvalorizados e muitas vezes desutilizados ou destruídos. O limite do funcionamento regular de todo esse processo de produção é dado pelo grau de valorização do capital, pela taxa de acumulação de capital, que em última instância é determinada pela taxa média de lucro, entendida como a relação da massa de lucro com o montante do capital total adiantado. Se a taxa média de lucro cai e, periodicamente ela apresenta oscilações, a taxa de acumulação cai e se inicia toda uma seqüência de paralisações que vai se espraiando entre os diferentes ramos, caracterizando-se como uma crise geral, uma crise causada pela queda da taxa de valorização do capital, não pela falta de necessidade de se consumir os produtos que foram produzidos. Do mesmo jeito, que o avanço da capacidade de produção do trabalho social é limitado pelo objetivo da valorização, a capacidade de consumo da classe trabalhadora também está confinada num estreito limite, do estritamente necessário para a sua reprodução como classe, para que não perturbe o processo de acumulação de capital. É do desenvolvimento desse mesmo processo que se produz uma fração crescente de trabalhadores desocupados, considerados redundantes pelo processo de produção, superpopulação relativa na forma de um exército industrial de reserva a disposição das leis de reprodução do capital. Por conseguinte, a contradição está posta pela produção de uma magnitude de riqueza sem paralelo na história da humanidade, produzida de forma social e apropriada de forma privada por poucos. Produção de um excesso de capital para os parâmetros da valorização, expressa na queda da taxa geral de lucro, que busca aplicação em qualquer lugar do mundo e, no pólo oposto, uma superpopulação relativa crescente que só interessa ao capital como forma de pressão para aumentar o grau de exploração sobre a fração dos trabalhadores ocupados. Produção de riqueza em excesso para atender as necessidades de valorização do capital por um lado e produzir um contingente crescente de superpopulação relativa que pouco consegue atender suas necessidades básicas, essa é a contradição que se coloca como barreira ao desenvolvimento ilimitado do modo de produção capitalista. Aí evidencia-se seu caráter histórico transitório.

A contradição, expressa de forma bem genérica, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista; enquanto, por outro lado, ela tem por meta a manutenção do valor-capital existente e sua valorização no grau mais elevado (ou seja, crescimento sempre acelerado desse valor). Seu caráter específico está orientado para o valor-capital existente, como meio para a máxima valorização possível desse valor. Os métodos pelos quais ela alcança isso implicam: diminuição da taxa de lucro, desvalorização do capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças

produtivas já produzidas. A desvalorização periódica do capital existente, que é um meio imanente ao modo de produção capitalista para conter a queda da taxa de lucro e acelerar a acumulação de valor-capital pela formação de novo capital, perturba as condições dadas, em que se efetua o processo de circulação e de reprodução do capital, e, por isso, é acompanhada por paralisações súbitas e crises do processo de produção. A diminuição relativa do capital variável em relação ao constante, que transcorre lado a lado com o desenvolvimento das forças produtivas, constitui um aguilhão para o crescimento da população trabalhadora, enquanto cria continuamente uma superpopulação artificial. A acumulação de capital, considerada quanto ao valor, é retardada pela taxa de lucro em queda, para acelerar ainda mais a acumulação de valor de uso, enquanto esta, por sua vez, põe a acumulação quanto ao valor em movimento acelerado. A produção capitalista procura constantemente superar essas barreiras que lhe são imanes, mas só as supera por meios que lhe antepõem novamente essas barreiras e em escala mais poderosa. A verdadeira barreira da produção capitalista é o próprio capital, isto é: que o capital e a sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como motivo e finalidade da produção; que a produção seja apenas produção para o capital e não inversamente, que os meios de produção sejam meros meios para uma estruturação cada vez mais ampla do processo vital para a sociedade dos produtores. As barreiras entre as quais unicamente podem mover-se a manutenção e a valorização do valor-capital, que repousam sobre a expropriação e pauperização de grande massa dos produtores, essas barreiras entram portanto constantemente em contradição com os métodos de produção que o capital precisa empregar para seu objetivo e que se dirigem a um aumento ilimitado da produção, à produção como uma finalidade em si mesma, a um desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho. O meio — desenvolvimento incondicional das forças produtivas sociais do trabalho — entra em contínuo conflito com o objetivo limitado, a valorização constante do capital existente. Se, por conseguinte, o modo de produção capitalista é um meio histórico para desenvolver a força produtiva material e para criar o mercado mundial que lhe corresponde, ele é simultaneamente a contradição constante entre sua tarefa histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem. (MARX, O Capital. 1988, vol. 3 p. 179-180).

4.2 AS FORMAS EM QUE APARECEM AS CRISES DO PROCESSO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

O desenvolvimento do modo de produção capitalista é o resultado da atuação de forças contraditórias, forças de caráter antagônico que atuam umas contra as outras. A forma concreta do capital é a expressão da síntese dessas forças em conflito. O aumento da riqueza socialmente produzida, reprodução do produto social global em escala ampliada ao mesmo tempo em que resulta no aumento da população também cria uma superpopulação relativa que permanece desocupada. A queda da taxa de lucro que é resultado do crescimento do montante do capital social global que se converte em maior proporção de meios de produção do que em força de trabalho, também coincide com desvalorização do capital existente através da

paralisação de uma parte do processo de produção, falência de empresas e da desutilização de máquinas e equipamentos considerados tecnologicamente obsoletos. Essa desvalorização de capital existente funciona não só como contenção da tendência de queda da taxa de lucro, mas como estimuladora de nova acumulação acelerada de capital. Em conjunto com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho social cresce a composição orgânica média do capital, reduzindo relativamente o trabalho vivo (capital variável) proporcionalmente ao trabalho objetivado (capital constante). Periodicamente a contradição entre essas forças antagônicas se traduz em crise; crise como expressão da explosão dessas contradições tendencialmente insuperáveis.

A crise, como momento de ajustamento entre as forças contraditórias que atuam com o processo de produção capitalista, aparece primeiro como uma crise de compra e venda, pela dissociação entre o processo de produção e o processo de circulação das mercadorias produzidas. Aparece como uma crise de superprodução de mercadorias em determinado ramo, massa de mercadorias que não consegue realizar-se, como crise de excesso de produção e que depois se espalha para os outros ramos. Como forma em que se materializa a massa crescente de meios de produção e de força de trabalho posta em movimento com o avanço da força produtiva do trabalho social, a massa de mercadorias paralisadas na esfera da circulação que não conseguem ter seu valor realizado, é a expressão da superacumulação de capital, superacumulação relativa para poder funcionar como capital com uma taxa de lucro mínima requerida pelo processo de valorização. A crise não é causada pela insuficiência de demanda da classe trabalhadora por essas mercadorias, que segundo a lei que rege o processo de valorização do capital foram produzidas em excesso. Mas, é causada pela falta de demanda do capital, demanda para o consumo produtivo, para ampliar ainda mais a escala de produção e a capacidade do trabalho social em produzir mais mercadorias; paralisação do funcionamento regular do processo de produção capitalista em virtude da queda da taxa de valorização do capital, queda da taxa de lucro, que determina a queda da taxa de acumulação e queda de demanda principalmente dos elementos do capital fixo e posteriormente o espraiamento para os outros ramos, seguida da paralisação parcial dos negócios e do aumento do desemprego.

A obtenção dessa mais-valia constitui o processo direto de produção que, como foi dito, tem apenas as barreiras indicadas acima. Assim, que o quantum de mais-trabalho extraível, está objetivado em mercadorias, a mais-valia está produzida. Mas com essa produção de mais-valia está concluído apenas o primeiro ato do processo de produção capitalista, o processo direto de produção. O capital absorveu tanto e

tanto de trabalho não pago. Com o desenvolvimento do processo, que se expressa na queda da taxa de lucro, a massa de mais-valia assim produzida se infla enormemente. Agora vem o segundo ato do processo. O conjunto da massa de mercadorias, o produto global, tanto a parte que substitui o capital constante e o variável, quanto a que representa a mais-valia, precisa ser vendido. Se isso não acontecesse ou só acontece em parte ou só a preços que estão abaixo dos preços de produção, então o trabalhador é certamente explorado, mas sua exploração não se realiza enquanto tal para o capitalista, podendo estar ligada a uma realização nula ou parcial da mais-valia extorquida, e mesmo a uma perda parcial ou total de seu capital. As condições de exploração direta e as de sua realização não são idênticas. Divergem não só no tempo e no espaço, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade, outras pela proporcionalidade dos diferentes ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Esta última não é, porém, determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo; mas pela capacidade de consumo com base nas relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só modificável dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, está limitada pelo impulso à acumulação, pelo impulso à ampliação do capital e à produção de mais-valia em escala mais ampla. Isso é lei para a produção capitalista, dada pelas contínuas revoluções nos métodos de produção, pela desvalorização sempre vinculadas a elas do capital disponível, pela luta concorrencial geral e pela necessidade de melhorar a produção e de ampliar a sua escala, meramente como meio de manutenção e sob pena de ruína. Por isso, o mercado precisa ser constantemente ampliado de forma que suas conexões e as condições que as regulam assumam sempre mais a figura de uma lei natural independente dos produtores, tornando-se sempre mais incontroláveis. A contradição interna procura compensar-se pela expansão do campo externo de produção. Quanto mais, porém, se desenvolve a força produtiva, tanto mais ela entra em conflito com a estreita base sobre a qual repousam as relações de consumo. Sobre essa base contraditória não há, de modo algum, nenhuma contradição no fato que o excesso de capital esteja ligado com crescente excesso de população; pois mesmo que se juntassem ambos, a massa de mais-valia produzida iria aumentar, aumentado com isso a contradição entre as condições em que essa mais-valia é produzida e as condições em que é realizada. (MARX, op. cit., p. 176.)

Nesse momento coincidem, por um lado, superacumulação de capital que em parte permanece desocupado e que em outra parte precisa ser desvalorizado ou até mesmo destruído em virtude de ter se tornado desnecessário para o processo de valorização do capital, tendo se tornado um entrave para o prosseguimento do processo de acumulação de capital. Por outro lado, superpopulação relativa, aumento do exército industrial de reserva que permanece desocupado em virtude da paralisação do processo de acumulação. Mesmo após o término da fase de crise do ciclo, após a recuperação do ritmo dos negócios e da fluidez com que funciona o processo de produção e de circulação, uma parte dos trabalhadores desempregados com a crise permanecerá a compor o exército de reserva, sem recuperar a sua posição anterior. As chamadas crises de superprodução ou de subconsumo são como aparecem a crise de

superacumulação de capital enquanto capital para os parâmetros da valorização. Na realidade, se produziram em excesso meios de produção – elementos do capital constante e meios de subsistência em que são convertidos os salários dos trabalhadores – para a necessidade do processo de acumulação. Não existe uma superprodução de mercadorias para o consumo ou mesmo um subconsumo pela classe trabalhadora do que foi produzido, porque o objetivo principal do modo de produção capitalista não é atender as necessidades de consumo da classe trabalhadora, mas sim atender as suas necessidades de consumo produtivo para a produção de mais-valia que é o seu objetivo. Inclusive, para que o processo de acumulação capitalista funcione regularmente, é preciso que o consumo dos trabalhadores se mantenha restrito ao limite necessário para a sua reprodução enquanto classe. O subconsumo da classe trabalhadora do montante de riqueza socialmente produzida não é a causa da erupção das crises, mas é a lei do funcionamento regular do modo de produção capitalista. Nas crises, essas condições estritas de consumo são ainda pioradas com a paralisação dos negócios, o aumento do grau de exploração e o aumento do desemprego.

Em suma, todas as objeções contra as manifestações palpáveis da superprodução (manifestações que não se preocupam com essas objeções) se resumem na idéia de que as barreiras à produção capitalista não são barreiras à produção em geral, e portanto também não são barreiras a esse modo específico de produção, o modo capitalista. A contradição desse modo de produção capitalista consiste, porém, exatamente em sua tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, que entra constantemente em conflito com as condições específicas de produção, em que o capital se move e em que unicamente se pode mover.

Não se produzem meios de produção demais para ocupar a parte da população capaz de trabalhar. Pelo contrário. Primeiro, produz-se uma parte demasiado grande da população, que efetivamente não é capaz de trabalhar, que por suas circunstâncias depende da exploração do trabalho de outros ou de trabalhos que só dentro de um modo de produção miserável podem valer como tais. Segundo, não são produzidos meios de produção suficientes para que toda população capaz de trabalhar trabalhe sob circunstâncias mais produtivas, que, portanto, seu tempo absoluto de trabalho seja encurtado pela massa e eficácia do capital constante empregado durante o tempo de trabalho.

Mas periodicamente são produzidos meios de trabalho e meios de subsistência em demasia para fazê-los funcionar como meios de exploração dos trabalhadores a certa taxa de lucro. São produzidas mercadorias em demasia para poder realizar o valor delas contido e a mais-valia encerrada nele, sob condições de distribuição e de consumo dadas pela produção capitalista, e poder retransformá-la em novo capital, isto é, levar a cabo esse processo sem explosões sempre recorrentes.

Não se produz demasiada riqueza. Mas periodicamente se produz demasiada riqueza em suas formas capitalistas, antitéticas. (MARX, op. cit., p. 184-185.)

As crises também podem aparecer como crises de desproporção entre o setor produtor de meios de produção e setor produtor de bens de consumo. Essa forma em que aparecem as crises suscitou o debate entre os autores marxistas do final do Século XIX e início do Século XX, com base nos esquemas de reprodução elaborados por Marx no Livro Segundo. Nesses esquemas, Marx supõe que se a composição orgânica do capital e a taxa de acumulação se mantiverem constantes ao longo de uma seqüência de períodos de produção, a proporcionalidade entre os 2 setores se manteria sem o surgimento de crises. É evidente, que só com base nos supostos colocados por Marx nesse seu modelo extremamente abstrato e geral do funcionamento do processo de produção capitalista, é que a proporção do crescimento entre os setores seria sincronizada. No entanto para autores como Kautsky, Hilferding, Otto Bauer, Tugán-Baranovski, Bulganov, Bukharin esses esquemas, se desenvolvidos do ponto de vista teórico, seriam um indicativo de que o controle e o planejamento do funcionamento da economia pelo Estado em conjunto com o papel racionalizador da produção desempenhado pelo capital monopolista, evitaria o surgimento de crises de caráter econômico. A partir dessa tese surge toda a formulação da posição política do partido social democrata alemão sobre a chegada ao controle do Estado pela via eleitoral. Para a teoria de Marx sobre o funcionamento do modo de produção capitalista na sua forma mais concreta, no seu funcionamento mais próximo da realidade, a regra é a desproporção entre os setores. As crises aparecem como crises de excesso de produção de meios de produção porque a dinâmica do funcionamento do processo de acumulação é determinado pelo setor produtor de meios de produção. É incomparável a magnitude de capital acumulado por todos os ramos relacionados com a produção de meios de produção. Toda infra-estrutura disponível para produção, toda indústria e boa parte da agricultura são direcionados para a produção de matérias primas e matérias auxiliares, e principalmente, a chamada indústria de bens de capital que apresenta investimentos crescentes em tecnologia. Não é por acaso, que para Keynes, os gastos em investimento são fundamentais para se alcançar a condição de equilíbrio de pleno emprego. No mesmo sentido que os gastos em consumo são também em grande medida derivados dos gastos agregados em investimento. Portanto, a superprodução relativa, a superacumulação de capital começa sempre no setor produtor de meios de produção e se espalha para o setor de bens de consumo. A desproporção entre setores por ter se produzido em excesso fica evidente nas crises, que funcionam como um momento de ajuste, de saneamento de toda a produção em demasia, de todos os negócios especulativos e fraudulentos realizados.

A destruição principal — e com caráter mais agudo — ocorreria em relação ao capital, à medida que ele possui atributo de valor, em relação aos valores-capital. A parte do valor-capital que só se encontra em forma de direitos sobre futuras participações na mais-valia, no lucro — de fato meros títulos de dívida sobre a produção em diversas modalidades — se desvaloriza imediatamente com a queda das receitas sobre as quais está calculada. Parte do ouro e da prata permanece em alqueive, não funciona como capital. Parte das mercadorias que se encontram no mercado só pode efetuar seu processo de circulação e de reprodução mediante enorme contração de seus preços, portanto mediante desvalorização do capital que ela representa. Do mesmo modo os elementos do capital fixo são mais ou menos desvalorizados. A isso se acrescenta que determinadas relações pressupostas de preço condicionam o processo de reprodução e este, devido à queda geral dos preços, entra portanto em estagnação e confusão. Essa perturbação e estagnação paralisam a função do dinheiro como meio de pagamento, dada simultaneamente com o desenvolvimento do capital e baseada naquelas relações pressupostas de preços: interrompem em cem lugares a cadeia das obrigações de pagamento em prazos determinados; são ainda intensificados pelo colapso conseqüente do sistema de crédito, desenvolvido simultaneamente com a capital, e levam assim a crises violentas e agudas, súbitas desvalorizações forçadas e à estagnação e perturbação reais do processo de reprodução, e com isso a uma diminuição real da produção. (MARX, op. cit., p. 182-183.)

A crise de crédito é a forma mais desenvolvida e genuinamente capitalista das crises; em razão do sistema de crédito ser uma das alavancas mais poderosas da expansão da produção para além dos limites impostos pelas forças produtivas e pelas relações sociais de produção e simultaneamente ser a expressão da potencialização dessa contradição. É só a partir do desenvolvimento do sistema de crédito que se constitui o mercado mundial, onde somente *“nas crises do mercado mundial as contradições e antagonismos da produção burguesa se revelam contundentes.”* Ou ainda, *“todas as contradições da produção burguesa se patenteiam coletivamente nas crises gerais do mercado mundial, e de maneira dispersa, isolada, parcial nas crises restritas (restritas no conteúdo e na extensão)”* (MARX, Teorias da Mais-Valia. 1980, vol. 3, p. 937 e 968.) A expansão do processo produtivo em larga escala e em caráter global, provocada pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista e das suas forças produtivas, amplia o tamanho dos mercados que já são atendidos e cria novos ao estender a comercialização dos seus produtos por diversos países. Por conseqüência, o crédito também tem que estender-se por prazos maiores, em decorrência do maior tempo de refluxo do capital investido nessas mercadorias destinadas ao mercado mundial. Ao mesmo tempo em que ampliam-se a escala de produção, os mercados consumidores e o tempo de refluxo do capital, abre-se um campo propício para a fraude e a especulação em cima da comercialização de mercadorias e outras transações para mercados cada vez mais distantes, sujeitos a maior instabilidade e à grandes variações nos preços. O sistema de crédito assume um duplo papel

na expansão do processo de reprodução. Da mesma forma que ele cresce em função do aumento de valor da produção, ele também estimula o crescimento das atividades da indústria e do comércio, ampliando a escala de suas operações sempre além dos limites de consumo.

O processo industrial demanda, em grau cada vez mais elevado, a utilização do crédito como instrumento para facilitar a venda das mercadorias por prazos maiores e para o mercado mundial. O fluxo desse tipo de crédito anda de braços dados com o fluxo do processo de reprodução, acompanhando o seu movimento de expansão ou de contração. Os períodos de prosperidade e crescimento dos negócios, com a indústria e o comércio aumentando suas operações, são períodos de grande volume de crédito, em decorrência do grande volume de capital-mercadoria disponível para ser realizado. Ao contrário, os períodos subsequentes às crises, são períodos de baixa ativação da produção industrial e do comércio, onde o volume de crédito é mínimo em função da maior parte das compras e vendas ser efetuada com dinheiro. O montante de capital-mercadoria disponível em estoque para ser realizado chega ao seu nível mais baixo.

É exatamente no momento mais agudo da crise, quando os estoques de capital-mercadoria se amontoam em poder dos industriais e comerciantes, tornando-se muitas vezes invendáveis, e que o crédito escasseia com o rompimento da cadeia de pagamentos das letras vencidas, é que mais se precisa de crédito, principalmente, crédito monetário fornecido pelos bancos, ou seja, dinheiro para ser utilizado como meio de pagamento dos títulos de crédito que representam negócios realizados. Com a paralisação dos reflexos de capital em virtude da crise, acumulam-se volumes crescentes de capital-mercadoria que se encontravam em várias fases do processo de reprodução em propriedade de industriais e comerciantes. Os capitalistas, nesse momento, possuem capital em excesso, mas capital em excesso numa forma que não pode ser transformado em dinheiro, não pode ter seu valor realizado por estar preso na forma de capital-mercadoria; apresenta-se como capital latente, ao estar prenhe de mais-valia pronta para ser realizada.

O auge da crise é o período de vigência das taxas de juros mais elevadas do ciclo industrial. Nesse período, combinam-se grande quantidade de capital produtivo paralisado, desocupado, resultado da interrupção dos negócios e da redução do crédito comercial entre os capitalistas, com a escassez de capital monetário de empréstimo, capital na forma de dinheiro para servir como meio de pagamento. Na crise, nem mesmo todo o crédito e o dinheiro

disponíveis poderiam salvar os capitalistas, ao legitimar seus negócios realizados com base na expectativa de crescimento sem limites da produção e do consumo. A crise de crédito e de dinheiro em espécie para funcionar como meio de pagamento, é apenas como aparece a crise de superprodução de mercadorias, provocada pela expansão do processo produtivo capitalista muito além da sua própria capacidade de consumir as mercadorias que produz e de realizar o capital que valorizou na esfera produtiva. As crises de superprodução são inerentes à própria forma de acumulação do modo de produção capitalista, onde os limites da expansão do consumo da classe dos trabalhadores e do consumo produtivo dos capitalistas são determinados pela taxa de lucro. É evidente, que a crise explode quando a superprodução, a especulação e a elevação dos preços tomam conta dos negócios.

Que no período de crise faltem meios de pagamento é evidente por si mesmo. (...) Num sistema de produção em que toda a conexão do processo de reprodução repousa sobre o crédito, quando então o crédito subitamente cessa e passa apenas a valer pagamento em espécie, tem de sobrevir evidentemente uma crise, uma corrida violenta aos meios de pagamento. À primeira vista, a crise toda se apresenta portanto apenas como crise de crédito e crise monetária. E de fato trata-se apenas de conversibilidade das letras em dinheiro. Mas essas letras representam em sua maioria compras e vendas reais, cuja a extensão, que ultrapassa de longe as necessidades sociais, está, em última instância, na base de toda a crise. Ao lado disso, entretanto, uma enorme quantidade dessas letras representa negócios meramente fraudulentos que agora vêm à luz do dia e estouram; além de especulações feitas com capital alheio, mas fracassadas; e, finalmente, capitais-mercadorias desvalorizados ou até invendáveis ou refluxos que jamais podem entrar. Todo esse sistema artificial de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser curado pelo fato de um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra, dar a todos os caloteiros, em seu papel, o capital que lhes falta e comprar todas as mercadorias desvalorizadas a seus antigos valores nominais. De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo de papel o preço real e seus momentos reais nunca aparecem, mas apenas barras, dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito. (MARX, O Capital. 1988, Livro III, vol. 5, p. 21.)

O próprio desenrolar da crise assume a forma de ciclo que se inicia com a queda da taxa geral de lucro e por conseqüência da taxa de acumulação, reduzindo a demanda de meios de produção, especialmente os elementos do capital fixo. A redução do nível de produção no setor produtor de meios de produção se refletirá na queda do nível de emprego e da massa salarial desse setor. A queda do emprego e do nível salarial no setor produtor de meios de produção gera o subconsumo que propaga a crise para o setor de bens de consumo, que acabará diminuindo seu consumo de meios de produção, intensificando ainda mais a crise. Esse ciclo só se rompe quando ao final de determinado tempo a crise tiver recomposto as condições de valorização ao inutilizar parcela do capital existente, concentrar e centralizar em

grau ainda mais elevado a propriedade de capital e aumentar o exército industrial de reserva sob a forma de uma superpopulação relativa. Em síntese, os períodos de crise são momentos de ajuste no processo de reprodução do capital social global ao desvalorizar e até mesmo inutilizar parcelas do capital existente como forma de restabelecer a taxa geral de lucro, no mesmo sentido que aumentam a centralização de capital expropriando os pequenos e médios capitalistas e criando uma superpopulação relativa ao reduzir ainda mais a parcela do capital variável em relação ao capital constante. A crise é a expressão máxima da atuação das contratendências à queda da taxa de lucro; a crise apresenta um caráter qualitativo duplo ao explicitar as contradições do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ao aparecer como sintoma do seu caráter degenerativo, ao mesmo tempo em que funciona como contratendência ao restabelecer as condições de valorização do capital. No entanto, a cada crise que é superada, o modo de produção capitalista desenvolve sua força produtiva até surgir no novo patamar uma crise. A cada nova crise o grau das contradições torna-se mais intenso e explícito para a sociedade, tornando a superação dessas barreiras tendencialmente intransponível.

Viu-se que a acumulação crescente implica concentração crescente do mesmo. Assim, cresce o poder do capital, a autonomização, personificada no capitalista, das condições sociais da produção em face dos produtores reais. O capital se revela cada vez mais como poder social da produção em face dos produtores reais. O capital se revela cada vez mais como poder social, cujo funcionário é o capitalista, e já não está em nenhuma relação possível com o que o trabalho de um indivíduo isolado pode criar — mas com poder social alienado, autonomizado, que como coisa, e como poder do capitalista mediante essa coisa, confronta a sociedade. A contradição entre poder social geral, que o capital está se tornando, e o poder dos capitalistas individuais sobre essas condições torna-se cada vez mais gritante e implica a dissolução dessa relação, ao implicar ao mesmo tempo a reelaboração das condições de produção para torna-las condições de produção gerais, coletivas, sociais. Essa reelaboração é dada pelo desenvolvimento das forças produtivas sob a produção capitalista e pela maneira como esse desenvolvimento se efetua. (MARX, O Capital. 1988, Livro III, vol. 4, p. 189.)

4.3 COMO MARX E ENGELS ANALISARAM AS CRISES DO SEU TEMPO

Embora na obra de Marx e Engels não exista uma exposição específica sobre as crises, na forma de uma teoria sobre as crises que esteja circunscrita a uma seção de livro ou mesmo num livro inteiro, o fenômeno das crises permeia o conjunto da análise do modo de produção capitalista empreendida pelos dois pensadores. Em inúmeras partes ao longo da sua obra, nos chamados escritos econômicos, políticos e mesmo nos de caráter jornalístico, o tema das

crises surge nos seus textos da mesma forma em que aparecem as crises no modo de produção capitalista. Apesar de estar implícita no todo da sua teoria sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista, de já estar presente nas formas mais simples do capital como na mercadoria e no dinheiro, a exposição das crises nos diversos trechos, de por exemplo O Capital, demonstram justamente o seu caráter como momentos que evidenciam as contradições inerentes à sociedade burguesa. O recurso de lançar mão de rápidas reflexões sobre as crises, sejam elas de caráter estritamente teórico ou histórico sobre as crises do seu tempo, em trabalhos como o próprio O Capital, O 18 Brumário de Luís Bonaparte, As Lutas de Classes na França, A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra e nos diversos artigos para revistas e matérias jornalísticas realizadas por Marx e Engels, nos oferecem uma boa indicação da sua análise das determinações e do comportamento das crises. Em O Capital as passagens sobre as crises estão geralmente contidas nos capítulos ou nas seções do livro que aproximam a análise do capital do seu funcionamento de forma concreta, real. No Livro Primeiro, no capítulo A Maquinaria e a Grande Indústria e no quinto item do capítulo 23 sobre A Lei Geral da Acumulação Capitalista, por trazerem a análise do capital em sua forma geral para o seu funcionamento concreto, surgem várias passagens sobre as crises ocorridas na Inglaterra (que era o palco da análise de Marx por ser o centro da indústria mundial) no tempo de Marx. No Livro terceiro, por se tratar conforme o método de exposição de O Capital de uma maior aproximação da análise do capital da sua forma concreta ao incorporar a divisão da mais-valia entre diferentes tipos de capitalistas, a concorrência e o crédito, surge um maior número de passagens sobre o caráter inerente das crises do capitalismo, principalmente nas seções que tratam A Lei da Queda da Taxa de Lucro e O Capital Portador de Juros. Engels também nos apresenta uma série de análises sobre as crises nos vários artigos, cartas e nos prefácios que escreveu para as reedições das suas e das obras de Marx.

Essa seção do capítulo se fundamenta principalmente nos artigos e nas matérias jornalísticas escritos por Marx e Engels, tendo como foco as crises do seu tempo, nos anos de 1850 a 1881. No entanto, a maior parte dos artigos utilizados compreende o período de 1851 a 1862 em que Marx trabalhou como correspondente europeu do jornal anglo-americano New York Daily Tribune, a que Marx se refere no prefácio de Para a Crítica da Economia Política. Embora segundo a afirmação de Engels, Marx somente tenha concluído a sua crítica da economia política no fim dos anos 1850, quando ele publica Para a Crítica da Economia Política, os artigos publicados ao longo da década de 1850 foram utilizados sem nenhum prejuízo para a análise das crises até esse período. Inclusive porque é a partir das décadas de

40 e 50 do século XIX, que as crises mudam de qualidade e, as análises posteriores de Marx incorporam essa transformação¹. Também são utilizados os artigos de conjuntura econômica e política publicados na Nova Gazeta Renana em 1850, bem como outros artigos publicados por Marx em outros jornais e revistas no mesmo período em que trabalhou para o New York Tribune e ainda uma série de artigos publicados por Engels em 1881 no jornal The Labour Standard. Além dos artigos, são utilizadas as principais obras dos dois autores como suporte e complemento à análise.

As análises de Marx e Engels relacionadas às crises periódicas do modo de produção capitalista que ocorreram ao longo do seu tempo de vida se distinguem em 3 fases. Essa mudança na qualidade da análise dos determinantes e do comportamento das crises, por parte dos dois autores, é fruto da própria transformação ocorrida no capitalismo ao longo de todo o século XIX. O avanço do pensamento de Marx e Engels deve ser entendido à luz de sua própria teoria, ao desenvolver-se com base nas condições materiais dadas. Na primeira fase, a partir da análise do comportamento das crises entre 1825 e 1842, a periodicidade das crises é estimada em 5 anos. Nesse período, entre as grandes crises que ocorriam em torno de a cada 10 anos, também ocorriam com frequência o que Engels chamou de “crises intermediárias” e de “caráter secundário”. A partir da grande crise mundial de 1846-47 o desenvolvimento do modo de produção capitalista alcança um novo patamar, muda a sua qualidade com a adoção da política de livre comércio por parte da Grã Bretanha, o avanço dos transportes e das comunicações e a descoberta de ouro na Califórnia e na Austrália. Os vinte anos seguintes são marcados por grande prosperidade e avanço até então sem precedentes das forças produtivas com ampliação e consolidação do comércio internacional. Ao mesmo tempo, as grandes crises mundiais de 1857-58 e de 1866-67 demonstram a mudança do caráter das crises e da sua periodicidade para 10 anos. A terceira fase que se inicia, segundo Engels, em 1868 e que se mantém até a primeira metade da década de 1890 (Marx morre em 1883 e Engels em 1895), é marcada não por grandes crises, mas por uma estagnação crônica em todos os ramos, ou seja, a grande prosperidade dos 20 anos anteriores (1848-1868) desemboca num período de crise e estagnação de mais de 20 anos. No prefácio da segunda edição de A Situação da Classe

¹ “En la década de cuarenta, Marx aún no había dado cima a su crítica de la economía política. Solo a fines de los años cincuenta llegó esta crítica a su término. Esto explica por qué sus obras publicadas con anterioridad a la Contribución a la crítica de la economía política (1859) difieren en algunos puntos de las posteriores a ella y contienen expresiones y frases enteras que, vistas a la luz de los trabajos posteriores, se revelan inexactas e incluso, a veces, manifiestamente falsas.” (ENGELS. Prefácio de Trabalho Assalariado e Capital. 1987, p. 01)

Trabalhadora na Inglaterra em 1892 (a primeira edição é de 1844), Engels escreve em dois trechos sobre a mudança de periodicidade das crises:

O livro avalia em cinco anos o ciclo das grandes crises industriais. Era uma conclusão que decorria do curso dos acontecimentos, entre 1825 e 1842. A história da indústria, de 1842 a 1868, veio, porém, demonstrar que na realidade a duração desses ciclos deve ser estimada em 10 anos, dado que as crises intermediárias são de caráter secundário e aparecem com menos frequência, a partir de 1842. De 1868 em diante, a situação volta novamente a modificar-se; mais falaremos sobre isso mais adiante.

(...) A crise de 1866 foi seguida, em 1873, de uma débil reanimação, ainda que passageira. É bem verdade que não se produziu a crise total que, como era de esperar, ter-se-ia revelado em 1877 ou 1878; a partir, porém, de 1876, todos os principais ramos da indústria caem numa estagnação crônica. Não sobrevém a crise total; mas também não se faz sentir o tão esperado período de florescimento a que acreditávamos ter direito antes ou depois dela. Uma imobilidade letárgica, uma saturação crônica em todos os mercados de todos os ramos industriais; tal é a situação em que vivemos, há cerca de dez anos. Qual a suas causas? (1999, p. 216 e p. 220)

As crises que ocorreram antes de 1825, como a crise comercial de 1817, não eram crises de caráter estritamente econômico, crises gerais do mercado mundial engendradas pelas contradições do avanço do próprio processo de produção capitalista, mas resultado de motivos políticos, de quebras nas colheitas ou ainda meramente de problemas na circulação monetária. A crise de 1825 é considerada por Marx e Engels como a primeira grande crise do modo de produção capitalista; crise como resultado da superprodução de mercadorias para além da estreita capacidade de consumo da classe trabalhadora e da necessidade de valorização do capital. Pela primeira vez na história do modo de produção capitalista, se explicita com a superprodução de mercadorias pela Inglaterra, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais de produção e distribuição capitalistas. Segundo Marx, até 1825 a invenção e o emprego das máquinas na produção era resultado do maior crescimento das necessidades de consumo em relação à capacidade de produção. Exatamente quando surge a primeira grande crise de superprodução, em que o mercado mundial está abarrotado de produtos da Inglaterra e que a própria Inglaterra está abarrotada de produtos do resto do mundo, se evidencia a contradição entre o avanço da capacidade de produção e a necessidade de valorização do capital. Depois de 1825, a invenção e o emprego de máquinas na Inglaterra não é mais resultado das crescentes necessidades de consumo, mas como meio para aumentar a exploração do trabalho e a produção de mais-valia.

Pode-se afirmar que, até 1825 – data da primeira crise mundial – as necessidades de consumo cresciam, de modo geral, mais rapidamente que a produção, e o desenvolvimento das máquinas foi, assim, uma consequência forçada das necessidades do mercado. A partir de 1825, a invenção e a aplicação de novas máquinas nada mais são que o resultado de uma guerra entre operários e patrões. Isso, porém, só é válido no tocante à Inglaterra. Quanto às nações da Europa continental, viram-se obrigadas a passar ao emprego das máquinas, em face da concorrência que os ingleses lhe faziam, tanto em seus próprios mercados como no mercado mundial. Finalmente, no que tange à América do Norte, a introdução da maquinaria deve-se, tanto à concorrência com outros países, como à escassez de mão de obra, isto é, à desproporção entre a população do país e suas necessidades sociais. (Carta de Marx para P. V. Annenkov. 1999, p.447)

Os anos de 1825 a 1847, são marcados por 3 períodos de prosperidade nos negócios e por 3 períodos de crise e estagnação. Os períodos de prosperidade (1827-29, 1834-37, 1843-46), duraram em torno de 3 anos, enquanto os períodos de crise e estagnação (1825-26, 1830-33, 1838-42), duraram de 2 anos como a crise de 1825-26 a 5 anos como a estagnação de 1838-42². A crise de 1830-33 pode ser classificada como o tipo de crise “intermediária e de caráter secundário”, como resultado da saturação periódica dos mercados. No entanto, a crise de 1837 foi mais violenta que a anterior, se assemelhando mais a crise geral de 1825. Essa crise marca uma mudança no roteiro anterior das crises, que iniciavam sempre na Grã Bretanha e se

estendiam ao continente europeu, aos EUA, às colônias e ao resto do mundo. O estopim da crise de 1837 foi o pânico monetário como resultado da especulação e da saturação do mercado estadunidense, causado pelo auge da superprodução e superespeculação de 1836 na Grã Bretanha. Os reflexos da superprodução, da especulação e da saturação do mercado mundial da fase de prosperidade de 1834-37 se estenderam por um período de 5 anos de crise e estagnação. Segundo Engels, “*desde o outono de 1837 nos hemos acostumbrado a ver cómo se importam de Nueva York a Inglaterra los pánicos monetarios y las crisis industriales.*” (1987. p.527). E também de acordo com Marx:

La necesaria repercusión de la crisis norteamericana sobre el comercio inglés y los mercados irremediabilmente abarrotados de Australia no requieren mayor explicación. En 1837, la crisis norteamericana piso los talones a la crisis inglesa de 1836, mientras que ésta seguía las huellas de la norteamericana; sin embargo, em ambos casos puede reducirse la crisis a la misma causa: a los incurables efectos del sistema industrial inglés, que conduce a la superproducción em la Grã Bretaña y a la superespeculación en todos los países. Los mercados de Australia y de los Estados Unidos, ambos

² Segundo a análise de Marx sobre a periodicidade das crises em 1852: “Como es sabido, la industria y el comercio de nuestro tiempo recorren fases periódicas de cinco a siete años de duración, en las que pasan por um ciclo regular de varios periodos: un periodo de calma seguido de otro de animación, creciente confianza, vivacidad de los negocios, prosperidad, paroxismo, superexpansión, hundimiento, restricciones, estancamiento, penuria y, por último, nuevamente calma. (1987. p. 116)

dependientes sobre poco más o menos en la misma medida de Inglaterra, no representan precisamente excepciones, sino que son la más alta expresión del estado general del mercado mundial. (1987. p. 639)

Marx e Engels desenvolvem vários aspectos da crise de 1847, que representa uma transição na mudança do caráter e da periodicidade das crises. O período de 1843-46 foi uma fase de prosperidade geral dos negócios em contraste com os anos anteriores de crise e estagnação. Nesse período, tem lugar uma grande expansão na construção de ferrovias e a abertura de novos mercados, principalmente o mercado da China após a Guerra do Ópio, aos produtos da Grã Bretanha. Conjuntamente à necessidade da construção de estradas de ferro para escoar a produção da Inglaterra para o continente europeu, EUA, Austrália, e o Oriente, que eram os seus principais parceiros comerciais e, das matérias primas e meios de subsistência desses mercados para a Inglaterra, se formou uma febre de especulação com as ações das empresas ferroviárias. Lançaram-se projetos de estradas de ferro na Grã Bretanha, no continente e nos EUA, que nunca sequer tiveram a sua construção iniciada, tendo apenas como objetivo a especulação na bolsa. O avanço da navegação a vapor também contribuiu para a redução do tempo de transporte para as diferentes regiões do globo, aumentando a fluidez do comércio internacional ao aproximar continentes distantes como, por exemplo, a Europa e Ásia³. A Grã Bretanha era não só o grande centro da indústria como também o grande centro do comércio mundial. Se constituindo na grande intermediária do comércio entre as regiões, a maior parcela do comércio exterior do continente, dos EUA, da Austrália, do Oriente e das ex-colônias entre si passava pelas mãos das grandes empresas comerciais da Grã Bretanha. A causa última das crises sempre é a superprodução que começa na Inglaterra e se espalha pelo resto do mundo. No auge do ciclo a superprodução estimula a onda de especulação não apenas no mercado monetário, mas também com as matérias primas e os alimentos, encarecendo os seus preços e resultando num excesso de exportações e de importações. Uma crise na Inglaterra apresenta efeitos sucessivos entre os seus principais parceiros comerciais, com transferência de metais preciosos, liquidação de créditos para importação recebidos e demais ajustes no comércio exterior. O estopim da crise pode acontecer no mercado externo, como nos EUA ou no continente, mas em última instância a causa da crise é a saturação dos mercados externos e do próprio mercado da Grã Bretanha em razão da superprodução que toma conta da atividade econômica.

³ Podemos realmente decir que el mundo há comenzado a ser redondo a partir del momento em que se ha hecho sentir la necesidad de esta navegación a vapor transoceánica y universal. (MARX, ENGELS. Nova Gazeta Renana. 1987. p. 91)

Lo mismo que ocurre con el período de la crisis, también el de la prosperidad comienza más tarde en el continente que en Inglaterra. Aquí se opera siempre el proceso oroginario, pues Inglaterra es el demiurgo del cosmos burgués. En el continente, las diferentes fases del ciclo que recorre siempre, una y otra vez, la sociedad burguesa, se presentan bajo su forma secundaria o terciária. En primer lugar, el continente exporta a Inglaterra incomparablemente más que a cualquier otro país. Y estas exportaciones dependen, a su vez, de la situación que en Inglaterra se da, especialmente em relación com el mercado trasatlántico. En segundo lugar, tenemos que Inglaterra exporta a los países de ultramar incomparablemente más que todo el continente junto, por lo que el volumen de las exportaciones continentales a estos países dependen siempre de las exportaciones ultramarinas de Inglaterra em cada momento. Por tanto, si las crisis engendran, ante todo, revoluciones em el continente, el fundamento de ellas hay que buscarlo siempre em Inglaterra. (1987. p. 94)

A gênese da crise de 1847 começa com a peste da batata em 1845 e com a má colheita de cereais em 1846. Na época, a batata era a base da alimentação da população da Irlanda e da população trabalhadora da Inglaterra. A peste da batata que se abateu não só sobre o Reino Unido como também sobre o continente fez com que aumentassem os preços dos cereais, principalmente o do trigo. A necessidade da importação do trigo e, de outros produtos como o algodão, em virtude da quebra na colheita, estimulou a especulação com os preços dos produtos agrícolas dos EUA, Oriente e das ex-colônias. Essa onda de especulação só teve fim com a boa safra agrícola e com o pânico monetário que se instalou na Inglaterra em 1847. A reserva de metais preciosos do Banco da Inglaterra se exauriu com a necessidade de importação de alimentos e matérias primas a preços elevados e, com a remessa de capitais para o exterior em razão da construção de estradas de ferro. No momento que as reservas de metais preciosos do Banco da Inglaterra foram caindo, a lei bancária de 1844 o obrigava a reduzir proporcionalmente o volume de moeda em circulação. Foi apenas uma questão de tempo para que a quebra de grandes empresas comerciais que especulavam com os preços dos produtos agrícolas, a especulação com ações de empresas ferroviárias, a saturação dos mercados externos e a alta das taxas de juros em função da redução do volume de moeda em circulação resultassem numa crise geral que acabou estourando na Inglaterra em 1847.

Los años de 1843 a 1845 fueron años de prosperidad industrial y comercial, consecuencias necesarias de la depresión casi ininterrumpida de la industria durante el periodo de 1837 a 1842. Como ocurre siempre, la prosperidad fomentó muy rápidamente la especulación. La especulación aparece, por lo regular, em los periodos em que ha alcanzado ya su plenitud la sobreproducción. Siministra a ésta sus canales momentáneos de desagüe, acelerando precisamente com ello la irrupción de la crisis y aumentando su pujanza. La crisis estalla primeramente em el de la especulación y sólo más tarde se extiende a la producción. Em una mirada superficial parece pues, como se la causa de la crisis fuera, no

la superproducción, sino la superespeculación, que, a su vez, no es más que um síntoma de aquélla. Más tarde, al desajustarse la producción, parece como si este desajuste, que es um resultado necesario de la anterior exuberancia de la producción, fuese simplemente una consecuencia de la bancarrota de la especulación. (...) La especulación de los años de 1843 a 1845 se lanzó principalmente a los ferrocarriles, en que tenía como base una necesidad real; a los cereales, como consecuencia de la carestía de 1845 y la enfermedad de las patatas; al algodón, después de la mala cosecha de 1846, y al comercio de las Indias orientales y de China, pisando sobre las huellas de la apertura del comercio chino por Inglaterra. (MARX, ENGELS. 1987, P. 76-77)

A crise que estourou na Inglaterra em 1847, se espalhando com força para o continente, foi a mãe das revoluções européias de 1848. Para Marx e Engels, embora as convulsões e revoluções ocorram com maior facilidade na periferia, têm como causa o estado econômico da Inglaterra. O grau em que as revoluções repercutem no funcionamento da economia da Inglaterra demonstram o seu grau de ameaça à perpetuação da sociedade burguesa (1987. p.94). No caso das revoluções de 1848, o exame do comportamento da economia britânica demonstra que o seu efeito não abalou em nada a sociedade burguesa e as suas relações sociais de produção; muito pelo contrário. As revoluções continentais de 1848 foram fundamentais na recuperação da economia da Inglaterra na crise de 1847. A suspensão do comércio entre a Inglaterra e o continente tornou possível o escoamento da superprodução do período de prosperidade anterior sem concorrência. Ao mesmo tempo, a transferência de ouro e prata do continente para a Inglaterra como conseqüência do medo causado pelas revoluções, recompôs as reservas de metais preciosos do Banco da Inglaterra. Marx e Engels afirmam que a verdadeira revolução só é possível nos períodos em que entram em “*conflicto entre si estos dos factores: las modernas fuerzas productivas y las formas burguesas de producción. (...) una nueva revolución sólo pondrá surgir como consecuencia de una nueva crisis. Pero es tan segura como ésta.*” (1987. p. 95)

O período de 1848 a 1867, que compreende os vinte anos posteriores à crise de 1847 é marcado por um avanço extraordinário das forças produtivas e por grandes transformações no capitalismo. Embora Marx, esperasse uma nova crise para 1852⁴, fundamentado pela periodicidade das crises anteriores em 5 a 7 anos, a nova grande crise só viria a acontecer em 1857. Nesses anos o desenvolvimento do modo de produção capitalista atinge um novo

⁴ Si el nuevo ciclo de desarrollo industrial iniciado em 1848 siguiera el mismo curso que el de 1843 a 1847, la crisis estallaría en 1852. Señalaremos como sintoma de que no puede tardar mucho en presentarse la superespeculación, que, nacida de la superproducción, precede a toda crisis, el hecho de que el tipo de descuento del Banco de Inglaterra, desde hace dos años, no es superior al 3 por 100. (1987. p. 87)

estágio, com a adoção da política de livre comércio pela Grã Bretanha, o avanço dos transportes e das comunicações, a descoberta do ouro na Califórnia e na Austrália e a invenção e o crescimento do emprego de máquinas no continente e nos EUA. O caráter e a periodicidade das crises gerais do mercado mundial também mudam de qualidade. As crises passam a apresentar um caráter mais “cosmopolita”, embora o estado da economia da Grã Bretanha continue a ser o determinante da extensão e da intensidade das crises, o aparecimento de crises que começam principalmente no continente e nos EUA como resultado de superprodução e especulação torna-se cada vez mais comum. Diferentemente da fase anterior, a especulação assume um caráter geral em todos os ramos da economia, de forma interligada e completamente espalhada pelo continente europeu. O monopólio das grandes especulações financeiras a cargo da Inglaterra passa a ser compartilhado com o continente e os EUA. É nesse período que as sociedades por ações começam a assumir sua forma mais desenvolvida, como instrumento para expandir a capacidade de produção capitalista para além dos seus limites, se espraiando para todos os ramos da atividade econômica. O início das sociedades por ações se dá principalmente nos grandes empreendimentos de infra-estrutura como as ferrovias, nas companhias de navegação transoceânica, nas grandes firmas de comércio e nos bancos. Na segunda metade da década de 1850 torna-se evidente para Marx que o desenvolvimento das sociedades por ações atingiu um novo patamar, ao expandir não só o tamanho das empresas como a interligação entre vários ramos, formando o embrião dos grandes conglomerados de caráter mundial. O *Crédit Mobilier*, que é tratado de maneira específica numa série de artigos entre 1856 e 1857 por Marx, se constitui em um dos embriões dos grandes conglomerados financeiros que são analisados por Hobson, Lênin e Hilferding no início do século XX.

Lo que caracteriza al actual período de especulación en Europa es el carácter general de la fiebre. También antes había habido fiebre de especulación – em torno al trigo, a los ferrocarriles, a las minas, a los bancos y a las hilanderías de algodón -; en una palabra, fiebre de especulación en todas clases. Sin embargo, si también durante las grandes crisis comerciales de 1817, 1825, 1836, 1847-48, resultarían afectadas todas las ramas de la industria y el comercio, reinaba una manía que confería un determinado carácter a cada periodo. Si bien todas las ramas de la economía estaban penetradas por el espíritu de la especulación, cada especulador se limitaba, sin embargo, a su rama. Por el contrario, el principio dominante del *Crédit Mobilier*, exponente de la manía actual, no es la especulación en un campo dado, sino la especulación en si y la difusión general del vértigo en la misma medida en que lo centraliza la sociedad. Además el origen y el incremento de la manía actual revela otra diferencia, y es que no comenzaron en Inglaterra, sino en Francia. (MARX.1987. p. 572)

Os artigos sobre o *Crédit Mobilier* redigidos por Marx demonstram um novo caráter da especulação capitalista e do desenvolvimento do sistema de crédito. O caráter ousado dos objetivos do *Crédit Mobilier* em se transformar num híbrido de banco de investimento com banco comercial, com forte ligação com o Governo Francês, surpreendia até mesmo os financistas ingleses. Com apoio do governo de Luís Bonaparte, o *Crédit Mobilier* objetiva centralizar a propriedade das ferrovias e de boa parcela da infra-estrutura da França, e, dentro do possível, expandir sua atuação também para os outros países do continente. O poder do *Crédit Mobilier* sobre o mercado de ações francês impulsionava a especulação financeira e enlaçava o capital industrial e comercial da França nas mãos de uns poucos diretores de banco e de membros do Governo. Outro dado novo da euforia que se criou em torno do *Crédit Mobilier* foi a expansão da sua atuação por outros países do continente, principalmente a Alemanha, conferindo à crise que se segue à bancarrota dos negócios um contorno mais mundializado. A crise que surge em 1857 se inicia com um pânico monetário na Alemanha, se alastrando para a França e posteriormente para a Grã Bretanha. Portanto, diferentemente das crises precedentes, a crise de 1857 não começa na Inglaterra, mas no continente.

La crisis comercial general que se manifestó en Europa hacia otoño de 1847 y duró hasta la primavera de 1848, fue iniciada por un pánico en el mercado monetario de Londres. Poço meses después, estalló la crisis comercial e industrial a que había servido simplemente de punto de partida y denunció el pánico monetario. Em los mercados monetarios de Europa, podemos apreciar ahora un movimiento semejante al pánico de 1847. Sin embargo, la semejanza no es perfecta. Em vez de moverse de occidente a oriente, el pánico de 1847 – de Londres, pasando por París hacia Berlin y Viena -, el pánico actual se extiende de Este a Oeste; tuvo su punto de partida en Alemania, se extendió desde allí a Paris y, por último, llegó a Londres. Como consecuencia de su lento avance, el pánico anterior asumía carácter local; em cambio, ahora, por la rapidez con que se extiende, manifiesta inmediatamente su carácter general. (MARX. 1987. p. 148)

No entanto, Marx observa que a crise de 1857 na Inglaterra modificou a sua forma de manifestar-se. As crises anteriores começavam como crises monetárias que se estendiam para o comércio exterior e posteriormente para a indústria. A nova forma em que se manifesta a crise em 1857 na Inglaterra é a de uma crise comercial; crise no comércio exterior em virtude da saturação do mercado dos EUA, Austrália e da Índia. Esses 3 destinos correspondiam em 1857 por 51% do volume das exportações da Inglaterra. Isso se reflete na paralisação dos negócios em Manchester, crise industrial e por último numa crise monetária que se traduz em

fuga de metais preciosos, redução do volume de moeda em circulação e por fim em alta das taxas de juros. Mas, a alta da taxa de juros representa o fim do primeiro ato do ciclo descendente dos negócios. As grandes medidas de ajuste da economia da Inglaterra rebatem no continente, nos EUA e no restante dos demais parceiros. A crise comercial reduz as importações e estimula as exportações da Grã Bretanha, que tem como resultado uma nova queda dos preços das mercadorias. Ao mesmo tempo, as maiores taxas de juros estimulam o refluxo de metais preciosos do exterior de propriedade de ingleses e também de outros países para o Banco da Inglaterra. Portanto, o período de crise se constitui numa fase de ajuste sucessivo entre o país central e os demais países na forma de ajuste no comércio exterior, que é conseqüência da superprodução na indústria, e, no ajuste do mercado monetário com o fluxo de metais preciosos entre os países.

A crise de 1857 desmentiu a promessa dos defensores do livre comércio sobre o fim das crises periódicas de superprodução. A adoção da política de livre comércio pela Grã Bretanha em 1846 não poderia eliminar o surgimento de crises inerentes à contradição do modo de produção capitalista. As transformações ocorridas no capitalismo a partir de 1848 ao desenvolver as forças produtivas da indústria, o transporte marítimo e ferroviário, as comunicações e aumentar a integração mundial via a expansão do comércio internacional, recoloca em outro patamar as contradições inerentes ao capital. A própria Inglaterra para se manter como centro industrial, comercial e financeiro mundial precisa importar mais que exporta para os outros países. Para encontrar mercado para a sua produção e aplicação para o crescente montante de capital, a Inglaterra, precisa fornecer crédito e empréstimos para os demais países, ou ainda, investir diretamente nos países fornecedores de matérias primas ou até mesmo nos países concorrentes dos seus produtos industrializados. O déficit comercial é explicado pelo retorno de uma parcela do montante do capital aplicado em outros países na forma de mercadorias, sendo contabilizado como importação. Através das relações de comércio da Inglaterra com o restante do mundo se vê a contradição do desenvolvimento do capital. A massa de capital britânico acumulado na esfera produtiva, para continuar se valorizando sem que aconteça uma acentuada queda da taxa de média de lucro, assume uma forma monetária dentro e fora do país, estimulando o sistema de crédito e abrindo o caminho para a especulação que toma conta dos negócios no auge do ciclo econômico. A transformação da Inglaterra em centro financeiro mundial é a outra face da sua hegemonia industrial e comercial; a massa de capital desocupado, sem emprego produtivo para os parâmetros de valorização do capital, transforma a Inglaterra em credora do resto do mundo.

Marx vê no destino da Inglaterra um paralelo com a trajetória da Holanda, Veneza e Gênova na sua fase de decadência.

La enorme y creciente cuantía de capital británico invertido en el mundo entero debe pagarse com intereses, dividendos y ganancias, todos los cuales se resgistran en gran parte bajo forma de productos extranjeros, e hinchando por tanto la lista de importaciones británicas. Por encima de las importaciones correspondientes a las exportaciones tiene que haber un superávit de importaciones que no se salda como pago de mercancías sino como ingresos del capital. Dicho en términos generales la llamada balanza comercial tiene que favorecer siempre el resto del mundo y desfavorecer a Inglaterra, ya que el resto del mundo no sólo tiene que pagar a ésta las mercancías que le compra, sino también los intereses de las deudas que ha contraído com ella. Un factor realmente inquietante para Inglaterra, que se desprende de las afirmaciones anteriores es el de que Inglaterra no se halla, ao parecer, em condiciones de encontrar dentro del país un campo de acción suficiente para su gigantesco capital, razón por la cual tiene que emprestar dinero em medida cada vez mayor y em este sentido, lo mismo que ocurrió con Holanda, Venecia y Génova em tiempo de su decadência, ella misma se encarga de forjar las armas para sus competidores. Mediante la concesión de grandes créditos, se há visto obligado a fomentar la especulación en otros países para encontrar en ellos campo de acción para su capital sobrante, lo que quiere decir que pone em juego su bienestar ya adquirido con miras a aumentar y conservar su capital. Se ve obligada, de este modo, a abrir grandes créditos a otros países industriales, por ejemplo, o continente europeo, y con isto ella misma se encarga de ofrecer a sus rivales industriales los médios que necesitan para competir con ella y ayuda a elevar las materias primas de sus propios artículos fabricados. La pequeña tasa de ganancia que esto deja a los fabricantes británicos, reducida todavía más por el hecho de que un país cuya mera existencia depende de su monopolio como taller del mundo, siente la necesidad de vender por debajo del resto del mundo, lo que hace que esta tasa reducida se vea compensada ahora por la reducción de los salarios de clase obrera y el rápido proceso de depauperación del país. Tal es el precio natural que tiene que pagar Inglaterra por su superioridad comercial e industrial. (MARX, 1987, p. 221-222)

A crise de 1866 teve sua gênese em 1861 com a escassez de algodão causada pelo início da guerra civil dos EUA. A indústria têxtil juntamente com a indústria siderúrgica eram a base da hegemonia industrial britânica. A indústria do algodão alcançou seu auge em 1860, empregando direta ou indiretamente na Inglaterra e na Escócia aproximadamente 4 milhões de trabalhadores. A penúria que se abateu sobre esse ramo da indústria, principalmente sobre a massa de trabalhadores, com a eclosão da guerra civil dos EUA em 1861, foi consequência do desmoronamento de um dos pilares da moderna indústria da Inglaterra, a saber, o algodão produzido pelos escravos dos estados do sul dos EUA. (MARX. 1987, p. 446-447). Em 1861, o bloqueio marítimo do Governo da União sobre a costa dos estados confederados do sul dos EUA, paralisou a exportação de algodão para a Inglaterra, estimulando a especulação em

torno dos preços do algodão. O alto preço da principal matéria prima da indústria têxtil britânica fez com que a jornada de trabalho e o número de dias de trabalho na semana fossem reduzidos, paralisando a produção, diminuindo as exportações, aumentando as importações e o déficit comercial. Enquanto no parlamento, nas comissões de fabricantes e pela imprensa a burguesia industrial e a aristocracia se acusavam mutuamente pelo abandono da massa trabalhadora à própria sorte, ambas se juntavam na especulação com os preços do algodão. No entanto, as declarações dos industriais integrantes da câmara de comércio de Manchester em 1862, nos afastam da aparência do fenômeno e nos mostram a essência da crise da indústria algodoeira. Os próprios industriais admitem que desde de 1858 se produziu um abarrotamento dos mercados da Ásia e da Austrália como consequência da superprodução e, que a redução das exportações e da produção aconteceriam mesmo sem a guerra civil do EUA⁵. O conflito dos EUA foi um ótimo pretexto para a crise que se abateria na indústria do algodão da Grã Bretanha como resultado da superprodução engendrada no período de auge do ciclo econômico. Sobre o roteiro da crise de 1866, nos escreve Marx:

O prazo seguinte venceu em 1866. Já antecipada nos distritos fabris propriamente ditos pela penúria do algodão, que afugentou muito capital da esfera habitual de investimento para os grandes centros do mercado monetário, a crise assumiu dessa vez caráter preponderantemente financeiro. Sua irrupção, em maio de 1866, foi assinalada pela bancarrota de um gigantesco banco londrino, seguida imediatamente pela quebra de inúmeras sociedades financeiras fraudulentas. Um dos grandes ramos de negócios londrinos atingido pela catástrofe foi a construção de navios de ferro. Os magnatas desse negócio tinham, durante o auge vertiginoso, não só produzido em excesso, mas, além disso, assumiram enormes contratos de fornecimento, com base na especulação de que a fonte de crédito iria continuar jorrando com igual abundância. Surgiu então uma terrível reação, que perdura até agora, final de março de 1867, também em outras indústrias londrinas. (O CAPITAL, 1988, Livro I, vol. 2, p. 218)

Após a crise de 1866, apresenta-se uma nova modificação no caráter e na periodicidade das crises. A débil prosperidade econômica de 1873 dá lugar não a uma nova crise em 1876-77, mas no que Engels chamou de “*estagnação crônica*” em todos os ramos industriais, se estendendo até a primeira metade da década de 1890. As grandes crises periódicas de 10 anos são substituídas por um período de mais de 20 anos de estagnação. Os 20 anos anteriores de auge do livre comércio britânico dão lugar a outros 20 anos de estagnação e acirramento da concorrência aos seus produtos no mercado mundial. A Inglaterra perde o monopólio da grande indústria para alguns países europeus e para os EUA,

⁵ MARX, 1987, p. 463-464.

aumentando a prática de políticas protecionistas e a disputa no comércio exterior. Nessa época, segundo Lênin (2002), se desenvolvem os cartéis que darão origem à etapa do imperialismo no final do século XIX e início do século XX. Essa fase que compreende o último quarto do século XIX representou a transição do modo de produção capitalista para um novo patamar, em que as relações sociais de produção e distribuição capitalistas realmente se efetivam em caráter mundial. Ao mesmo tempo, o avanço das forças produtivas em escala mundial só pode-se dar cada vez mais com a intensificação e a extensão do processo de concentração e centralização do capital. Por conseguinte, também as contradições do desenvolvimento do capital assumem um caráter mundial. Multiplica-se o contingente da massa de trabalhadores tornada redundante em várias partes do mundo ao lado da centralização da riqueza mundial como propriedade de poucos. A crise para grande parcela da população mundial não se apresenta de forma periódica, mas sim de forma permanente.

Como já observei noutra passagem, desde a última grande crise geral ocorreu aqui uma mudança. A forma aguda do processo periódico, com seu ciclo até então de 10 anos, parece ter cedido lugar a uma alternância mais crônica, mais prolongada, que se distribui entre os diversos países em tempos diferentes, de melhoria relativamente curta e débil dos negócios e pressão relativamente longa e indecisa. Mas talvez trate-se apenas de uma expansão da duração do ciclo. Na infância do comércio mundial, de 1815 a 1847, pode-se comprovar ciclos de cerca de 5 anos; de 1847 a 1867, os ciclos são decididamente de 10 anos; será que nos encontramos no período preparatório de uma nova crise mundial de veemência inaudita? Há alguns indícios disso. Desde a última crise geral de 1867, houve grandes mudanças. A expansão colossal dos meios de transporte – navios a vapor transatlânticos, ferrovias, telégrafos elétricos, canal de Suez – criou o mercado mundial pela primeira vez de fato. Tomaram lugar ao lado da Inglaterra, que antes monopolizava a indústria, uma série de países industriais competidores; ao investimento do capital europeu excedente abriram-se, em todas as partes do mundo, campos infinitamente mais extensos e diversificados, de modo que ele se distribui muito mais amplamente e a superespeculação local é superada com mais facilidade. Por tudo isso a maioria dos focos de crise e das oportunidades de formação de crises de antes foi eliminada ou muito debilitada. Ao mesmo tempo, a concorrência no mercado interno retrocede diante dos cartéis e trustes, enquanto é limitada no mercado externo pelas tarifas protecionistas, com que se cercam todos os países industriais, exceto a Inglaterra. Mas essas tarifas protecionistas mesmas são apenas o armamento para a campanha final e geral da indústria que deverá decidir o domínio do mercado mundial. Assim, cada um dos elementos que se opõem à repetição das velhas crises traz dentro de si o germe de uma crise futura muito mais violenta. (ENGELS, O CAPITAL. 1988, Livro III, vol. 5, p. 21, nota 8).

CAPÍTULO 5

5 CONCLUSÃO

A acumulação crescente de capital e a queda da taxa de lucro são expressões diferentes do mesmo processo, o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. O processo de acumulação capitalista, entendido como o aumento da magnitude do capital social global que torna-se propriedade privada de cada vez menos pessoas, acelera a queda da taxa de lucro em virtude do crescimento da proporção do capital constante em relação ao crescimento da magnitude do capital variável. A crescente massa de meios de produção nas suas diferentes formas necessita relativamente de cada vez menos trabalho humano para ser transformada em um novo volume de mercadorias prenes de mais-valia. A acumulação de capital resulta, por um lado, em concentração dos trabalhos em larga escala, aumento da força produtiva do trabalho social ao aumentar a cooperação entre os trabalhadores da sociedade em nível mundial com um montante crescente de capital de maior composição orgânica. Por outro lado, produz de forma crescente uma superpopulação relativa tornada redundante pelo processo de produção ao lado de uma superacumulação relativa de capital que tendencialmente reduz a taxa de valorização. No entanto, a própria queda da taxa de lucro funciona como contratendência ao arruinar os pequenos capitalistas e os proprietários diretos das condições de trabalho, concentrando e centralizando ainda mais a produção e a propriedade do capital, aumentando a superpopulação relativa e por conseqüência elevando o grau de exploração da fração dos trabalhadores que estão na ativa, potencializando novamente a acumulação ao colocá-la em novo grau.

Nesse sentido, embora a acumulação de capital cresça em sua massa (magnitude absoluta), cresce a taxas decrescentes como resultado da queda tendencial da taxa geral de lucro. A taxa de lucro como forma transmutada da mais-valia é a medida da valorização do capital, sua queda ameaça o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A massa de mais-valia social produzida cresce a taxas decrescentes com o crescimento da magnitude do capital social global. A contradição do capital está justamente no conflito entre o impulso da capacidade de produção do trabalho social e o limite imposto pelas relações sociais de produção capitalistas fundadas na exploração do trabalho para a produção de mais-valia, ou seja, valorização do capital. De forma concreta, essa contradição aparece principalmente nas

crises periódicas que abalam o sistema capitalista. Crises de subconsumo, crises de superprodução de mercadorias, crises causadas pela desproporção entre os setores produtores de meios de produção e de bens de consumo, crises do sistema de crédito e do mercado mundial, são as formas em que aparece a contradição inerente ao capital com o seu desenvolvimento. Mas, as crises apresentam um duplo caráter, ao mesmo tempo em que expressam a contradição do modo de produção capitalista, funcionam como um mecanismo saneador dos empreendimentos fraudulentos, do excesso de investimento nos novos ramos, das aplicações especulativas na bolsa e com os títulos públicos que representam capital fictício e o excesso de importações e exportações entre os países que se manifesta no abarrotamento do mercado mundial. As análises de Marx e Engels das crises do século XIX ilustram isso. A crise em si é contraditória porque funciona como a maior de todas as contratendências e também como momento de possibilidades revolucionárias ao explicitar as debilidades do sistema. Não é por acaso que Marx, sempre guiado claramente pelos seus objetivos políticos, dava importância ao estudo das crises periódicas por se tratarem de momentos em que a fragilidade econômica e política da burguesia favorece a ação política dos movimentos revolucionários. Nos seus artigos, como também nos de Engels, fica evidente a sua tentativa em enxergar na próxima crise a possibilidade da revolução derradeira. Mas há cada crise superada é impulsionado um novo avanço das forças produtivas do trabalho social e a contradição é recolocada em uma forma mais desenvolvida, explicitando ainda mais a fragilidade do sistema, criando a possibilidade e ao mesmo tempo impondo a necessidade da sua superação.

O modo de produção capitalista encontra no avanço das forças produtivas do trabalho social uma barreira intrínseca a sua perpetuação como sistema absoluto, evidenciando a sua limitação e o seu caráter histórico e transitório no desenvolvimento da humanidade. O capitalismo não é um modo absoluto de produzir riqueza, o avanço das forças produtivas que ele libera ao expropriar a pequena propriedade, os camponeses, os artesãos e todas as formas de produção em pequena escala em que estava fundado o feudalismo, concentrando e centralizando a produção e a propriedade de capital na mão de poucos, rompendo a limitação geográfica do comércio local para a formação do mercado mundial, submetendo todos os seres humanos às relações sociais de produção e distribuição capitalistas, em certo estágio de desenvolvimento, entra em contradição consigo mesmo ao tornar-se o próprio entrave do avanço das forças produtivas para o aumento da produção de riqueza. As relações sociais de produção e distribuição capitalistas entram em conflito com o impulso ao avanço das forças

produtivas do trabalho social engendradas pelo próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. A necessidade de valorização do capital se impõe como limite à expansão do processo de produção capitalista e a manutenção das relações sociais que são a sua base. Em certo estágio de desenvolvimento, as relações sociais do sistema capitalista, materializadas nas categorias lucro, salário, renda da terra e juro, se degeneram, não se legitimam mais como organizadoras da vida de uma boa parcela da humanidade. É evidente a degeneração das relações sociais da sociedade burguesa no início do Século XXI. O salário não se legitima como categoria que organiza as relações sociais entre a maioria da classe trabalhadora com a classe burguesa porque o exército industrial de reserva e o lumpemproletariado são cada vez maiores em relação à fração da classe trabalhadora que se reproduz na forma de salário. Não é por acaso que a miséria e o crime crescem em taxas aceleradas no mundo. A própria categoria taxa de lucro não se legitima, como na época de Marx, como parâmetro para a valorização do capital; hoje o parâmetro para a valorização é dado pela taxa de juros. A taxa de juros transforma-se na categoria que expressa o que realmente é o modo de produção capitalista e as relações sociais que são a sua base. O juro como categoria que materializa as relações sociais que constituem o capital, que são o capital, demonstra que esse é um modo de produzir riqueza que une os homens através da cooperação; mas a apropriação da riqueza socialmente produzida é realizada por poucos que possuem a propriedade do capital acumulado. O juro desanuvia essa relação social, ele vem ao proprietário de capital não como fruto da sua aplicação na produção para produzir lucro, não é fruto de uma relação econômica entre o capitalista e os trabalhadores. O juro vem como resultado da propriedade sobre o capital, como relação jurídica de propriedade sobre parcela da riqueza social que é legitimada pelas relações sociais de produção e distribuição aceitas pelos homens. Em sua forma mais desenvolvida, o capital nem precisa mais da ciência para demonstrar claramente a sua essência. O desenvolvimento do modo de produção capitalista mostra o que ele é, explicita a contradição das relações sociais que o fundamentam, degenera o seu funcionamento, mas não o destrói de maneira automática. O rompimento das relações sociais de produção não acontece apenas como resultado único da sua degeneração, mas pela vontade dos homens que as fundamentam e as aceitam. Portanto, a tarefa histórica de sepultar o velho e deixar surgir o novo cabe à humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUED, Idaletto M. (1999). Capital e emancipação humana: o ser social. In: AUED, B. (Org.). **Educação para o (Des) emprego: ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento**. RJ: Vozes, p. 109-131.
- COLLETTI, Lucio. (1983). **El Marxismo y el Derrumbe del Capitalismo**. México: Siglo XXI Editores.
- DE SOUZA, Nilson Araújo.(1992). **Teoria Marxista das Crises**. SP: Global Editora.
- ENGELS, Friedrich. (1988). **Suplemento ao Livro Terceiro de O Capital**. SP: Abril Cultural, (Os Economistas).
- GROSSMANN, Henryk. (1979). **Ensayos Sobre la Teoria de las Crisis**. México: Siglo XXI Editores.
- _____. (1984). **La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista**. México: Siglo XXI.
- HILFERDING, R. (1985) **O Capital Financeiro**. SP: Abril Cultural, (Os Economistas).
- KEYNES, J. M. (1983). **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. SP: Abril Cultural, (Os Economistas).
- LÊNIN, Vladimir I. (2002) **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. SP: Centauro.
- LUXEMBURGO, Rosa. (1983). **A Acumulação do Capital**. RJ: Zahar.
- MARINI, Ruy Mauro. (2000). **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. RJ: Vozes/GLACSO, (Coleção A Outra Margem).
- MARX, Karl. (1978) **O 18 Brumário De Luís Bonaparte**. SP: **Abril Cultural, (Os Pensadores)**.
- _____. **Para a Crítica da Economia Política**. SP: Abril Cultural, (Os Pensadores).
- _____. **Rendimentos e suas Fontes: a economia vulgar**. SP: Abril Cultural, (Os Pensadores).
- _____. (1980). **Teorias da Mais-Valia: história crítica do pensamento econômico**.

3 vols. SP: Difel.

_____. (1988) **O Capital**. 3 vols. SP: Abril Cultural, (Os Economistas).

_____. (1997) **Capítulo VI Inédito de O Capital**. SP: Editora Moraes.

MARX, Carlos. ENGELS, Federico (1987). **Escritos Económicos Menores**. México: Fondo de Cultura Económica, (Obras Fundamentales, 11).

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. (1999). **Obras Escolhidas**. 3 vols. SP: Alfa-Omega.

OURIQUES, Nildo D; CARVALHO, Wolney R; RUTKOSKI, Márcio M. (2001). A Aristocracia financeira e o assalto ao Estado na América Latina. In: FERREIRA, A. C; ALVIM, V. (Orgs.). **A Trama da Privatização: A reestruturação neoliberal do Estado**. Florianópolis: Insular, p. 205-222.

RICARDO, David. (1983). **Princípios de Economia Política e Tributação**. SP: Abril Cultural, (Os Economistas).

ROSA OLIVEIRA, Avelino. (1997) **Marx e a Liberdade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, (Coleção Filosófica).

ROSDOLSKY, Roman. (2001). **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. RJ: Contraponto.

RUTKOSKI, Márcio M. (2000). **Uma Abordagem do Capital Portador de Juros e do Crédito em Marx**. 74 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). – CSE, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SMITH, Adam. (1983). **A Riqueza das Nações**. SP: Abril Cultural, (Os Economistas).

STUART MILL, John. (1996). **Princípios de Economia Política: com algumas de suas aplicações à filosofia social**. SP: Abril Cultural, (Os Economistas).

TREVIÑO, Leonel Corona. (1999) **Teorías Económicas de la tecnología**. México, D. F. Editorial Jus.

WHEEN, Francis. (2001) **Karl Marx**. RJ: Record.